



LSPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

AGRESSORES SEXUAIS DE PESSOAS COM ESPECIAL VULNERABILIDADE:
DINÂMICAS ABUSIVAS, DISTORÇÕES COGNITIVAS, ESTRATÉGIAS DE
COPING E ATITUDES SEXUAIS

Ricardo Jorge Ventura Baúto

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutoramento em Psicologia

Área de especialidade Psicologia Clínica

2020

2020

AGRESSORES SEXUAIS DE PESSOAS COM ESPECIAL VULNERABILIDADE: DINÂMICAS ABUSIVAS,
DISTORÇÕES COGNITIVAS, ESTRATÉGIAS DE COPING E ATITUDES SEXUAIS

Ricardo Jorge Ventura Baúto



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

AGRESSORES SEXUAIS DE PESSOAS COM ESPECIAL VULNERABILIDADE:
DINÂMICAS ABUSIVAS, DISTORÇÕES COGNITIVAS, ESTRATÉGIAS DE COPING E
ATITUDES SEXUAIS

Ricardo Jorge Ventura Baúto

Tese orientada por:

Professora Doutora Isabel Leal

WJCR – William James Center for Research, ISPA-IU

Prof. Doutor Jorge Cardoso

CiiEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz, IUEM

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutoramento em Psicologia

Área de especialidade Psicologia Clínica

2020

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Psicologia na área de especialização de Psicologia Clínica realizada sob a orientação da Professora Doutora Isabel Leal e do Prof. Doutor Jorge Cardoso apresentada no ISPA – Instituto Universitário no ano de 2020.

“Não penses que a sabedoria é feita do que se acumulou.
Porque ela é feita apenas do que resta depois do que se deitou fora”

Vergílio Ferreira *in Pensar*

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento vai para todos os que estiveram direta ou indiretamente envolvidos nesta tese, de onde destaco a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, na figura do Estabelecimento Prisional da Carregueira através da sua direção e dos técnicos que deram suporte a este trabalho. A todos eles o meu mais sincero obrigado.

Agradeço ao Prof. Doutor Jorge Cardoso pelo empenho e dedicação durante esta longa jornada e por sempre me ter dado o apoio essencial para me manter no rumo certo. Por isso, e por me ter desafiado a cumprir aquele que já era um objetivo pessoal e profissional, o meu muito obrigado.

À Professora Doutora Isabel Leal, pelos sólidos contributos, paciência e compreensão face às vicissitudes encontradas neste percurso e por me ter acolhido no programa Doutoral.

À Prof.^a Doutora Iris Almeida, chefe, colega e amiga, o apoio incondicional e substituição nos momentos mais difíceis que me permitiu chegar aqui. Muito obrigado!

Ao Prof. Doutor Alexandre Quintas e à Prof.^a Doutora Cristina Soeiro, pela amizade e por me terem dado um novo rumo profissional e possibilitado fazer uma das coisas de que mais gosto, e pelo qual mais lutei, ser psicólogo forense.

Às minhas equipas, ao 4ENSICS e ao GAT/GPF/GIAV, vocês são o futuro que pretendo construir e uma das razões para cumprir esta etapa.

Às minhas amigas, Bárbara Fernandes, Joana Costa e Ana Ramalho, a equipa que suportou tudo para que eu pudesse dedicar-me a este objetivo, a vossa amizade enche-me!

Aos amigos de sempre, Mariana Saramago por estes anos de partilha e companheirismo e pelo apoio incondicional na elaboração deste projeto. Ao Tiago Rodrigues e ao Tiago Almeida, os meus compadres, amigos e família, o meu obrigado.

Ao CAQ e todos os seus atletas, mas em especial aos do Karate, a vossa compreensão pelas minhas ausências enche-me de certezas de um trabalho cumprido. Pedro Ramos, Nelson Guerra, Nuno Santos, Fernando Vicente, Fábio Palma e João Sanches, sei que estão e sempre estarão aí, o meu muito obrigado, Oss!

Aos meus Pais, José Luís e Francisca, à minha avó Edite e a todos aqueles de quem tenho saudades e que me tornaram aquilo que hoje sou, o meu obrigado, pelo carinho, e por acreditarem em mim, contra tudo e contra todos.

À Cláudia, meu amor-perfeito, minha companheira, minha mulher; Mãe dos meus mais preciosos, Carolina e Tiago. Que as minhas ausências se traduzam em momentos de diversão, partilha e amor, como só vocês merecem. Amo-vos.

A todos, o meu mais sincero e profundo obrigado.

Palavras-chave:

Agressores sexuais; dinâmicas abusivas; distorções cognitivas; estratégias de *coping*; atitudes

Key words:

Sexual Offenders; abusive dynamics; cognitive distortions; *coping* strategies; attitudes

Categorias de classificação da tese:

3200 Psychological & Physical Disorders

3236 Criminal Behavior & Juvenile Delinquency

3300 Health & Mental Health Treatment & Prevention

3386 Criminal Rehabilitation & Penology

Publicações e comunicações produzidas como parte da tese de doutoramento

Publicações submetidas

Baúto, R.V., Leal, I & Cardoso, J. (2020). Child sexual offenders' typologies: An exploratory profile model using multiple correspondence and cluster analysis of Portuguese convicted offenders' sample. Manuscript submitted for publication.

Baúto, R.V., Leal, I & Cardoso, J. (2020). Sexual abusers of person incapable of resistance: Four case studies of Portuguese offenders using an ideographic approach. Manuscript submitted for publication.

Baúto, R.V., Leal, I & Cardoso, J. (2020). The role of cognitive distortions, sex as a coping strategy and sexual attitudes in child sexual offending: A predictive model based on artificial neural network. Manuscript submitted for publication.

Publicações em Atas de Encontros Científicos

Baúto, R.V., Cardoso, J., & Leal, I (In Press). An exploratory factor analysis for preliminary validation of Bumby rape and molest scales. *Annals of Medicine*.

Baúto, R.V., Cardoso, J. (2014). Sexual abuse of persons incapable of resistance: perceptions of sexual offenders. In *Forensic Psychiatrie und Psychotherapie*. Porto, setembro, 3 a 6. Zurich: International Association for the Treatment of Sexual Offenders.

Comunicações Orais

Baúto, R.V.; Cardoso, J. & Leal, I. (2014). Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência: Estudos de caso com agressores em cumprimento de pena. *III Congresso Internacional Sexualidade e Educação Sexual: Direitos, Políticas, Investigação e Práticas*. Lisboa, Portugal. Julho 10 a 12.

Baúto, R.V.; Cardoso, J. (2014). Sexual abuse of persons incapable of resistance: Perceptions of sexual offenders. *13th Conference of the International Association for the Treatment of Sexual Offenders*. Porto, Portugal, Setembro 3 a 6.

Comunicações em Poster

Baúto, R.V.; Cardoso, J. (2017). Cognitive distortions on sexual abuse of children and empathy: an exploratory approach of a normative sample. *2º Congresso Internacional do CiiEM “Translational Research and Innovation in Human in health Sciences.* Monte da Caparica, Portugal, Junho 11 a 13.

RESUMO

A presença de limitações físicas e/ou intelectuais, assim como a idade da vítima, são referidas na literatura internacional como características de especial vulnerabilidade para a vitimação sexual. Contudo, os estudos são escassos no que diz respeito aos fatores motivacionais relacionados com a agressão de pessoas com especial vulnerabilidade. As Teorias/Modelos etiológicos sugerem, como característica comum específica das vítimas, o facto de, na sua maioria, estarem dependentes de terceiros. De acordo com a literatura sobre a agressão sexual perpetrada sobre esta franja populacional, a facilidade de acesso à vítima, representa um importante fator motivacional na passagem ao ato. Contudo, para que esta ocorra, outros fatores terão de estar presentes. As distorções cognitivas reúnem consenso na literatura, suportando a minimização ou legitimação dos comportamentos. Paralelamente, défices ao nível da regulação emocional dos agressores, tendem a ser compensados com recurso a estratégias de *coping* sexual, contribuindo para o acentuar de comportamentos compulsivos, fortemente associados à agressão sexual. Alicerçadas nas dinâmicas sexuais dos sujeitos, as atitudes sexuais tendem a surgir associadas a práticas impessoais e de instrumentalização, com vista à gratificação sexual. Este estudo teve como objetivo principal consolidar o conhecimento acerca das características associadas à perpetração de violência sexual em grupos com especial vulnerabilidade. Para tal, recorreu-se-se a três amostras de forma a dar resposta aos objetivos específicos. A primeira amostra resultou de 72 processos individuais de reclusos, a cumprir pena de prisão efetiva por crimes de abuso sexual de crianças e menores dependentes e teve como objetivo desenvolver um Modelo exploratório baseado na técnica dos perfis criminais, que permitisse descrever as práticas abusivas, relação com as vítimas e oportunidade, assim como a capacidade de assumir a responsabilidade pelo crime; A segunda amostra foi constituída por quatro abusadores sexuais condenados pelo crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência por razão de anomalia, psíquica ou físicas, aos quais foram realizadas quatro entrevistas visando identificar e descrever o conteúdo das suas narrativas, permitindo assim definir diferenças/especificações em comparação com outras tipologias de agressores; A terceira, e última amostra, foi constituída por 141 sujeitos, sendo que 41.8% (n=59) eram reclusos a cumprir pena de prisão efetiva por crimes de abuso sexual de crianças e menores dependentes e 58.2% (n=82) sujeitos pertencentes à população geral, tendo-se como objetivo analisar diferenças entre abusadores sexuais e a população geral, ao nível das distorções cognitivas, estratégias de *coping* sexual, e atitudes sexuais. Procurou-se assim estabelecer os pressupostos necessários para desenvolver um Modelo preditivo hierárquico baseado nestas variáveis. Dos resultados obtidos no primeiro estudo, foi possível definir um Modelo com quatro tipologias criminais, sendo que em 78.8% dos casos configuravam agressão ocorrida em contexto intrafamiliar, com um acesso privilegiado às vítimas. Os resultados do segundo estudo revelaram que as cognições formuladas pelos abusadores de pessoa incapaz de resistência, por razão de anomalia psíquica ou física, apresentam contornos de legitimação e/ou minimização das situações de abuso semelhantes aos presentes na literatura, ainda que com uma argumentação específica ao nível da capacidade da vítima consentir nos contactos sexuais. O terceiro estudo permitiu demonstrar que a presença de distorções cognitivas, estratégias de *coping* sexual e atitudes sexuais, permitem distinguir com uma acuidade 82% entre um grupo de agressores sexuais e a população geral. Em suma, esta investigação consolida o conhecimento existente sobre a agressão sexual e apresenta resultados empíricos que apontam para a relevância das variáveis cognitivas, no comportamento sexual violento. Paralelamente, os resultados obtidos sugerem a necessidade de aprofundar a investigação junto de vítimas especialmente vulneráveis, uma vez que as características dos seus agressores tendem a ser diferenciadas face a outras tipologias, o que poderá ter impacto na definição dos planos de intervenção e na avaliação de risco futuro destes sujeitos.

ABSTRACT

The presence of physical and/or intellectual limitations, such as age is referred to in the international literature as characteristics of particular vulnerability to sexual victimization. However, studies are scarce concerning motivational factors related to aggression of vulnerable victims. Theories / etiological models suggest, as a common characteristic specific to the victims, the fact that most of them are dependent on third parties. According to the literature on sexual assault perpetrated on this population fringe, the ease of access to the victim represents a crucial motivational factor in the passage to the act. However, for this to occur, other factors will have to be present. Cognitive distortions bring together consensus in the literature, supporting the minimization or legitimization of behaviors. At the same time, deficits in terms of the offenders' emotional regulation tend to be compensated with the use of sexual coping strategies, contributing to the accentuation of compulsive behaviors, strongly associated with sexual aggression. Based on the subjects' sexual dynamics, sexual attitudes tend to emerge with impersonal and instrumentalization practices, with a view to sexual gratification. This study aimed to consolidate knowledge about the characteristics associated with the perpetration of sexual violence in groups with particular vulnerability. For this, three samples were used in order to meet specific objectives. The first sample resulted from 72 individual cases of inmates, serving an effective prison sentence for crimes of sexual abuse of children and dependent minors and aimed to develop an exploratory model based on the technique of criminal profiles, which would allow describing the abusive practices, relationship with victims and opportunity, as well as the ability to take responsibility for the crime; The second sample consisted of four sex offenders convicted of the crime of sexual abuse of a person unable to resist due to anomaly, psychic or physical, to which four interviews were conducted in order to identify and describe the content of their narratives, thus allowing to define differences / specifications compared to other types of aggressors; The third, and last sample, consisted of 141 subjects, 41.8% (n = 59) being inmates serving an effective prison sentence for crimes of sexual abuse of children and dependent minors and 58.2% (n = 82) subjects belonging to the general population, aiming to analyze differences between sexual abusers and the general population, based on the presence of cognitive distortions, sexual coping strategies, and sexual attitudes. Thus, we sought to establish the necessary assumptions to develop a hierarchical predictive model based on these variables. From the results obtained in the first study, it was possible to define a Model with four criminal typologies, and in 78.8% of the cases, it was aggression from within the family context, with privileged access to the victims. Second study results revealed that the cognitions formulated by the abusers of people unable to resist, due to psychic or physical anomalies, present contours of legitimation and/or minimization of abuse situations similar to those found in the literature, although with a specific argument in terms of the victim's ability to consent to sexual contacts. The third study showed that cognitive distortions, sexual coping strategies, and sexual attitudes, allow an 82% accuracy to be distinguished between a group of sexual aggressors and the general population. In short, this investigation consolidates the existing knowledge about sexual aggression and presents empirical results that point to the relevance of cognitive variables in violent sexual behavior. At the same time, it presents results that suggest the need to deepen the investigation of especially vulnerable victims, since the characteristics of their offenders tend to be differentiated from other types, which may have an impact on the definition of intervention guidelines and the assessment of the future risk of these individuals.

Índice

Lista de Anexos	xi
Lista de Figuras e Tabelas	xiv
Lista de Abreviaturas	xv
Introdução	1
Estado da Arte	2
1. Violência Sexual	2
1.1. Definição	2
1.2. Prevalência e Enquadramento Jurídico	3
2. Modelos Etiológicos da Agressão Sexual	3
2.1. Modelo das Pré-Condições de Finkelhor	4
2.2. Modelo Integrado de Marshall e Barbaree	6
2.3. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman	6
2.4. Modelo de Confluência de Malamuth	7
2.5. Modelos de Distorções Cognitivas	9
2.6. Teoria Integrada da Agressão Sexual – Revista	14
2.7. Modelo Motivação-Facilitação	15
3. Agressores Sexuais	17
3.1. Tipologias Criminais dos Agressores Sexuais	17
3.2. Abusadores Sexuais de Menores	18
3.3. Violadores/Abusadores Sexuais de Adultos	19
4. Abuso sexual de Pessoas em Condição de Especial Vulnerabilidade	19
4.1. Vulnerabilidade em razão da idade.	20
4.2. vulnerabilidade em razão de deficiência física e/ou intelectual.	21
5. Variáveis cognitivas identificadas nos agressores sexuais	24
5.1. distorções cognitivas.	25
5.2. sexo como estratégia de coping sexual.	27
5.3. atitudes sexuais.	29
6. Objetivos	31
7. Estrutura da Tese	32
8. Resposta aos objetivos e análises estatísticas	33
9. Método	34
9.1. Participantes	34
9.2. Procedimento	36
9.3. Materiais.	37

10. Referências	40
11. Secção Empírica	54
Artigo 1. Child Sexual Offenders Typologies: An Exploratory Profile Model using Multiple Correspondence and Cluster Analysis of Portuguese Convicted Offenders Sample	55
1. Abstract	55
2. Sexual Offending Models	56
3. Typologies of Child Sexual Abuse Offenders	58
4. Method	61
4.1. Sample	61
4.2. Procedure	62
5. Data analysis	63
6. Discussion and Conclusions	72
7. References	79
Artigo 2. Sexual Abusers of Persons Incapable of Resistance: Four Case Studies of Portuguese Offenders Using an Ideographic Approach	84
Abstract	84
Cognitive Distortions and Sexual Abuse of People with Disabilities	85
Method Sample and Procedure	88
Analysis	89
Discussion and Conclusions	97
Acknowledgments	106
Artigo 3. The Role of Cognitive Distortions, Sex as a Coping Strategy and Sexual Attitudes in Child Sexual Offending	107
1. Abstract	107
2. Cognitions and Coping Skills in Child Sexual Abuse	107
3. Method	111
3.1. Sample	128
3.2. Measures	112
3.3. Procedures	113
4. Results	114
4.1. Sex as a Coping Strategy in Child Sexual Offenders	114
4.2. Associated Variables in CSA	115
4.3. Sex as a Coping Strategy, Sexual Attitudes and Cognitive (...) predictors in CSA	116
5. Discussion	121
6. References	123
Discussão Global dos Resultados e Conclusões	126
1. Discussão Global sobre os Resultados	126

2.	Limitações	134
3.	Sugestões Estudos Futuros	135
4.	Referências	136
5.	Anexos	141

Lista de Anexos

Anexo A - Consentimento Informado	161
Anexo B – Autorização realização de Investigação da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	111
Anexo C – Autorizações de Utilização dos Instrumentos	112
Anexo D – Bumby Molest Scale	114
Anexo E - Coping Using Sex Inventory	116
Anexo F - Escala de Atitudes Sexuais	117
Anexo G – Modelo de Equações Estruturais para a Análise Fatorial Confirmatória (CUSI)	119

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1. Modelo de Confluência (adaptado de Malamuth & Hald, 2017, p.58)	25
Figura 2. Esquema ilustrativo da Teoria Integrada sobre a Agressão Sexual – Revista (Ward & Beech, 2016, p. 125)	32
Table 1. Características Sociodemográficas da Amostra do Artigo 3 (N _{TOTAL} =141)	53

Lista de Tabelas e Figuras por Artigos

Artigo 1.

Table 1. The FBI typologies of the child molester (Lanning, 2010)	75
Table 2. MTC: CM3 classification system (Knight & Prentky, 1990)	76
Table 3. Variables and categories relating to the offense (frequency, valid cases, and percentage)	77

Table 4. Inertia analysis of MCA	79
Figure 1. Multiple correspondence analysis maps with dimensional themes and	80
Table 5. Supplementary variables and categories	81
Figure 2 - Hierarchical Cluster Analysis with the Ward Method	83
Figure 3- Hierarchical Cluster Analysis with Furthest Neighbor Method	83
Table 6. Typologies of CSA proposed in our research	84

Artigo 2.

Table 1. Sociodemographic Details of Interviewers	103
Table 2. Themes and Subthemes	104
Table 3. Resume	105

Artigo 3.

Table 1. Sample Sociodemographic Characteristics ($N_{TOTAL}=141$)	127
Table 2. Mann-Whitney Test Result of Differences between Offenders and Community Samples	130
Table 3. Correlations between Cognitive Distortions, Sexual Attitudes and Sex as a Coping Strategy	
Figure 1. Model of Neural Architecture and Artificial Neuron Model (left to right) (Mokhtari, Heshmati, Shariatmadari, 2014)	131
Figure 2. Network Diagram	132
Table 4. Confusion Matrix	134
Figure 3. Predicted Pseudo-probability between samples	134
Figure 4. ROC curve	134
Figure 5. Cumulative Gains	135
Figure 6. Lift Charts	135
Table 5 – Independent Variable Importance	136

Lista de Abreviaturas

AFC –Análise Fatorial Confirmatória

AFE – Análise Fatorial Exploratória

APA –American Psychological Association/ Associação de Psicologia Americana

AVE –Average Variance Extracted

BMS – Bumby Molest Scale

CFA –Confirmatory Factor Analysis

CFI –Comparative Fit Index

CPP – Código Penal Português

CSA – Child Sexual Abuse

CUSI – Coping Using Sex Inventory

DGRSP–Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DP – Desvio-padrão

EP – Estabelecimento Prisional

GFI –Goodness of FitIndex

KMO –Kaiser-Meyer-Olkin

M - Média/ Mean

NFI –Normative Fit Index

RMSEA –Root Mean Square Error of Approximation

SAS – Sexual Attitudes Scale / EAS – Escala de Atitudes Sexuais

SPSS –Statistical Analysis Software Package

TI – Teorias Implícitas

Introdução

A violência perpetrada contra pessoas que, por razão da idade ou das suas condições físicas e/ou intelectuais, estão expostas a uma situação de especial vulnerabilidade, tem vindo a ser identificada na literatura internacional de forma cada vez mais acentuada, ainda que insuficiente. Os estudos resumem-se a identificar a presença de vítimas com estas características nas estatísticas criminais, sendo que pouco se sabe sobre os seus abusadores.

Ainda que a comunidade internacional, as autoridades locais e instituições que apoiam estes grupos estejam sensibilizadas para o fenómeno, a grande maioria dos casos poderá não ser denunciada, dadas as limitações que derivam da condição intelectual da vítima, da sua idade, ou até mesmo da coação exercida sobre esta.

Ao reportarmo-nos à vulnerabilidade das vítimas por razão das condições física e/ou intelectuais, permite-nos estabelecer uma relação de semelhança entre estas e as vítimas menores, dado o ascendente exercido por cuidadores, a relação de confiança, ou ainda a incapacidade de consentir nas práticas sexuais estabelecidas com o abusador.

Numa perspetiva etiológica e de manutenção dos comportamentos criminais, as várias Teorias/Modelos explicativos da agressão sexual, têm tido a capacidade de continuamente trazer novas abordagens, ainda que a grande maioria apresente um fio condutor comum, ou seja, a relevância dada aos processos cognitivos e a forma como estes se traduzem num determinado tipo de padrão de comportamento.

Quando analisadas as narrativas deste tipo de agressores, constata-se uma tendência para recorrer à legitimação e/ou minimização da violência sexual exercida sobre a vítima. A maioria dos estudos, assume assim, que as distorções cognitivas são elementos centrais à normalização dos atos cometidos pelos agressores sexuais.

Além das distorções cognitivas, a desregulação emocional é muitas vezes ultrapassada pelo recurso a estratégias de *coping*, podendo esta ocorrer, através do sexo. Estas, produzem na perspetiva do sujeito, um efeito positivo, ainda que tendam a estar associadas a um acontecimento negativo. Este tipo de mecanismo, percecionado como eficaz, por quem a eles recorre, está recorrentemente ligado à presença de atitudes sexuais disruptivas e que acentuam a normalização do comportamento. Paralelamente, as ações exercidas pelas distorções cognitivas face às atitudes sexuais, tendem a acentuar e a fundamentar os padrões de funcionamento desviante de um agressor sexual.

Dada a escassez de literatura acerca dos abusadores sexuais de pessoas com especial vulnerabilidade por razões físicas e/ou cognitivas, recorreu-se a um quadro conceptual consolidado noutras tipologias. Assim, entendeu-se que as variáveis relacionadas com o abuso

sexual de menores, por razão da idade, estabelecem um tipo de vulnerabilidade semelhante à das vítimas com limitações físicas e/ou cognitivas, dando o suporte teórico necessário à prossecução da investigação. Esta investigação apresenta três amostras recolhidas entre populações forenses e não forenses. A primeira é constituída por 72 processos individuais de reclusos a cumprir pena de prisão efetiva por crimes de abuso sexual de crianças e menores dependentes. A segunda amostra é constituída por quatro entrevistas realizadas a abusadores sexuais condenados pelo crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência por razão de anomalia psíquica ou física. A terceira, e última amostra é constituída por 141 sujeitos, de onde 41.8% (n=59) são reclusos a cumprir pena de prisão efetiva por crimes de abuso sexual de crianças e menores dependentes e 58.2% (n=82) pertencentes à população geral.

Desta forma, pretende-se dar resposta ao objetivo principal desta investigação, que visa criar conhecimento acerca das características associadas à perpetração de violência sexual em grupos especialmente vulneráveis por razão da idade, deficiência física e/ou intelectual.

Este trabalho está assim dividido em quatro secções principais. A primeira secção é o Estado da Arte, constituída pelo conceito de violência sexual, as suas Teorias e Modelos explicativos, enquadramento das tipologias de agressão sexual e a relação das variáveis selecionadas para a investigação. Na segunda secção apresentamos os Métodos, que remetem para a parte empírica da investigação, onde se descrevem os participantes, as medidas utilizadas e os procedimentos executados. A terceira parte contempla três artigos científicos que visam dar resposta aos objetivos específicos. Por fim, uma secção relativa à discussão geral de resultados, onde se incluem as limitações, impactos e direções futuras.

Estado da Arte

1. Violência Sexual

1.1. Definição

A violência sexual pode ser definida como um ato sexual tentado ou cometido por outra pessoa sem que ocorra um livre consentimento, que poderá ser exercida através da coação ou do recurso a substâncias, que comprometam a capacidade de decisão da vítima, ou a coloquem numa condição de incapacidade de resistência (Basile et al., 2016). A este nível, os mesmos autores indicam que a falta de consentimento, surge sempre que a vítima seja incapaz de consentir por via de doença, idade, deficiência (física e/ou intelectual), estado de inconsciência (e.g. intoxicação por bebidas alcoólicas ou estupefacientes) ou ainda, quando seja incapaz de recusar devido a ameaça e/ou coação física, psicológica ou social. Outro aspeto a realçar é o de

que a violência sexual pode ocorrer sem que haja contacto sexual (e.g. acesso e/ou partilha de conteúdo sexual explícito com menores), sem penetração (i.e., recorrendo singular ou cumulativamente à estimulação digital, masturbação ou exposição a conteúdos pornográficos), com recolha e partilha de imagens de conteúdo pornográfico, ou ainda, quando a vítima seja forçada a ter contactos sexuais com terceiros.

1.2. Prevalência e Enquadramento Jurídico

Em Portugal, a violência sexual tem enquadramento jurídico no Código Processo Penal (CPP), o qual se encontra dividido em duas secções, congregando as tipologias criminais definidas como Crimes contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual. Em 2018, foram reportados junto das autoridades portuguesas, 421 casos de Violação (enquadrados nos crimes violentos e graves) e 836 casos de Abuso Sexual de Crianças, Adolescentes e Menores Dependentes (SSI, 2019). Em termos percentuais, os crimes sexuais com maior expressão foram o abuso sexual de crianças (42.4%), seguidos da violação (17.6%), pornografia de menores (15.5%), abuso sexual de pessoas incapazes de resistência (4.1%) e abuso sexual de menores dependentes (2.4%) (SSI, 2019).

2. Modelos Etiológicos da Agressão Sexual

Muito embora exista grande diversidade de literatura internacional sobre a agressão sexual, um elemento comum na investigação é que este é um fenómeno que resulta da conjugação de fatores disposicionais, culturais, situacionais e cognitivos (Martins & Machado, 2010, p.73).

Nesta linha, é possível afirmar-se que os Modelos mais difundidos, e que ainda vigoram como referências inabaláveis, são os que procuram conjugar a relação entre comportamentos ocorridos antes e após a agressão sexual. Consta-se que a este nível, os Modelos que têm recebido maior destaque e acolhimento pela comunidade científica, são os que se centram numa abordagem cognitiva (e.g. Abel, Becker & Cunningham-Rather, 1984; Keenan & Ward, 1999; Ward, 2000).

Paralelamente, esta abordagem surge associada a fatores de natureza proximal e distal (e.g. Malamuth, 1986), ao desenvolvimento e consolidação de pré-condições para a passagem ao ato (e.g. Finkelhor, 1984), a circunstâncias de vida adversas e ambiente abusivo (e.g. Marshall & Barbaree, 1990) e às questões fisiológicas e de regulação emocional (e.g. Hall & Hirschman, 1991; Ward & Beech, 2016).

Dado o exposto, optámos por apresentar os Modelos mais recorrentemente referenciados na literatura internacional, recorrendo a uma lógica exclusivamente cronológica, sem a pretensão de hierarquizar a sua relevância, e ressaltando o facto de alguns destes Modelos terem surgido em períodos temporais muito próximos ou simultâneos.

2.1. Modelo das Pré-Condições de Finkelhor

Um dos Modelos mais difundidos sobre o abuso sexual de menores é o de Finkelhor (1984). Por forma a criar um Modelo explicativo com carácter abrangente, o autor sistematizou a sua Teoria em quatro fatores. Enfatizou que estes fatores podem emergir de diferentes formas e contextos, estando associados às seguintes pré-condições: congruência emocional, excitação sexual, bloqueio e desinibição.

A primeira pré-condição está ligada à motivação para abusar sexualmente de uma criança, estruturando-se em três elementos centrais: congruência emocional, fatores sociais e ativação sexual. O primeiro, congruência emocional, remete para a satisfação das necessidades dos agressores, baseado nas características individuais (físicas, psicológicas) e contextuais (vulnerabilidade social, facilidade de acesso) da criança. A nível social, estes sujeitos tendem a perceber as crianças como parceiros sexuais legítimos. O último aspeto a realçar é a possibilidade de o agressor ter sido exposto a um processo de vitimação durante a infância, podendo este provocar alterações na ativação de desejos e interesses sexuais.

A segunda pré-condição está relacionada com a superação das resistências da criança face à aproximação do sujeito, contemplando as dinâmicas de agressão que permitem ao agressor reduzir ou facilitar o envolvimento das vítimas neste tipo de práticas. Ward e Hudson (2001) a propósito desta pré-condição, descrevem que alguns dos recursos utilizados para alcançar as vítimas, podem passar pelo uso de gratificações (e.g. presentes) ou por ameaças e/ou coação física. Paralelamente, e embora não digam respeito em concreto às características dos agressores, existem alguns fatores que potenciam o incremento da vulnerabilidade das vítimas, tais como, a sua situação psicológica (i.e., personalidade e/ou psicopatologia), eventos de vida específicos e intoxicação por substâncias (e.g. álcool e/ou drogas).

A terceira pré-condição remete para os inibidores externos existentes no abuso sexual, sendo estes alicerçados em crenças e atitudes disruptivas que criam constrangimentos ao desenvolvimento sexual normativo. Estas tendem a desenvolver-se, desadequadamente, durante a infância e adolescência, visto que é nesta fase da vida dos sujeitos que ocorrem as principais dinâmicas de socialização e de interação social secundária estruturantes do desenvolvimento da sua sexualidade (cf. Bandura, 1989). Este viés no desenvolvimento poderá ser baseado em défices ao nível da supervisão, vinculação e estilos parentais, assim como em historial de abuso

físico e/ou sexual (Ward et al., 2006).

Na quarta, e última, pré-condição, o autor enfatiza que após a superação das restrições à perpetração do abuso, o agressor procurará adequar as suas estratégias de forma a garantir a obtenção da gratificação sexual, alcançando nesta fase a transposição da resistência da vítima. Esta pode ocorrer com o recurso a algum tipo de recompensas ou ameaça dirigida às crianças. Estas barreiras podem ser mais facilmente superadas por via de um acesso privilegiado às vítimas, podendo surgir através da proximidade relacional (e.g. familiar) com as vítimas ou através de figuras de autoridade/referência (e.g. treinador, professor) (Sullivan & Beech, 2003; Ward, et al., 2006).

Numa perspetiva crítica, embora o Modelo de Finkelhor (1984) seja pioneiro e com mérito explicativo relativamente ao abuso sexual, padece de imprecisões. Salienta-se que diversos fatores de vulnerabilidade carecem de melhor esclarecimento, dificultando uma divisão taxonómica com base nas características de abuso (Ward & Hudson, 2001). Finkelhor (1984) enfatiza que uma Teoria sobre o abuso sexual de menores deve explicar qual o motivo pelo qual um adulto é capaz de se excitar sexualmente com uma criança, os seus desejos e impulsos, e o porquê de não conseguir inibir essa ação. Contudo, na análise ao seu Modelo, não fica claro o motivo pelo qual os fatores psicológicos e sociais resultam em ofensas sexuais invés de outro tipo de comportamento (Ward & Hudson, 2001). Nesta perspetiva, desconhece-se a razão da congruência emocional e do bloqueio derivarem numa agressão, e o motivo por que esta se expresse sexualmente. Não obstante disso, este Modelo reconhece que os fatores sociais podem levar à perpetração e manutenção do abuso sexual, nomeadamente, a paixão/afeto social dirigido aos menores, o acesso e disponibilidade de pornografia infantil e as falhas na supervisão externa (Salerno, 2014).

Embora o Modelo seja detalhado ao nível das vulnerabilidades de funcionamento psicológico dos agressores, não integra um conjunto de variáveis explicativas que permitam sustentar o desenvolvimento de percursos relacionados com a agressão sexual, invés de um outro qualquer comportamento antissocial (Ward & Hudson, 2001; Salerno, 2014). Verifica-se que Finkelhor (1984) contempla residualmente, e contrariamente à maioria dos autores contemporâneos (e.g. Abel, Becker & Cunningham-Rathner, 1986; Marshall & Barbaree, 1990; Malamuth, 1994), a perspetiva de que os fatores cognitivos (e.g. desejos e crenças) desempenham um papel relevante no comportamento sexual disruptivo (Ward & Hudson, 2001). Por fim, ainda que o Modelo se revele sólido no campo da intervenção, permitindo sistematizar as condições de passagem ao ato, a ausência de fatores explicativos associados, tornam-no difícil de utilizar como Modelo conceptual que sustente estudos empíricos.

2.2. Modelo Integrado de Marshall e Barbaree

O Modelo proposto por Marshall e Barbaree (1990), à semelhança da anterior conceptualização é um dos mais referenciados na literatura sobre violência sexual. Nele, os autores estabelecem o abuso sexual uma consequência de uma relação multifatorial, onde, o ter estado exposto a circunstâncias de vida adversas durante a infância (e.g. fracos recursos económicos, défice nas práticas parentais, exposição direta ou indireta a violência física e/ou sexual), tornam os sujeitos mais vulneráveis a desenvolver comportamentos sexuais desviantes. Os autores consideram ser condição essencial à prevenção de comportamentos disruptivos, que durante a infância e a adolescência se desenvolva a capacidade de distinguir entre impulsos agressivos e sexuais. Desta forma procura-se potenciar o autocontrolo de tendências agressivas durante as práticas sexuais (Marshall & Marshall, 2000). Acrescentam ainda, que o processo de maturação psicosexual poderá ser condicionado pela qualidade da vinculação, facto corroborado por outros autores (e.g. Smallbone & Dadds, 2000); podendo ainda surgir através de uma maior vulnerabilidade biológica (condicionada por alterações hormonais características da adolescência). Marshall e Barbaree (1990) apresentam assim uma abordagem teórica que contempla diversos fatores que interagem entre si num determinado período temporal, convergindo a partir de fatores causais e biológicos, crenças (incluindo papéis de género) e atitudes sexuais.

Ward (2002) a propósito deste Modelo, critica o facto de sexo e agressão serem descritos como estando no mesmo campo de aprendizagem. Embora as estruturas e redes neuronais de que dependem o sexo e a agressão sejam semelhantes, não será adequado assumir que estas tenham a mesma génese. O autor reforça que nem todas as ofensas de natureza sexual têm uma componente agressiva e compensatória, pelo que poderá ser redutor assumir que o abuso sexual está relacionado com a necessidade de envolvimento, défices interpessoais e forte ativação sexual.

2.3. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman

Numa procura pela unificação das Teorias existentes sobre abusadores sexuais, Hall e Hirschman (1991) apresentaram um Modelo que se centra em quatro elementos principais: excitação ou ativação sexual fisiológica desadequada; cognições imprecisas/distorções; descontrolo afetivo; e défices no desenvolvimento da personalidade. Os autores descrevem o seu Modelo na perspetiva de que cada um dos elementos mencionados derivam de percursos motivacionais que desencadeiam uma resposta agressiva (Ward & Beech, 2006).

Relativamente à ativação sexual, esta não constitui um risco *per se* quando isolada, contudo, a sua conjugação com os restantes fatores, poderá levar à passagem ao ato. Assim, este

Modelo cria umnexo de relações causais entre fatores, influenciando-se mutuamente. Alicerçados noutra abordagem (cf. Abel et al., 1984;1986), estes autores afirmam que a existência de distorções cognitivas, ao condicionarem as capacidades preceptivas destes indivíduos, poderão desencadear e/ou manter abusos sexuais. Já os estados emocionais negativos, relacionados com o descontrolo afetivo, podem contribuir para o desenvolvimento de comportamentos de agressão pautados pela impulsividade. Por fim, os défices de personalidade remetem para o facto da construção da mesma poder estar condicionada por experiências traumáticas na infância, promovendo referenciais ancorados em características antissociais.

Numa análise crítica, Ward (2001) sugere que este Modelo não equaciona a existência dos mecanismos que estão na base dos desvios, nem considera que a existirem, estes poderão estar interrelacionados. Paralelamente, considera existir alguma sobreposição entre os quatro fatores. Outros autores (e.g. Ward, Polachek & Beech, 2006) advogam da mesma perspetiva e acentuam a ideia de que o Modelo também não demonstra de que forma é que os quatro fatores apresentados são elementos motivacionais para a agressão sexual.

2.4. Modelo de Confluência de Malamuth

Inicialmente, Malamuth (1986) desenvolveu o seu Modelo baseado nas Teorias da aprendizagem social e na visão feminista sobre o abuso. Contudo, a sua abordagem viria a ser redirecionada para uma análise evolucionista da agressão sexual. Malamuth, Check e Briere (1986) estabelecem a distinção entre fatores distais e proximais. Os fatores distais, associam-se com a perspetiva de existência de variáveis ambientais influenciadoras dos padrões de comportamento e de passagem ao ato (Ward, Polascheck & Beech, 2006). Estes fatores estariam na génese dos mecanismos dos comportamentos desviantes, correspondendo à prerrogativa de que o desenvolvimento neuropsicológico entre sexos produz diferentes tipos de expressão da sexualidade. Os fatores distais são disposicionais e podem influenciar uma variedade de comportamentos antissociais, estando diretamente relacionados com a personalidade. Já os fatores proximais, são identificados pelos autores como estando diretamente associados à agressão sexual, manifestando-se, por exemplo, através da excitação sexual desviante. A conjugação de ambos os fatores permitiriam assim a predição de comportamentos de agressão sexual. (Malamuth, et al., 1986; Malamuth, et al., 2000; Ward et al., 2006).

Este Modelo enfatiza ainda a perspetiva de que o comportamento sexual agressivo pode convergir através da promiscuidade sexual e hostilidade masculina. A promiscuidade sexual derivaria de um ambiente abusivo, onde estariam presentes situações de negligência e maus-tratos parentais, desencadeando comportamentos primários disruptivos, em idade precoce.

Contudo, os autores sugerem que em paralelo existirá a construção de atitudes antissociais de violência que determinam um quadro de hostilidade masculina, que visa a dominância sexual sobre a mulher. Esta última, poderia manifestar-se aquando da negação do ato sexual ou da presença de terceiros que ameacem o papel do agressor numa eventual relação. Na conjugação das designadas constelações antissocial/impessoal e hostilidade masculina, surgiria o desenvolvimento de atitudes fundadas no sexo impessoal e a presença de promiscuidade sexual. Outro elemento que consolidaria a vulnerabilidade para passagem ao ato, ou não, seria a presença de uma baixa empatia, a qual consolidaria o risco de o sujeito vir a agredir sexualmente. Diversas investigações levadas a cabo nos anos seguintes viriam a dar suporte empírico a esta Teoria (e.g. Dean & Malamuth, 1997; Malamuth et al., 1995; Malamuth, 1998).

A figura seguinte apresenta o Modelo tal como é descrito por Malamuth e colaboradores (1986).

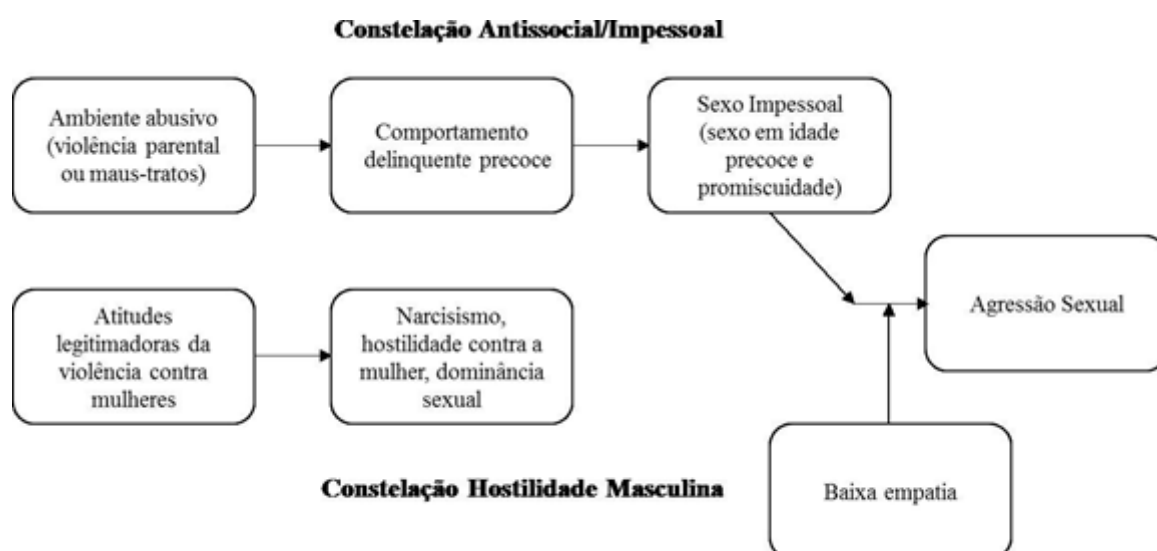


Figura 1. Modelo de confluência (adaptado de Malamuth & Hald, 2017, p.58)

Como limitação deste Modelo, é apontado o facto de não considerar fatores situacionais, desregulação emocional ou distorções cognitivas, sendo que mais do que ser apontada a sua ausência, o não ser explicada a opção de não os incluir no Modelo, é o elemento digno de maior crítica (Faupel & Przybylski, 2017).

Outro aspeto notado por outros autores remete para o facto da sua investigação fundamental remontar à década de 80, o que leva a não serem incluídos outros elementos tidos, atualmente, como fundamentais, nomeadamente, a empatia face às suas vítimas, os estilos de vinculação, défices de regulação (Ward, Polaschek, & Beech, 2006). Os mesmos autores apontam ainda como limitação, o facto deste Modelo ignorar a agressão na sua análise, assim como a heterogeneidade da mesma.

2.5. Modelos de Distorções Cognitivas

As Teorias associadas às distorções cognitivas podem ser divididas entre aquelas que se centram nos processos cognitivos após a realização de comportamentos sexualmente desviantes (e.g. Abel et al, 1984; 1989); e as construídas em torno das estruturas cognitivas que se supõe precederem e manterem a agressão (e.g. Ward, 2000; Ward & Sigert, 2002).

A disseminação do conceito de distorções cognitivas, embora derive da Terapia Cognitivo-Comportamental (cf. Beck, 1963), ganhou relevância nos anos 80 do séc. XX, através de Abel, Becker e Cunningham-Rather (1984), que apresentaram um dos primeiros Modelos da agressão sexual baseados numa abordagem fundamentalmente cognitiva. Estes autores definiram as distorções cognitivas como um sistema de crenças focadas na sustentação do contacto sexual com menores, recorrendo à justificação/legitimação com o intuito de racionalizar as suas ações. Defendiam ainda, que o enviesamento na perceção das normas e expectativas sociais sobre o sexo (aquando do desenvolvimento sexual) poderia promover comportamentos sexuais disruptivos. Embora difundido e aceite pela comunidade científica internacional, têm-se verificado algumas críticas à sua abordagem. Numa análise a este Modelo, Ó Ciardha e Ward (2013) concluem, à semelhança de Ward, Polascheck e Beech (2006) que a abordagem inicial desenvolvida por Abel e colaboradores (1984;1986), embora pioneira e responsável pela compreensão do papel das distorções cognitivas na agressão sexual, apresenta limitações no que diz respeito à etiologia da agressão, focando-se essencialmente na manutenção desta.

No final dos anos 90, através dos trabalhos de Ward e Keenan (1999) e de Ward (2000) no campo do abuso sexual de menores, surgiu uma perspetiva complementar à de Abel e colaboradores (1984;1986), emergindo as Teorias Implícitas (TI). Esta nova perspetiva manteve uma forte ligação ao conceito original de distorções cognitivas, dando-lhe uma estrutura baseada no conteúdo dos discursos de legitimação, minimização ou banalização do comportamento de abuso sexual. Segundo Ward (2000) as distorções cognitivas presentes em muitos dos agressores sexuais são produzidas através das suas crenças e da sua própria vontade manifesta. Este autor sugere ainda que estas perspetivas distorcidas da realidade compreendem dois planos podendo estes surgir por via da normalização/minimização do sucedido ou através da legitimação, que se traduziria numa procura por justificar o comportamento. Foram definidas cinco Teorias Implícitas: criança como ser sexual, direito, mundo perigoso, incontrolabilidade e natureza do dano (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000).

No que remete para a criança como ser sexual, é postulado que alguns abusadores sexuais de menores podem percecionar as suas vítimas como um ser capaz de se autodeterminar

sexualmente, com uma motivação primária de procura pela gratificação sexual e obtenção de prazer. Esta perspectiva seria alimentada pela percepção do abusador, de que teria sido seduzido pela vítima (e.g. através de olhares, toques, forma de vestir, entre outros) demonstrando assim, que a vítima seria capaz de exercer uma expressão clara da sua sexualidade, com o intuito de manter contactos sexuais com o abusador.

Relativamente ao direito, os autores descrevem uma perspectiva de superioridade do agressor face à vítima, assumindo legitimidade para a agredir sexualmente. Assim, esta TI apresenta como premissa central, a crença de que alguns indivíduos possuem um estatuto que lhes confere privilégio no cumprimento das suas necessidades, assumindo uma posição capaz de decidir sobre o que é ou não aceitável. Cumulativamente, entendem-no como um direito natural, onde lhes é admitido fazer sexo sempre que querem, devendo por isso a criança consentir, assim como desfrutar da experiência (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000). Mihailidies, Devilly e Ward (2004), acrescentam que estes agressores tendem a tomar as vítimas como garantidas, devendo estas consentir no contacto sexual. Verifica-se uma atribuição de relevância aos próprios desejos e crenças do agressor, em detrimento da vítima, que são ignorados ou entendidos como possuindo uma natureza secundária no que diz respeito aos seus interesses.

Na perspectiva de mundo perigoso, o agressor antevê a existência de riscos decorrentes de lidar com outras pessoas, facto que potenciará a hipótese de vir a ser rejeitado ou a sofrer um qualquer tipo de abuso e/ou aproveitamento. Desta forma, surgem duas leituras ligadas a esta TI. A primeira, surge como uma antecipação de dano que o menor poderia provocar-lhe, estando a agressão associada a uma tentativa de fortalecer a sua posição face à vítima. A outra perspectiva, remete para a confiabilidade atribuída às crianças, sendo os contactos sexuais com adultos preteridos em detrimento destas. Pode admitir-se que na base desta TI, possam estar questões relacionadas com a autoimagem e autoestima, a exposição a processos de vitimação primária (na infância e/ou adolescência), com consequências ao nível da personalidade e das competências de relacionamento interpessoal (e.g. Marshall & Barbaree, 1990; Hall & Hirschman, 1991). Assim, a Teoria do Mundo Perigoso remete por um lado para uma crença central de uma sociedade hostil e ameaçadora, onde todos os indivíduos, inclusivamente as crianças, apresentam características hostis e de rejeição (onde o abuso sexual é a única forma eficaz de lidar com a situação) e, por outro lado, considera-se a criança como uma representação de segurança no que concerne ao evitamento da rejeição por parte do agressor e uma garantia de obtenção de um parceiro sexual. Recentemente, a perspectiva da Criança como Parceiro Sexual, foi identificada como uma potencial nova TI. Num estudo realizado com 20 abusadores sexuais encarcerados, os autores identificaram todas as cinco TI conceptualizadas (Ward &

Keenan, 1999), contudo, verificou-se que da conjugação entre a perspectiva da Criança como Ser Sexual e do Mundo perigoso, emergia uma nova TI, a Criança como Parceiro Sexual (Paquette, Cortoni, Proulx & Nicholas Longpre, 2014). Verificou-se que os abusadores advogavam de uma perspectiva da criança estar apta a consentir e a procurar de forma ativa, ter contactos sexuais com um adulto, e que quando comparadas com os grupos de pares desses agressores, estas constituiriam um elemento securizante e adequado ao estabelecimento de uma relação de natureza conjugal.

A Incontrolabilidade é outro dos argumentos verificados nos discursos dos abusadores. Os mesmos autores descrevem que alguns abusadores sexuais tendem a recorrer a uma ideia de determinismo social e biológico, não se considerando responsáveis pelos seus comportamentos. Nesta linha, alguns estudos admitem que esta TI poderá surgir associada a um mecanismo interno de gestão do conflito interno provocado pela exposição/condenação social face à perpetração do abuso sexual (Hudson & Ward, 2000; Biddley & Beech, 2003). Relacionada com esta Teoria implícita encontramos ainda a verbalização de agressores que alegam incapacidade para controlar as suas ações aquando da influência de substâncias psicoativas. Desta feita, a motivação implícita da incontrolabilidade na sexualidade recorre à distorção cognitiva como uma forma de evitar a desaprovação dos comportamentos (Hudson, & Ward, 2000; Biddey & Beech, 2003; Mihailides, Devilly & Ward, 2004).

Por fim, a Natureza do Dano remete para a crença central de que existem diferentes níveis de danos passíveis de ser infligidos às vítimas. Num primeiro plano, surge a ausência de recurso a força física, pelo que o agressor tende a subtrair-lhe grau de severidade. Subjacente a esta perspectiva, surge a ideia de que a ausência de consciência da vítima face ao sucedido torna a ação inócua. Paralelamente, o abusador também poderá advogar da ideia, de que ao tratar-se de uma situação isolada, sem um contínuo ou recurso a força física, não produziria efeitos negativos junto da vítima. Desta feita, verifica-se que esta Teoria Implícita assenta em duas crenças fundamentais, a do dano como algo presente apenas num *continuum* e aquando da perpetração de atos de violência física ou extremamente intrusiva; e num segundo plano a conceção de que a agressão em si é inócua, não causando qualquer efeito negativo ou dano junto do menor (e.g. os abusadores podem argumentar que a carícia é inofensiva quando comparada com outros abusadores sexuais que recorrem à força física).

Globalmente, Ward (2000) descreve que estas Teorias podem ter uma abordagem mais direcionada para as do pré-ato e manutenção do mesmo, ou ainda centrarem-se no pós-ato enquanto elemento redutor de desconforto emocional (i.e., perda de autoestima, ansiedade, atribuição pessoal de culpa, tal como defendido por Abel e colaboradores (1989).

Na procura de transpor esta Teorias para o campo da agressão sexual a adultos, Polaschek

e Gannon (2004) apresentam uma abordagem complementar, onde surge a TI Mulheres como Seres Sexuais, com uma perspectiva de subserviência. Embora não seja explícita a existência de uma crença central de Incontrolabilidade (semelhante à de Keenan & Ward, 1999), estes autores referem que está latente no discurso destes agressores sexuais um discurso que descreve impulsos sexuais do homem, com a ideia de incapacidade de reagir a algo intrínseco ao funcionamento do sujeito. Contudo, importa referir desde logo, que o Modelo de Polaschek e Gannon (2004) incide essencialmente numa díade relacional heterossexual, onde a teorização ou evidências empíricas analisadas dão claro destaque à hostilidade masculina (e.g. Modelo de Confluência de Malamuth, 1986) não permitindo uma generalização a vítimas adultas.

Contudo, a análise apenas do conteúdo dos argumentos utilizados pelos agressores sexuais, apresenta uma lacuna no aprofundamento da relação entre o desenvolvimento dessas distorções e a agressão sexual. Alinhado com esta perspectiva, e abrindo a porta a um alargamento da sua Teoria, constatamos que Ward (2000) sugere que para que ocorra excitação sexual desviante, terá que se verificar uma associação entre os défices nas relações de intimidade, a incongruência afetiva e as distorções cognitivas. Estes criariam então uma tríade explicativa dos padrões sexuais violentos, onde os esquemas cognitivos, associados a experiências precoces desadequadas, períodos de rejeição, decepção ou solidão, poderiam produzir efeitos na definição do impulso sexual.

Em continuidade ao trabalho desenvolvido no campo das distorções cognitivas, Ward e Siegert (2002) hipotetizam a existência de uma vulnerabilidade psicológica primária. Este Modelo, Ward & Siegert's Pathways, baseado na prática clínica, descreve problemáticas evidenciadas por agressores sexuais em intervenção e estabelece uma relação com uma vulnerabilidade adicional no campo da regulação emocional, roteiros sexuais desviantes, défices nas competências sociais e de intimidade e cognições antissociais. Nesta linha, os autores começam por caracterizar os agressores como tendo dificuldades de regulação emocional, que geram limitações ao nível da modelação emocional, impulsividade, controlo da raiva ou estratégias de *coping* disfuncionais, tais como o recurso ao sexo. Estas dificuldades expressam aquilo que os autores acreditam ser, a primeira das cinco *pathways* [trajetórias] utilizadas pelos agressores. Paralelamente, os autores admitem uma segunda *pathway*, caracterizada por limitações relacionados com os *scripts* ou roteiros sexuais, descrevendo uma tendência dos agressores sexuais para confundirem sexo com intimidade, levando a uma maior procura por sexo casual/impessoal. Estes podem, ainda, estar relacionados com défices ao nível da intimidade, remetendo para dificuldades na interação social.

No seguimento da anterior, surge a terceira *pathway*, que remete para a possibilidade dessas limitações/défices a nível interpessoal, precipitarem a substituição de adultos por

crianças, dada a incapacidade de se relacionarem satisfatoriamente com os seus pares. Relacionando o conteúdo do descrito com outros Modelos, verifica-se uma forte afinidade com o proposto por Ward e Keenan (1999) através das suas Teorias Implícitas (e.g. Mundo perigoso ou Direito) ao estabelecer tipos de discursos de legitimação do comportamento, que em tudo se assemelham àqueles que estão na base dos défices interpessoais.

Ward e Siegert propõe ainda uma quarta *pathway*, onde estarão presentes apenas crenças e atitudes antissociais que possam dar suporte a um comportamento criminal, incluindo o abuso sexual. Por fim, a quinta *pathway* é caracterizada por uma agregação das trajetórias anteriormente descritas e que determinam uma intervenção mais complexa, por via da diversificação dos fatores de risco associados ao comportamento sexual violento. Este Modelo foi testado empiricamente, tendo tido resultados que documentam uma forte relação com o que foi conceptualizado. Um exemplo dessa aplicação é o estudo realizado por Gannon, Terriere e Leader (2012), com uma amostra de 97 sujeitos do sexo masculino condenados por abuso sexual de menores. Neste estudo, além de concluírem existir uma forte aplicabilidade do Modelo de Ward e Siegert (2002), foi ainda possível verificar outros elementos. As autoras constataram que 52% (n=49) dos sujeitos apresentavam impulsividade, 13% (n=12) défices relacionais/intimidade com o comportamento antissocial generalizado, e com a conjugação de todas as *pathways* a apresentar apenas 4% (n=4) dos resultados totais obtidos. Um outro estudo, desenvolvido por Connolly (2004), identificou apenas três das cinco *pathways* propostas. Das 13 entrevistas realizadas a sujeitos a cumprir pena de prisão, o autor foi capaz de identificar défices ao nível da intimidade, dos roteiros sexuais desviantes e disfunções múltiplas.

Poucos anos mais tarde, Ward e colaboradores (2006) deram um novo enfoque no recurso às Teorias Implícitas (Ward & Keenan, 1999), dando relevância ao papel de outros mecanismos que podem condicionar a formulação de juízos, nomeadamente: crenças, valores e ações. O Modelo, designado por Julgamento das Distorções Cognitivas, conceptualiza cada um dos mecanismos envolvidos, por forma a procurar o ponto de origem da informação gerada na criação da distorção. Relativamente às crenças, estas estariam integradas como a base da informação retida pelo sujeito, sendo resultado das interações entre este e o seu social. A exposição a crenças desviantes estaria associada aos juízos de valor que advêm dessa experiência social, e que, por conseguinte, poderiam já estar envolvidas em algum enviesamento preceptivo.

Mais recentemente, Ward e Casey (2010) avançaram com elementos complementares à compreensão das causas e manutenção das distorções cognitivas, tendo proposta a Teoria Alargada da Mente. Os autores definiram que a capacidade de atribuir e representar, em si próprio e nos outros, estados mentais, implica a existência de componentes internas e externas,

ligadas ao contexto social e cultural. Em parte, esta perspetiva já havia sido utilizada por Keenan e Ward (2000), onde com base na Teoria da Mente procuraram descrever quatro condições para o desenvolvimento e manutenção de distorções cognitivas. Os autores enumeraram: ausência de aquisição da Teoria da mente (e.g. défices cognitivos ou distorções cognitivas), atraso no desenvolvimento da Teoria da mente, presença de défices afetivos e défices na autorregulação. No entanto, este não é um Modelo que reúna total aceitação da comunidade científica (cf. Adams & Aizawa, 2008), ainda que seja considerada coerente (Ó Ciardha & Ward, 2013).

2.6. Teoria Integrada da Agressão Sexual – Revista

Recentemente, Ward e Beech (2016) apresentaram uma nova abordagem da Teoria Integrada sobre a Agressão Sexual. Segundo os autores, para que exista uma leitura integrada do comportamento humano, deverão estar presentes quatro níveis de análise: etiológico, onde se compreendem os fatores ambientais e genéticos, mecanismos cerebrais, análise neuropsicológica (com relação aos sistemas psicológicos associados à perceção e produção de linguagem), e nível de análise fenomenológico e/ou psicopatológico (e.g. excitação sexual desviante). Esta Teoria adverte assim para o aspeto multifatorial da agressão sexual e para a necessidade de se incluírem diferentes fontes causais. Os mesmos autores defendem que a base etiológica do comportamento sexualmente abusivo se trata de uma conjugação entre os fatores genéticos e ambientais. No que diz respeito aos primeiros, as funções neuropsicológicas estão ligadas entre si, de uma forma não hierarquizada, influenciando-se mutuamente. Aqui, inclui-se a componente motivacional da ação, que resulta da capacidade de regulação ou adaptação emocional (desadequada no caso dos agressores), dos recursos de perceção e memória, onde já se podem incluir as distorções cognitivas, crenças e atitudes e a definição da ação, subtraindo o controlo do impulso. Nesta medida, importa reforçar que os mecanismos neuropsicológicos seriam fortemente influenciados pelo próprio funcionamento biológico (ao nível dos fatores genéticos e evolutivos) mas essencialmente ao nível da aprendizagem social. Neste último, as influências exercidas sobre os fatores neuropsicológicos estariam relacionadas com o ambiente social e cultural vigente, com as características pessoais e com o ambiente físico. Assim, a seleção da ação, potencialmente desviante, seria precipitada pelo enviesamento multifatorial dos diferentes elementos descritos, que perante determinados fatores estáticos, desencadearia uma ação de agressão. A este nível, os autores identificam os problemas emocionais, as dificuldades de interação social, as distorções cognitivas e a excitação sexual desviante. Por fim, importa reforçar que este Modelo apresenta uma perspetiva de influência fechada, num ciclo de manutenção e escalada, baseado na obtenção de gratificação sexual. Esta Teoria

ênfatisa a ideia de interação dinâmica entre as variáveis explicativas, com uma confluência distal e proximal e com recursos neurológicos de relevo. Contudo, não fica clara a forma como as ações do nicho ecológico, tais como o ambiente social ou as circunstâncias de vida, influenciam a desregulação emocional e as dificuldades sociais. Isto verifica-se dado que o Modelo não contempla fatores de proteção ou características de personalidade (que podem ser inibitórias de uma resposta agressiva). Assim sendo, poderemos apontar como crítica a subtração do papel das características de personalidade e do desenvolvimento empático, que como se sabe, tem forte influência na passagem ao ato.

Apresentamos de seguida uma figura ilustrativa do ora descrito.

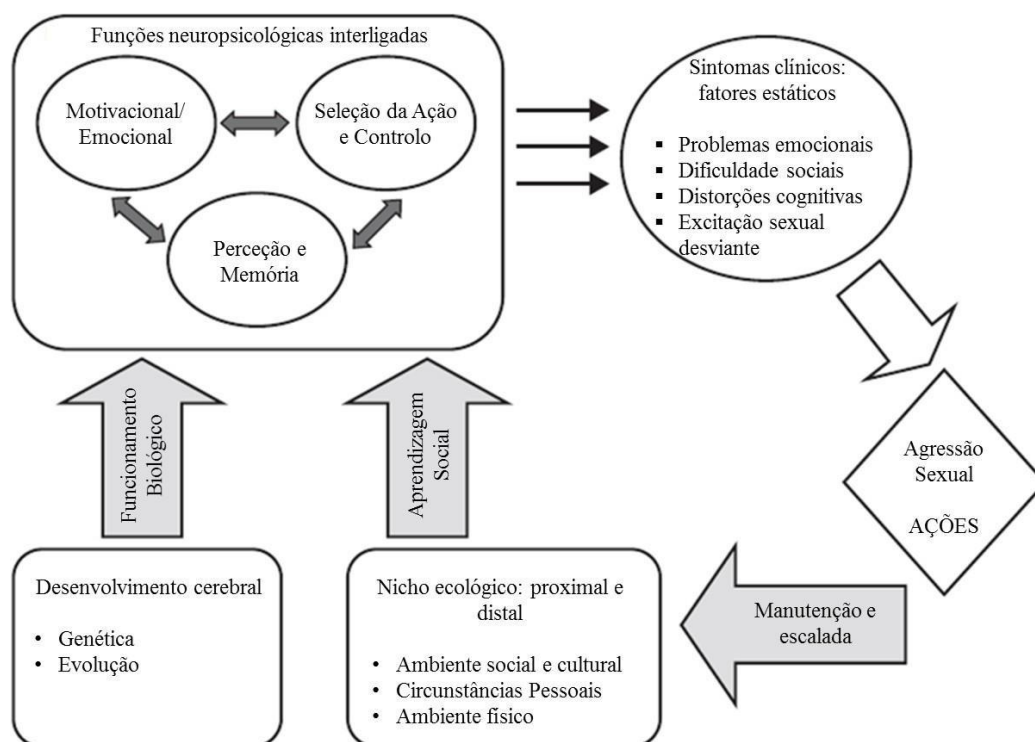


Figura 2. Esquema ilustrativo da Teoria Integrada sobre a Agressão Sexual – Revista (Ward & Beech, 2016, p. 125)

2.7. Modelo Motivação-Facilitação

Este Modelo é baseado Teorias anteriores (cf. Finkelhor, 1984; Gottfredson & Hirsh, 1990). Tal como ilustrado anteriormente, a Teoria das Pré-condições de Finkelhor (1984) ênfatisa a existência de três fatores motivacionais que poderão desencadear o abuso sexual de menores: desejo sexual por crianças (foco parafílico); identificação emocional com crianças; e dificuldades no relacionamento com pares, do ponto de vista sexual. Por seu turno, Gottfredson e Hirsh (1990) já haviam estabelecido a relação entre o baixo-autocontrolo e a tendência para o cometimento de crimes numa perspetiva de oportunidade. Assim, o Modelo proposto foca-se

nas motivações, traços de personalidade e fatores facilitadores, como forma de explicar o comportamento sexual violento. Seto (2017) descreve a existência de três motivações sexuais primárias: a existência de parafilia; elevado desejo sexual; empenho no envolvimento sexual.

No que concerne às motivações parafílicas, estas podem assumir diferentes formas, sendo definidas como “fantasias intensas e correntes sexualmente excitantes (...) e implicam, geralmente: objetos não humanos, sofrimento ou humilhação do próprio ou do seu parceiro (...) ou crianças ou outras pessoas sob coação” (APA, 2002, p.566). Embora o Modelo não especifique que tipo de parafilias estão em causa, facilmente poderemos relacionar com a pedofilia, dada a relação existente com alguns casos de abuso sexual a menores. Assim, este foco parafílico irá direcionar o interesse sexual do sujeito e acentuar a probabilidade de passagem ao ato.

O desejo sexual será condicionado por múltiplos fatores, entre os quais se destacam a idade, os níveis hormonais, a qualidade das relações amorosas, ou até mesmo a saúde física (Seto, 2017). Neste caso, o autor defende que por vezes poderão associar-se problemas de elevado consumo de pornografia, com recurso frequente à masturbação e preocupação sexual excessiva. Estas situações poderão provocar consequências diretas na vida quotidiana dos sujeitos, com implicações ao nível financeiro, amoroso, ou de saúde física e mental. De acordo com este Modelo, para que estes aspetos sejam determinantes na ocorrência de uma situação de violência sexual, terão que estar sob a influência de fatores facilitadores, onde se incluem o autocontrolo, atitudes e crenças, alterações emocionais, ou quando confrontados com emoções negativas.

Por fim, o intenso empenho no envolvimento sexual remete para os recursos e foco dirigidos para a procura e obtenção de novos parceiros sexuais. O autor menciona o trabalho de outros colegas (cf. Lamuière, Harries, Quinsey & Rice, 2005) de forma a argumentar que os sujeitos que apresentam este tipo de envolvimento sexual poderão mais facilmente incorrer em comportamentos sexuais coercivos. Este facto poderia dever-se a uma constante procura por novos parceiros, o que acarretaria uma maior probabilidade de acentuar as insistências, por forma a ultrapassar algum tipo de relutância dos potenciais parceiros, em estabelecer contacto sexual.

Além do referido, parece ainda existir o recurso à oportunidade, remetendo esta para as características de vulnerabilidade da vítima (e.g. idade, capacidades cognitivas, limitações físicas).

Este Modelo apresenta-se como um dos mais recentes, pelo que a sua validação empírica se apresenta ainda incipiente. Neste sentido, o próprio autor tem vindo a procurar lacunas e a demonstrá-las junto da comunidade científica, com o propósito de exercitar melhorias teóricas e propor soluções para as limitações identificadas. Um dos factos apontados pelo autor, é o da

conceptualização de que todas as motivações são de cariz sexual, contrariando a ideia de que raiva, vingança, desejo de poder ou controlo (entre outras) poderiam desempenhar um papel relevante na agressão sexual. Embora Seto (2019) não abandone a sua perspetiva, admite de forma categórica que esta necessita de ser colocada à prova através de uma avaliação empírica adicional (ainda que não concretize como o poderia realizar). Outra questão levantada pelo autor, diz respeito a não terem sido incluídos outros elementos, que hoje se sabem, ser essenciais na passagem ao ato, nomeadamente, fatores de proteção, fatores situacionais e fatores sistémicos ou estruturais. As características das vítimas, vulnerabilidades ou capacidade de resistência, não são igualmente contempladas, o que já foi demonstrado no passado, ser relevante nas questões relacionadas com o seu acesso e concretização do ato (e.g. Finkelhor, 1984; Marshall & Barbaree, 1990).

3. Agressores Sexuais

A investigação acerca dos agressores sexuais ganhou especial relevância a partir da década de 60 (cf. Mohr, Turner & Jerry, 1964), levando à diversificação nas abordagens e Modelos etiológicos que permitissem explicar o seu funcionamento. Com a evolução decorrente dessa investigação, verificou-se uma tendência para procurar individualizar se existiriam diferentes características específicas, consoante a natureza do crime sexual praticado. Estas investigações permitiram criar perfis criminais onde se incluem dois grandes grupos: abusadores sexuais de menores e violadores (Laws & Marshall, 2003; Soeiro, 2009; Liang & Hu, 2018; Lyons & Romano, 2019). Elementos como as características sociodemográficas e as respetivas dinâmicas abusivas têm surgido com fins preditivos e de consequente prevenção da reincidência (Safarik, Jarvis & Nussbaum, 2002; Goodwill & Alison, 2007; Goodwill, Alison & Beech, 2009; Goodwill et al., 2013; Rebocho & Gonçalves, 2012; Goodwill et al., 2016).

3.1. Tipologias Criminais dos Agressores Sexuais

A literatura internacional tem procurado compreender se existem diferenças significativas entre agressores sexuais de crianças e de adultos. Diversas variáveis têm sido incorporadas nos diferentes estudos (cf. Robertiello & Terry, 2007), com o objetivo de mensurar eventuais diferenças nos estilos de processamento da informação e nas dinâmicas agressivas que daí decorrem. A relação entre o agressor e as suas vítimas (Waterhouse et al., 2018), as características das vítimas e outras informações (Robertiello & Terry, 2007; Liang & Hu, 2018) foram contempladas por forma a estabelecer padrões do exercício da violência sexual por parte destes sujeitos.

3.2. Abusadores Sexuais de Menores

Na década de 1980, Knight, Rosenberg e Shneider (1985) apresentaram Modelos descritivos sobre as características/tipologias dos agressores sexuais de menores. Simon e colaboradores (1985) analisaram as características deste tipo de agressores, tendo concluído que a conceptualização de um Modelo *regressive/fixated* (cf. Groth & Birnbaum, 1978; Groth et al., 1982) seria a explicação mais aceitável. Esta perspectiva refere-se à motivação para a perpetração como elemento diferenciador entre os agressores (cf. Burgess et al., 1978; Groth & Birnbaum, 1978; Groth et al., 1982). Em relação aos agressores *fixated* (Groth & Birnbaum, 1978), descritos como preferenciais, tendem a apresentar uma atração persistente, contínua e compulsiva pelas crianças (Groth et al., 1982; Terry & Tallon, 2004). Nesse grupo, tende a surgir maior frequência de diagnóstico de abuso e pedofilia (Terry & Tallon, 2004), e a maioria dos agressores não tem relacionamento com a vítima, procurando estabelecer um relacionamento de confiança e proximidade.

Paralelamente, o outro grupo de agressores foi descrito como *Regressive* (Burgess et al., 1978). Esses agressores não são motivados pelas características físicas ou psicológicas das crianças, mas pelo acesso à gratificação sexual (Lehman et al., 2014). Podem identificar as crianças como uma alternativa aos pares e procurar estabelecer comportamentos sexuais mais próximos deles do que dos adultos. É nesse grupo que os agressores que cometeram incesto são encontrados (Lanning, 2010). Estes raramente recorrem à força física, munindo-se da confiança inerente ao relacionamento preexistente (Lehmann et al., 2014).

Terry (2006 citado por Robertiello & Terry, 2007) identificou um conjunto de características comuns a indivíduos que abusam sexualmente de crianças. Este identificou, em consonância com os Modelos etiológicos mais conhecidos (e.g. Marshall & Barbaree, 1999; Ward & Siegert, 2002) que as competências sociais precárias, baixa autoestima, sentimentos de inadequação e inutilidade, estavam presentes nos perfis definidos dos agressores sexuais.

Diferenciando entre abusadores intra e extrafamiliares, Seto, Babchishin, Pullman e McPhail (2015) levaram a cabo uma meta-análise, composta por 78 estudos, onde se compararam as duas tipologias. Os autores concluíram que os intrafamiliares tendiam a pontuar menos ao nível dos comportamentos antissociais e dos interesses sexuais desviantes quando comparados com os agressores extrafamiliares. Estes últimos apresentavam ainda uma maior probabilidade de terem sido vítimas (e.g. violência sexual, física, negligência). As crenças e atitudes legitimadoras da violência surgiam com mais impacto nos agressores extrafamiliares.

3.3. Violadores/Abusadores Sexuais de Adultos

A violência sexual contra pessoas adultas, à semelhança dos atos perpetrados contra crianças e adolescentes, pode traduzir-se em diferentes formas de abuso, que surgem com ou sem contacto, com diferentes níveis de severidade e intensidade.

Numa meta-análise levada a cabo por Whitaker e colaboradores (2008) que procurava descrever diferenças relacionadas com os fatores de risco de violência sexual entre abusadores sexuais de menores e violadores, foi possível verificar que estes diferem significativamente ao nível dos processos de pensamento. Esta investigação concluiu que os agressores sexuais de adultos apresentam uma menor externalização de comportamentos disruptivos. Contudo, embora se tenham verificado semelhanças, prevaleceram as diferenças entre agressores sexuais (menores e violadores), quando comparados com outros agressores (que não sexuais) e amostras normativas. Os mesmos autores verificaram ainda que os fatores familiares estavam relacionados com a perpetração de comportamento de abuso sexual de menores. As habilidades relacionais surgem igualmente como mais deficitárias nos abusadores sexuais de menores, e com maiores problemáticas de natureza emocional e de controlo de impulsos, nos violadores.

Em linha com o exposto, Polaschek, Ward e Hudson (1997) já haviam descrito que os violadores tendiam a passar ao ato motivados por duas dimensões da agressividade (raiva e hostilidade) e por vingança. Paralelamente, surgem como tendo tido maior probabilidade de terem sido expostos a vitimação, sob diferentes formas, durante a infância e/ou adolescência (Craissati & Beech, 2004), podendo ainda estar presentes outras problemáticas relacionadas com o consumo de substâncias, principalmente álcool (Craissati & Beech, 2004; Hamdi & Knight, 2012).

4. Abuso sexual de Pessoas em Condição de Especial Vulnerabilidade

Embora a violência sexual constitua, por si só, um problema social de especial relevância com destaque na agenda política e social, existem características que elevam o grau de vulnerabilidade de algumas vítimas de abuso sexual.

Neste sentido, e procurando salvaguardar mais eficazmente os direitos das vítimas que se encontram nessas condições, a lei nº130/2015, Artigo 67º A, alínea b), estabelece o regime jurídico capaz de enquadrar uma vítima de crime na condição de Vítima especialmente vulnerável. Este é definido com base no seguinte pressuposto: “vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social” (Diário da

República n.º 173/2015, Série I de 2015-09-04). Nesta linha, a contribuição da idade da vítima, assim como da sua condição física ou cognitiva, são elementos centrais na vulnerabilidade a atribuir a uma vítima de crime.

4.1. Vulnerabilidade em razão da idade.

Estima-se que cerca de mil milhões de crianças e adolescentes sejam anualmente vítimas de violência (Hillis, Mercy, Amobi & Kress, 2016). Numa meta-análise de Barth e colaboradores (2012), concluiu-se que de 50 estudos, levados a cabo em 24 países diferentes, a prevalência de abuso sexual foi estimada entre 8 a 31% nas raparigas e de 3 a 17% nos rapazes. Em termos objetivos, os autores estimam que nove raparigas, em cada 100, foram forçadas a ter contactos sexuais. Ainda que com valores mais baixos, os rapazes estão igualmente expostos, sendo que três em cada 100, tende a estar exposto a uma situação de vitimação desta natureza. Em Portugal, durante o ano de 2018, foram denunciados junto das autoridades 836 casos de abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes, o que configura mais do dobro dos casos (421) de violência sexual contra adultos, mais concretamente, no crime de violação (SSI, 2019).

Nesta perspetiva, e observando o impacto dos números, a idade surge com um elemento de especial vulnerabilidade a vitimação, e de uma forma acentuada, ao nível do abuso sexual. Um estudo de Trindade e colaboradores (2014) documentou que em contexto de atendimento numa Unidade Médico-Legal, das 421 pessoas vítimas de violência sexual recebidas, 379 (90%) tinham uma idade inferior a 18 anos.

A questão da idade enquanto fator de vulnerabilidade além de ser sustentada pela literatura científica e pelas estatísticas criminais, ganha especial impacto devido ao facto de se tratar essencialmente de crianças e adolescentes. Karkošková (2015) refere que nos casos em que a vítima é uma criança, a sua idade poderá condicionar o próprio processo de investigação criminal. A autora sugere que em detrimento da sua idade, a vítima pode ceder a uma posição de poder e/ou dependência perante o agressor (o que poderá, inclusivamente, levar a uma recorrência das situações de abuso). Paralelamente, e consoante o nível de desenvolvimento cognitivo dos menores, poderão surgir algumas barreiras ou lacunas na qualidade da comunicação e, conseqüentemente, com efeitos na quantidade de informação recolhida acerca do abuso. O risco de enviesamento de memórias também é contemplado, dada a facilidade de em diferentes estádios de desenvolvimento, a criança ou adolescente serem capazes, de forma mais ou menos eficaz, de reterem memórias e evocá-las sem vieses. Por fim, e agregando o anteriormente dito, a vítima menor poderá ver-se na contingência da sua credibilidade, vir a ser colocada em causa.

Contudo, esta condição de vulnerabilidade é dinâmica, sendo superada com a entrada na idade adulta e ganhando novamente expressão aquando da entrada na 3ª idade, onde a vulnerabilidade da idade deriva da condição física e/ou intelectual que surge em consequência do envelhecimento biológicos (e.g. Payne, 2009; Brozowski & Hall, 2010; Soares et al., 2010). Este facto poderá estar relacionado com a existência de rotinas, de maior ou menor intensidade, consoante o grau de ensino em que o menor se encontra integrado, condicionado assim o acesso a terceiros, ainda que igualmente expostos no ambiente familiar (McKillop et al., 2015).

Nesta linha, alguns estudos comportam resultados de que as crianças mais jovens tendem a estar mais expostas a abusos perpetrados por elementos da família, enquanto as mais velhas podem incluir agressores desconhecidos ou sem lações familiares (Fischer & McDonald; 1998; Snyder, 2000, McKillop et al., 2015).

4.2. vulnerabilidade em razão de deficiência física e/ou intelectual.

A nível mundial, estima-se que entre 15.3 a 15.6% da população adulta com mais de 18 anos, seja portadora de algum tipo de deficiência (OMS, 2011). Em Portugal, 1 792 719 pessoas são portadoras de pelo menos uma incapacidade ou deficiência, sendo estes mais prevalentes em mulheres que homens (1 088 412 mulheres, para 704 307 homens). Estes números traduzem-se em cerca de 18% da população nacional, sendo que ao nível da distribuição por escalões etários, verificamos que os mais idosos (65 anos ou mais) representam o maior grupo, com 42%. As idades entre os [5-14], [15-24] e [25-64], representam, 5%, 4% e 11%, respetivamente (Censos, 2011).

A literatura internacional tem demonstrado, através de estudos de prevalência, que a condição de deficiência física e/ou intelectual constitui um fator de risco para ser vítima de agressão sexual (e.g. Casteel, Martins, Smith, Gurka e Kupper, 2008; Hughes et al., 2012; Basile, Breiding & Smith, 2016). Basile, Breiding e Smith (2016), constataram que essa probabilidade aumentava no caso das mulheres. Paralelamente, Martin, Ray, Sotres-Alvarez, Kupper, Moracco e Dikens (2006) já haviam verificado este facto, reforçando ainda que também a idade poderia potenciar uma maior vulnerabilidade. Assim, as mulheres mais velhas com algum tipo de deficiência, quando comparadas com as mais novas, tendiam a estar mais expostas a ser vítimas de abuso sexual. Não obstante do facto de diversos estudos corroborarem a ideia de maior exposição feminina à vitimação (e.g. Haydon, McRee & Halpern, 2011; Krnjacki et al., 2016), os homens portadores de deficiência, estão também eles mais vulneráveis, quando comparados com a população geral. Numa outra amostra, esta constituída exclusivamente por homens vítimas de agressão sexual (portadores de deficiência física e

intelectual), 52% dos sujeitos atendidos já haviam experienciado algum tipo de situação de abuso sexual (Powers, Curry, Saxton, Powers & Oswald, 2008).

Ao serem analisadas outras formas de violência, que não a sexual, por forma a perceber qual a sua relevância nos abusos perpetrados contra pessoas com deficiência, concluiu-se, a partir de uma amostra de 237 sujeitos (49.4% homens e 50.6% mulheres) que a prevalência de qualquer tipo de abuso (relacionado ou não com a condição de deficiência) havia sido 19.4% no ano transato. Desses valores, 9.7% tinham sido vítimas de abuso físico ou sexual, onde 1.7% dizia respeito, especificamente, ao abuso sexual (Longobardi & Badenes-Ribera, 2018). A questão do abuso sexual contra pessoas com deficiência parece ser um problema com uma dimensão ainda desconhecida, onde alguns estudos evidenciaram taxas de prevalência quatro a cinco vezes superiores à população geral (e.g. Mansell et al., 1998) e onde as estatísticas oficiais ainda não são totalmente claras.

Neste sentido, importa refletir sobre as características próprias do abuso sexual de pessoa com deficiência, sendo que este pode definir-se como todo e qualquer ato de cariz sexual que procure estabelecer interação com alguém que não tem capacidade mental ou física para dar consentimento (Martinello, 2015).

Um dos primeiros obstáculos a essa definição é estabelecer com exatidão uma forma de avaliar a capacidade para consentir acerca de um ato sexual, por parte de vítimas com deficiência cognitiva/intelectual. Ainda assim, verificam-se algumas linhas orientadoras que o procuram conseguir. Estas visam distinguir um ato sexual de uma situação de abuso, e a existência de coação ou gratificação/aliciamento por forma a ultrapassar resistências à consumação do ato sexual (Peckham, 2007). Nesta perspetiva, para que ocorra consentimento na prática sexual por parte de sujeitos com deficiência, estes deverão ser capazes de: saber determinar a diferença entre um ato sexual e abuso; analisar o valor financeiro atribuído socialmente por serviços de teor sexual (i.e. compreender que, por exemplo, troca de sexo por cigarros não é um negócio justo [Peckham, 2007]); compreender as consequências dos atos sexuais, tais como a gravidez ou as infeções sexualmente transmissíveis; e a compreensão de com quem a sociedade definiu ser desadequado manter contactos sexuais (e.g. progenitores) (Brown & Turk, 1992).

Ainda que exista um claro investimento na investigação científica no campo da agressão sexual, no que concerne à violência sobre pessoas com deficiência, esta apresenta ainda algumas limitações (Jefferson, 2019), sendo que a maioria se foca nas prevalências, diferenciando apenas a probabilidade de ser vítima em detrimento do género, do tipo de deficiência e da idade (e.g. Hard & Plumb, 1987; Sobsey et al., 1991; Brown & Turk, 1994;).

Muito embora exista uma noção social de forte vulnerabilidade à vitimação sexual das

pessoas com deficiência, a literatura internacional demonstra que a percentagem de casos que resultam em processos-crime é muito baixa (Green, 2001). Nesta linha, compreende-se que o abuso sexual de pessoa com deficiência intelectual, tende a ser potencialmente desvalorizado, dadas as recorrentes dificuldades em descrever adequadamente a situação. A isto acresce uma tendência para evidenciar uma clara dificuldade de compreensão acerca do ato sexual, quer seja pela falta de informação prévia ou devido à incapacidade para processar a informação (Eastgat, 2005).

Desta forma, constata-se que os défices de aptidão comunicacional, ao estarem ligados às capacidades de cognitivas e de aprendizagem, podem condicionar a compreensão das intenções de outrem. Estas podem verificar-se ao nível de avanços de natureza sexual, com os quais a vítima poderá não estar familiarizada. Alinhado com o descrito, a grande maioria dos estudos coloca as vítimas com limitações intelectuais/cognitivas como sendo aquelas que tendem a apresentar maior vulnerabilidade à agressão sexual (O'Hara & Sperlinger, 1997). Paralelamente, numa amostra de pessoas com deficiência cognitiva, institucionalizadas, concluiu-se que entre 39 a 68% das mulheres e 16 a 30% dos homens tinham sido agredidos sexualmente antes dos 18 anos de idade (Mahoney & Poling, 2011).

Na eventualidade de dependência para a execução de tarefas do quotidiano, pode haver um condicionamento na forma como pessoas com este tipo de deficiência confiam em terceiros, tornando-as, no limite, incapazes de dizer não (Perckham, 2007). Isto poderá verificar-se devido à dificuldade em analisar e compreender uma potencial situação de abuso ou por estarem habitualmente dependentes das decisões de terceiros, levando a que confiem sem contestar (Tharinger et al. 1990). Huges e colaboradores (2012) acrescentam ainda que, o estigma e discriminação social podem contribuir para uma maior vulnerabilidade por via da barreira à denúncia ou à eficiência da mesma.

Gorden (2013) afirma que a primeira obra a abordar a fundo questão da violência sexual contra pessoas com deficiência terá sido *Violence and abuse in the lives of people with disabilities: The end of silent acceptance?* (Sobsey, 1994). Nesta obra, o autor revela a sua perspetiva de urgência na prevenção destas situações, procurando preparar e qualificar os profissionais do terreno. Sobsey (1994) defende, através do Modelo ecológico (cf. Bronfenbrenner, 1994), um conjunto de fatores que podem tornar as vítimas com deficiência especialmente vulneráveis. Na perspetiva do autor, a existência de uma dependência de terceiros (cuidadores formais ou informais), poderá induzir o receio de consequência caso denunciem a situação. Paralelamente, a ausência de experiências anteriores semelhantes e de educação sexual, pode tornar igualmente difícil de reconhecer uma situação de abuso (Elman, 2005). Em ambas as possibilidades, o autor aponta as características da vítima, dando pouco

ênfase às características do agressor. Não obstante do referido, o autor faz um dos poucos levantamentos de características sociodemográficas dos abusadores sexuais de pessoas com deficiência (Sobsey, 1994, tabela 2a, p.76), indicando que a maioria são cuidadores formais (i.e. prestadores de serviços), seguidos de membros da família e, por fim, desconhecidos. Cumulativamente, Brown (2004) inclui uma variável cognitiva para descrever aquele tipo de agressores, a minimização do ato, algo que é igualmente verificado por Sin, Hedges, Cook, Mguni e Comber (2009), ao admitirem que os agressores colocam as suas vítimas num patamar de relevância inferior.

5. Variáveis cognitivas identificadas nos agressores sexuais

É consensual a relação entre distorções cognitivas e a agressão sexual, assim como a existência de diferenças de pensamento, quando comparados agressores sexuais, não sexuais e população geral (Arkowitz & Vess, 2003; Bumby, 1996; Marshall et al., 2003; Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005). Paralelamente, as Teorias explicativas desse fenómeno corroboram a ideia de que comportamentos sexuais impulsivos acentuam fantasias e atitudes sexualmente desviantes, podendo ocorrer o recurso a estratégias de coping associados ao sexo, como forma de reduzir estados de humor negativos. (Cortoni & Marshall, 2001; Robertiello & Terry, 2007). Os agressores sexuais podem ser motivados, para além das características físicas ou psicológicas dos sujeitos, também pela facilidade de acesso às vítimas, aquando da procura pela gratificação sexual (Lehman et al., 2014) ou ainda motivados por determinado tipo de atitudes sexuais que fundamentem parte do seu racional cognitivo acerca da natureza do contacto sexual com terceiros (Ward, Gannon e Keown, 2006).

Relativamente à motivação, ou motivações, dos abusadores sexuais de pessoas com deficiência, muito pouco se sabe (Sin, Hedges, Cook, Mguni & Comber, 2009). De acordo com Sin e colaboradores (2009), os perpetradores deste tipo de crimes, podem ser motivados pela perceção de vulnerabilidade (sendo especialmente acentuado quando as deficiências são visíveis ou mais evidentes), perceção de ameaça (remetendo para doentes com quadros de perturbação mental) e ainda a perceção de que as vítimas, devido à sua condição, não terão a mesma importância na sociedade, podendo assim evitar uma eventual punição pelo comportamento perpetrado.

Admite-se assim, que as variáveis cognitivas contribuem enquanto facilitadoras da passagem ao ato, ou na manutenção do mesmo (e.g. Abel et al., 1984; Ward, 2000). Muito embora se desconheça, ainda, o tipo de distorções cognitivas dos abusadores sexuais de pessoas com especial vulnerabilidade, ao estabelecermos um paralelo entre a idade e o nível de

maturação de desenvolvimento cognitivo encontrado em alguns quadros de deficiência cognitiva, sugere-nos que poderão ter o mesmo tipo de racional para fundamentar a agressão. Esta ideia, permite-nos inferir que a perspectiva de acesso facilitado à vítima, o direito de a agredir, ou até o sentimento de impunidade, são sustentados pelos mesmos mecanismos descritos nos Modelos anteriormente descritos, denotando-se apenas mudanças no seu conteúdo. Também a forma como estes sujeitos lidam com a sua regulação emocional, pode estar alicerçada nas suas competências de *coping* (e.g. Feelgood, Cortoni & Thompson, 2006) e capacidade de concretizar os seus desejos e impulsos sexuais, sendo estes dominados pelas suas atitudes face ao contacto sexual com o outro (e.g. Cortoni & Marshall, 2001).

De seguida, analisamos os contributos de cada uma destas variáveis, para uma melhor compreensão do abuso sexual de pessoas com especial vulnerabilidade.

5.1. distorções cognitivas.

O conceito de distorção cognitiva pode ser definido como conjunto de processos conscientes ou inconscientes, funcionando como uma forma de se protegerem da opinião e/ou julgamento de terceiros (Mann & Beech, 2003).

Diversos autores (e.g. Abel et al., 1984, Ward, 2000; Ward e Casey, 2010) afirmam que embora as distorções cognitivas não forneçam uma base explicativa para a agressão, sustentam os precipitadores de facilitação e manutenção da mesma (Ward, 2000; Ward & Keenan, 1999).

No que concerne à excitação sexual desviante, aos défices nas relações de intimidade, problemáticas afetivas e detalhes cognitivos incongruentes, outros estudos (e.g. Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000; 2009) referem serem relevantes no risco do desenvolvimento de comportamentos sexuais desviantes. Alguns autores admitem inclusivamente, que estes défices constituem um elemento proeminente na ocorrência desse tipo de contactos (Arkowitz & Vess, 2003; Bumby, 1996; Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005; Marshall, et al, 2003).

De acordo com muita desta literatura, foi possível verificar que, abusadores sexuais de menores, por exemplo, apresentam narrativas específicas de abuso (Abel et al, 1989; Ward, 2000; Ward et al, 1997; Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005) o que poderá permitir identificar a base motivacional e o/os elemento/s desinibidores para a passagem ao ato.

A importância dada na investigação dos processos cognitivos de criminosos sexuais tem permitido concluir que as distorções cognitivas em agressores sexuais são diferentes em termos da sua natureza, conteúdo e objetivos (Burn & Brown, 2006; Pervan & Hunter, 2007). Nesta medida, verifica-se que os agressores sexuais apresentam diferentes posturas face à agressão, surgindo os que negam a perpetração de qualquer crime, os que negam a existência de agressão

relacionada com o ato em si, ou recorrem ao alegado consentimento da vítima. Noutros casos verifica-se uma diminuição da responsabilidade baseada na imputação do crime a terceiros ou ao fato de estarem embriagados. Por último, constata-se ainda que a maioria dos agressores refere não ter causado qualquer dano à vítima considerando sobrevalorizados os seus relatos (Bumby, 1996; Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005).

Inúmeros estudos relativos a distorções cognitivas em abusadores sexuais encontraram uma associação entre o comportamento sexual explícito e a forma como as distorções podem influenciar a agressão sexual (Burn & Brown, 2006; Pervan & Hunter, 2007). Neste sentido, alguns autores têm enfatizado a importância da segmentação destes pensamentos, a fim de reduzir/prevenir a perpetração do comportamento criminal (Bickley & Beech, 2002; Burn & Brown, 2006; Pervan & Hunter, 2007).

Contudo, ainda que diversificada, a maioria da investigação desenvolvida acerca do abuso sexual tem-se centrado na comparação entre grupos de agressores sexuais, agressores não-sexuais e população geral (Arkowitz & Vess, 2003; Bumby, 1996; Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005; Marshall, et al, 2003), desconhecendo-se qual o seu contributo efetivo, quando comparadas com outras variáveis.

Nesta linha de investigação comparativa inter-grupos, Feelgood, Cortoni e Thompson (2005) realizaram um estudo com 86 sujeitos do sexo masculino a cumprir pena de prisão efetiva, onde compararam violadores (n=25), abusadores sexuais de menores (n=36) e outros agressores violentos (n=25). Deste estudo, concluíram que os primeiros foram aqueles que revelaram um maior número de crenças de suporte ou legitimação de comportamento antissocial, quando comparados com os últimos. Contudo, no que diz respeito a distorções específicas acerca do abuso sexual de menores, eram precisamente aqueles que se encontravam a cumprir pena por crimes dessa natureza, que apresentavam pontuações mais altas.

Numa outra abordagem, de natureza qualitativa, os investigadores recorreram à análise das entrevistas realizadas junto de 22 abusadores sexuais de menores condenados, e foram capazes de identificar nas suas narrativas as Teorias Implícitas (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000). Um facto diferenciador em relação a outros, é o de ter sido identificada uma maior propensão do abusador para dar suporte à perspetiva da Criança como Ser Sexual, quando as vítimas eram do sexo masculino (Marziano, Ward, Beech & Pattinson, 2006). Embora os autores não retirem nenhuma conclusão concreta a este nível, poderemos admitir uma perspetiva de vulnerabilidade, inerente às atribuições existentes nos papéis de género. Assim, poderá estar presente na perceção do agressor, de que sujeitos do sexo masculino, poderiam, se assim pretendessem, ser mais combativos, resistindo a uma situação que considerassem abusiva (i.e. uma distorção de aceitação/consentimento do contacto sexual).

Esta perspectiva de combatividade, e capacidade de resistir aos avanços de natureza sexual, encontram paralelo com a vulnerabilidade junto das vítimas portadoras de algum tipo de deficiência ou incapacidade, onde a ausência de resistência, conjugada com a não revelação do crime, na grande maioria dos casos, podem consolidar a distorção que sustenta a legitimidade na agressão.

De forma global, a maioria das evidências empíricas aponta para a ausência de diferenças significativas entre as respostas de agressores sexuais de menores e as de adultos, quando se faz recurso a medidas de autorrelato para avaliação das crenças e atitudes face ao abuso sexual de menores (e.g. Blumenthal, Gudjonsson & Burns, 1999; Bumby, 1996; Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005; Segal & Stermac, 1984).

5.2. sexo como estratégia de coping sexual.

O conceito de estratégia de *coping* pode ser definido como pensamentos e comportamentos a que um indivíduo recorre para gerir conflitos internos e externos de situações que são avaliadas como desestabilizadoras (i.e. causadoras de *stress*) (Folkman & Moskowitz, 2004).

Embora a literatura não especifique as razões pelas quais o sexo aparece como uma variável reguladora a nível emocional, admite-se que a ausência de alternativas para regular o humor e a autoestima, quando associadas a comportamentos masturbatórios compulsivos, podem criar um vínculo entre sexo e bem-estar emocional, levando ao recurso às práticas sexuais como uma estratégia de *coping* (Cortoni & Marshall, 2001).

Este tipo de estratégias de *coping* foram identificadas em agressores sexuais, como um mecanismo para lidar com emoções negativas. Neste tipo de agressores, verifica-se uma tendência para aumentar a atividade sexual durante os períodos de maior *stress*, recorrendo não só a comportamentos masturbatórios, mas também à exposição a conteúdo pornográfico como forma a encontrar uma estabilização emocional (Cortoni & Marshall, 2001; Seto & Fernandez, 2011; Jung & Jamieson, 2014). Este comportamento poderá ter maior ou menor relevância, consoante as características de personalidade do sujeito, sendo que estes tendem a manifestar uma maior propensão para apresentar traços de impulsividade (Wortley & Smallbone, 2001; Auburn, 2010; Schaaf et al., 2019).

Marshall, Anderson e Fernandez (1999) defenderam a relevância das atividades sexuais no controlo ou modelação de estados emocionais negativos (i.e. *coping* sexualizado). Os autores referem que diferentes atividades sexuais podem ter um impacto na redução dos efeitos negativos associados a alguns estados emocionais, como depressão ou ansiedade.

No Modelo Integrado de Marshall & Barbaree (1999) já havia sido mencionado que o

uso do sexo como estratégia de *coping* poderia contribuir para o desenvolvimento e manutenção da agressão sexual, uma vez que os estados de humor poderiam ser regulados práticas masturbatórias, consolidando-se deste modo uma relação ambígua entre estados emocionais negativos e positivos. Aslan (2008) descreve estas estratégias como sendo focadas no problema, procurando encontrar uma forma de ultrapassar uma situação ameaçadora ou prejudicial, configurando um elemento de adaptação positiva. Contudo, esta pode ser direcionada para situações que, ao existir uma incapacidade de correta adequação emocional, poderão derivar numa estratégia de resultados negativos, ainda que experienciada como positiva, pois cumpre o seu objetivo primordial, de obtenção de conforto. Nesta perspetiva, admite-se que os agressores sexuais possam recorrer a um estilo de enfrentamento focado na emoção ao lidar com emoções negativas (Maniglio, 2011).

Outros autores têm corroborado a ideia de que as situações de agressão sexual poderão funcionar como uma estratégia de autorregulação (Ward & Hudson, 2000), procurando modular emoções, pensamentos e comportamentos (Maniglio, 2011).

Em alguns estudos (e.g. Cortoni & Marshall, 2001; Feelgood et al., 2005), os autores relacionaram grupos de agressores sexuais, não-sexuais e não agressores, tendo-se verificado que os primeiros tendem a apresentar maior frequência no uso de sexo como estratégia de *coping*, principalmente ao nível das atividades referidas como não consensuais. Estes resultados são igualmente corroborados por uma meta-análise acerca do risco de perpetração de abusos sexual de menores (Whitaker et al., 2008), onde mais uma vez, os abusadores sexuais, apresentam um maior recurso a estratégias sexualizadas.

A este nível, a literatura tem procurado definir que tipo de estratégias de *coping* são tendencialmente utilizadas (Cortoni e Marshall, 2001; Feelgood et al., 2005). Essa investigação permitiu dividir as estratégias mais habitualmente utilizadas pelos agressores sexuais em três tipos: consentimento, violação e abuso sexual. No que concerne ao primeiro, o agressor poderá recorrer ao uso de imagens e vídeos de pornografia, com uma fantasia de forçar uma vítima a ter sexo consigo. O consentimento remete essencialmente para as fantasias estabelecidas entre parceiros, onde o uso de determinado tipo de práticas é definido pelos limites da liberdade sexual. No que concerne à violação e abuso sexual as estratégias são definidas são semelhantes, com o abusador a recorrer, tendencialmente, a pornografia ou outros conteúdos explícitos. Objetivamente, estas diferenciam-se apenas na adequação do conteúdo ao escalão etário da vítima (e.g. pornografia com crianças vs. pornografia de adultos).

Alguns autores enfatizam que fantasias sexuais desviantes poderão estar associadas a uma forma de lidar com emoções e estados dolorosos (cf. Marshall & Barbaree, 1990; Siegert & Ward, 2002; McCoy & Fremouw, 2010) encontrando-se fortemente relacionados com a

forma como analisam o ato ou práticas sexuais. O recurso a contactos sexuais mais impessoais, com fraco envolvimento emocional, pode, além de estar relacionado com as características de personalidade do sujeito, ter sido modelado por atitudes desviantes. Constatou-se ainda, que estas tendem a estar presentes nas estratégias de *coping* a que os agressores sexuais tendem a recorrer.

5.3. atitudes sexuais.

O conceito de atitude é muitas vezes considerado ambíguo, sendo recorrentemente acompanhado da definição de crença, dado que ambos estão presentes na base para a externalização de determinado tipo de comportamentos. Ao transpormos o conceito para o campo da sexualidade, verificamos que isso se torna mais acentuado. De uma das possíveis definições, constatamos que as atitudes sexuais são descritas como um sistema de valores e crenças sobre sexualidade. É de acrescentar ainda que essas atitudes podem ser manifestadas através do comportamento sexual individual e que são baseadas em opiniões familiares e culturais sobre sexualidade, na educação sexual (formal e informal) e em experiências sexuais anteriores (APA, 2019). Atitudes que detêm assim, uma componente comportamental, sendo que esse aspeto está relacionado com a maneira como se interage com um objeto ao nível social (Houge & Harper, 2019).

Esta definição parece adequar-se, uma vez que parte significativa das Teorias etiológicas da agressão sexual suportam a convicção de que comportamentos sexuais impulsivos aprimoram fantasias e atitudes sexualmente desviantes (Cortoni & Marshall, 2001; Robertiello & Terry, 2007). Estas atitudes sexuais são ainda passíveis de ser categorizadas de acordo com as suas características, surgindo a sua divisão em: permissividade sexual, responsabilidade sexual, comunhão sexual, instrumentalização sexual e convencionalidade sexual (Hendrick & Hendrick, 1987; Hendrick, Hendrick, & Reich, 2006). Nestas atitudes, os autores procuraram descrever a afinidade que os sujeitos apresentam com determinado tipo de práticas sexuais e a forma como a experienciavam, entendiam ou fantasiavam sobre elas. A permissividade sexual remete para uma aceitação e abertura à experiência no que diz respeito às práticas sexuais, como seja o contacto com múltiplos parceiros ou a procura pela obtenção de prazer conjunto. A responsabilidade sexual remete para os cuidados associados ao sexo, incluindo a perspetiva de importância da educação sexual e do planeamento familiar. Ao nível da comunhão sexual, esta visa a identificação de uma maior ligação afetiva no contacto sexual, dando-lhe um relevo compatível com estados de profunda serenidade, conforto, entrega e de partilha conjugal. A instrumentalização recorre ao sexo como meio de obtenção de prazer e gratificação rápida, podendo estas serem alcançadas, por exemplo, através da prostituição. Não se poderá descurar aqui, a afinidade existente entre esta instrumentalização, de procura pela gratificação rápida e

desprovida de ligação emocional, com o mencionado por alguns autores, que reconhecem o facto de a agressão sexual, em alguns casos, ser tida como uma forma de obtenção de prazer, independentemente do interesse específico pelas características físicas ou intelectuais da vítima (e.g. Marshall, Anderson & Fernandez, 1999; Fernandez, Marshall, Lightbody & O'Sullivan, 1999). Por fim, a convencionalidade sexual, que remete para práticas tidas como sendo socialmente comuns, com o estabelecimento de uma díade relacional fixa e de práticas sexuais regulares com recurso exclusivo à cópula.

Neste sentido, admitindo que crenças e atitudes disruptivas, que estão ligadas a comportamentos disruptivos, são moldados durante a adolescência (cf. Bandura, 1989) e que podem ser acompanhadas do desenvolvimento de estilos interrelacionais deficitários, poderão emergir as primeiras atitudes negativas aos contactos sexuais com o outro (Ward et al., 2006). Embora não se possa descartar a existência de fatores causais e biológicos, que poderão estar na base de uma maior desinibição sexual e libido (Marshall & Barbaree, 1990), a forma como é dada resposta a esses impulsos poderá ser condicionada pela presença de crenças enviesadas sobre o contacto sexual com outrem.

Existem indícios de que indivíduos sem um quadro sexual pedófilo sejam preponderantemente motivados pelas características físicas ou psicológicas das crianças, mas sim pela gratificação sexual e acesso às vítimas (Lehman et al., 2014) sendo essa obtenção de prazer legitimada por uma atitude de normalização do comportamento. No fundo, admite-se que determinado tipo de atitudes sexuais poderão fundamentar parte do racional cognitivo dos agressores sexuais acerca da natureza do contacto sexual com terceiros (Ward, Gannon e Keown, 2006). Assim, alguns agressores sexuais, tendem a recorrer a uma forma de justificar os seus comportamentos, através da construção de um referencial próprio, de normalização dos mesmos. Afigura-se, pois, essencial fomentar o recurso à educação sexual, onde estas questões possam ser trabalhadas, reduzindo a probabilidade de virem a ser desenvolvidas atitudes desviantes, principalmente nos casos em que o afastamento social/inter-relacional está presente.

Nesta perspetiva, numa Investigação levada a cabo com uma amostra de 245 jovens do ensino secundário na Suécia, verificou-se não serem evidentes, na globalidade, indícios da existência de atitudes que suportassem o abuso/violência sexual (Svensson, Baer & Silva, 2018). Os jovens manifestaram ter um bom conhecimento acerca do que configura crime de abuso sexual e violação, ainda que se tenham verificado algumas situações em que isso não foi claro. Os autores constataram que, por exemplo, aquando da hipotética exposição a conteúdos sexuais, como seja a partilha de imagens dos genitais (prática conhecida como partilha de *nudes*), os jovens demonstravam algumas dúvidas se esta configuraria uma forma de agressão sexual. Não obstante disso, os autores reforçam a importância das políticas de educação sexual

e programas de prevenção junto dos estabelecimentos de ensino, o que permitirá acompanhar as mudanças que envolvem as práticas sexuais dos jovens.

Ainda assim, importa reforçar a incipiente investigação científica, que de forma concreta, analise o papel das atitudes sexuais. Embora o conceito esteja presente e seja reforçado pela grande maioria das Teorias etiológicas sobre a agressão sexual e se admita que estas estão na base das fantasias e crenças, desconhece-se o padrão de funcionamento dos agressores a este nível. Tal conhecimento poderia contribuir para melhor entender os mecanismos percetivos acerca do que é um comportamento sexual normativo ou socialmente adequado.

6. Objetivos

O estado da arte previamente apresentado, demonstra a escassez de literatura acerca das características dos sujeitos que abusam sexualmente de pessoas em condição de especial vulnerabilidade, podendo esta ser por razão da idade, ou de outras características físicas e/ou psicológicas. Assim, um estudo desta natureza afigura-se como essencial, numa altura em que é reconhecida pela comunidade científica e autoridades internacionais a forte vulnerabilidade de algumas vítimas, que perante estas condições, se encontram especialmente expostas a crimes sexuais.

Neste sentido, o presente estudo tem como principal objetivo criar conhecimento no que concerne às características associadas à perpetração de violência sexual em grupos com as condições mencionadas. Assume-se como um estudo exploratório, que permita abrir uma porta para uma área que carece de aprofundamento investigacional

Definiram-se três objetivos específicos:

1. Desenvolver um Modelo exploratório baseado na técnica dos perfis criminais, que permita descrever as práticas abusivas (características de abuso), relação com as vítimas (oportunidade), assim como a capacidade de assumir o crime (responsabilidade criminal) (Artigo 1);
2. Identificar e descrever o conteúdo das narrativas dos indivíduos condenados por abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, de forma a estabelecer diferenças/especificações na comparação com outras tipologias de agressores (Artigo 2);
3. Analisar as relações hierárquicas entre distorções cognitivas, estratégias de *coping* sexuais e atitudes sexuais, recorrendo às diferenças entre uma amostra forense e não-forense na construção de um Modelo Preditivo Hierárquico (Artigo 3).

7. Estrutura da Tese

A organização desta tese está feita em quatro secções. Na primeira parte é feito o enquadramento teórico e são apresentados os objetivos específicos de investigação. Na secção seguinte, Método, são apresentadas as características sociodemográficas e é feita uma descrição das análises estatísticas realizadas. Foram assim efetuadas as seguintes etapas:

Etapa 1. Na primeira parte da investigação realizou-se uma revisão teórica relativa aos Modelos etiológicos da agressão sexual mais utilizados pela literatura internacional para descrever os comportamentos sexuais violentos. Seguidamente, foram abordadas as características de vulnerabilidade das vítimas, especificando as condições de especial vulnerabilidade em que pessoas incapazes de resistir por razão da sua condição psicológica ou física, apresentam maior exposição a situação de violência sexual. Discutiram-se ainda os efeitos de variáveis, como as distorções cognitivas, as estratégias de *coping* sexual e as atitudes sexuais, na diferenciação das características dos sujeitos e no papel que desempenham na passagem ao ato de agredir sexualmente, assim como da sua manutenção.

Etapa 2. Procedeu-se aos pedidos de autorizações de utilização dos instrumentos psicométricos e de acesso à amostra forense. Para este efeito foi redigido um pedido de autorização à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), por forma a aceder a sujeitos em cumprimento de pena efetiva de prisão por crimes sexuais contra menores e contra pessoas incapazes de resistência por razão de anomalia psíquica ou física. Paralelamente foi redigido o consentimento informado a utilizar e o formulário de recolha de informação processual. Relativamente aos instrumentos psicométricos, no caso de dois deles, foi necessário proceder à sua tradução e adaptação para língua portuguesa, tendo-se tal realizado com recurso à técnica de tradução-retroversão, com o auxílio de um investigador bilingue (português-inglês). Este procedimento diz respeito ao *Coping Using Sex Inventory* (CUSI; Cortoni, 1998) e ao *Bumby Molest Scale* (BMS; Bumby, 1996). Relativamente à Escala de Atitudes Sexuais (EAS; Alferes, 1997), trata-se de um instrumento já previamente validado a partir do original *Sexual Attitudes Scale* (SAS; Hendrick & Hendrick, 1987).

Etapa 3. Após autorização da DGRSP, dos serviços do Estabelecimento Prisional, e dado o consentimento por parte dos reclusos, foram realizadas as entrevistas presenciais aos sujeitos, com recurso à PCL:SV (Hart, Cox & Hare, 1995, traduzida e adaptada para a população portuguesa por Soeiro e Gonçalves, 2007). Esta entrevista permitiu recolher informação sobre a história de vida dos sujeitos, através de uma entrevista previamente validada para população forense. Paralelamente foram realizadas as consultas processuais dos sujeitos a cumprir pena no Estabelecimento Prisional.

Etapa 4. Iniciou-se a a recolha de dados, tendo os instrumentos sido aplicados na sua totalidade e individualmente, em sala com condições para o efeito. Foi igualmente aplicado o consentimento informado, tendo sido a participação condicionada, por motivos relacionados com a chamada dos reclusos entre Alas e a sua permanência por tempos que poderiam colidir com atividades a funcionar em simultâneo. Paralelamente, procedeu-se à disseminação dos instrumentos junto da população geral, tendo sido aplicados com recursos *online* e presenciais.

Etapa 5. Procedeu-se ao tratamento dos dados e aos procedimentos estatísticos, tidos por adequados ao desenvolvimento dos artigos que compõem esta tese. Por fim, foram desenvolvidos três artigos científicos, que dão resposta aos objetivos anteriormente apresentados. De seguida são apresentados sucintamente esses artigos.

8. Resposta aos objetivos e análises estatísticas

Artigo 1. O objetivo principal deste artigo foi desenvolver um Modelo exploratório baseado na técnica dos perfis criminais, que permitisse descrever as práticas abusivas (características de abuso), relação com as vítimas (oportunidade), assim como a capacidade de assumir o crime (responsabilidade criminal). Para este efeito, recorreu-se a um estudo exploratório, no qual foram analisados 72 processos individuais de abusadores sexuais de crianças a cumprir pena de prisão em Portugal (Distrito de Lisboa). Seguidamente realizou-se uma Análise de Correspondência Múltipla e Análise de Cluster, com foco na dinâmica da ofensa, contexto, número de vítimas, relacionamento e características da ofensa. O recurso a este procedimento estatístico permitiu-nos criar quatro perfis, o que ocorre com as duas técnicas. De acordo com esses resultados, e por comparação à literatura internacional de referência, definimos quatro perfis: Regressivo, Indiscriminado, Inadequado e Violento. Identificamos, ainda, diferenças em relação ao uso de agressividade e/ou tratamento durante ou após a ofensa, natureza do abuso, e introduzimos a admissão ao crime como uma variável ativa, com contribuições para a definição do Modelo.

Artigo 2. O objetivo principal deste artigo foi descrever o conteúdo das narrativas dos indivíduos condenados por abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, permitindo definir diferenças/especificações em comparação com outras tipologias de agressores.

Para este efeito, procedeu-se a uma investigação ideográfica sobre as perspetivas dos criminosos acerca das suas vidas, crimes e vítimas. Entrevistamos quatro agressores condenados por abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, por razão de anomalia psíquica ou física, através de uma abordagem ideográfica baseada no método de Análise

Fenomenológica Interpretativa (IPA) (cf. Smith, 2004). Esta pesquisa permitiu verificar que os Modelos explicativos de agressão sexual, associados a distorções cognitivas, estão fortemente presentes nas narrativas destes agressores, surgindo uma tendência para a minimizar ou legitimar os comportamentos perpetrados. Embora com conteúdo diferente, versam essencialmente sobre o mesmo tipo de percepções que estão presentes nos violadores e abusadores sexuais de menores. Por fim, a expectativa sobre a capacidade de consentir, ou a visão da vítima como parceiro sexual, surgem como as diferenças mais significativas desta investigação, e que demonstram que as percepções dos agressores destas tipologias criminais carecem de uma intervenção, dirigida a distorções cognitivas concretas.

Artigo 3. O principal objetivo deste artigo foi analisar diferenças entre uma população forense (abusadores sexuais) e não forense, com base na relação entre distorções cognitivas, estratégias de *coping* sexuais, e atitudes sexuais, executados como pressuposto para a concretização de um segundo procedimento estatístico, que visou desenvolver um Modelo Preditivo Hierárquico através de uma amostra que incluiu agressores sexuais de crianças (N= 59) e população geral (N = 82).

Por forma a verificar a existência de diferenças entre os grupos, realizou-se um teste de diferenças de Mann-Whitney, ao nível das estratégias de *coping* sexuais, tendo-se concluído que a perspectiva de consentimento era o que apresentava diferenças significativas entre os grupos, sendo os valores mais elevados do grupo de agressores sexuais. Paralelamente, foi realizado um teste de Correlações de *Spearman*, por forma a estabelecer a relação entre as atitudes sexuais e as estratégias de *coping*. Aqui verificou-se uma maior tendência para os agressores sexuais procurarem o prazer físico/instrumentalização dos atos sexuais. Por fim, recorreu-se a Redes Neurais Artificiais (RNA), permitindo verificar que as variáveis acima mencionadas, quando associadas, têm uma precisão preditiva de 82.3% em abusadores sexuais. De salientar que as distorções cognitivas, tal como se previa, são aquelas que apresentam maior capacidade preditiva.

9. Método

9.1. Participantes

Artigo 1. Neste artigo foram incluídos apenas processos de homens, reclusos, que se encontravam, à data da recolha de dados, a cumprir pena de prisão efetiva por crimes sexuais praticados contra menores e contra pessoas incapazes de resistência, por razão de anomalia psíquica ou física. As idades dos sujeitos estão localizadas num intervalo entre os 18 e 68 anos,

com média estimada 45.5 anos (DP = 9.83). A amostra tem uma dimensão total de 72 processos, sendo que para efeitos de análise final apenas se recorreu a 66 dos mencionados, uma vez que alguma da informação recolhida demonstrou-se inconclusiva, ou as condenações não haviam transitado em julgado à data do tratamento dos dados (condição essencial para se conferir acerca da responsabilidade criminal dos sujeitos avaliados).

Artigo 2. Este artigo de estudos de caso apenas contempla quatro sujeitos. Dada a natureza sensível do conteúdo, e por forma a evitar-se a sua identificação, optou-se por não apresentar as idades exatas que os sujeitos tinham à data das entrevistas, assim como as profissões. Considerou-se apenas a relação com a vítima e o tipo de deficiência/limitação da mesma. A este nível constatou-se que, em 2 casos, as vítimas tinham problemáticas a nível intelectual e nos outros dois eram portadoras de problemáticas físicas e intelectuais.

Artigo 3. Neste artigo é utilizada uma amostra com dois grupos independentes, sujeitos ao mesmo protocolo de aplicação, tendo-se obtido um N= 141 subdividido em agressores condenados (n=59) e população geral (n=82). Verifica-se que a maioria dos sujeitos condenados era casado ou vivia em união de facto (47.4%) e apresentava habilitações ao nível do ensino básico (59.3%). Para uma análise mais aprofundada, apresentamos a tabela com os resultados totais

Características Sociodemográficas	Agressores (N=59) % (N)	Comunidade (N=82) % (N)
Estado Civil		
Solteiro	31.6 (18)	59.8 (49)
Casado/União de Facto	47.4 (27)	15.9 (13)
Divorciado/Separado	21.1 (12)	22.0 (18)
Viúvo	-	2.4 (2)
Nível de Habilitações		
Ensino Básico		
1º Ciclo	59.3 (25)	-
2º Ciclo	22.0 (13)	2.2 (1)
3º Ciclo	13.6 (8)	40.2 (33)
Ensino Secundário	23.7 (14)	3.7 (3)
Ensino Superior		
Licenciatura	3.4 (2)	29.3 (24)

Mestrado	1.7 (1)	22.0 (18)
Doutoramento	-	3.7 (3)

Tabela 1. Características Sociodemográficas da Amostra do Artigo 3 (NTOTAL=141)

9.2. Procedimento

Para a realização da investigação em contexto Prisional, foi necessária a autorização da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (anexo B). Após o deferimento, foi solicitado à Direção do Estabelecimento Prisional (EP) que se pronunciassem acerca das condições para a execução da investigação, tendo sido confirmada a possibilidade desta ocorrer, sendo desde logo ressalvado o facto de poderem surgir imprevistos decorrentes do funcionamento de uma instituição daquele tipo.

Todos os princípios éticos definidos pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e pela *American Psychological Association* (APA) foram garantidos. No caso concreto das entrevistas a reclusos, atendendo ao contexto específico em que estes se encontram, foi tido como linha orientadora a premissa que alguém nestas condições “mantém todos os direitos compatíveis com a situação de reclusão e, por isso, a autonomia no que respeita a decisões sobre a sua própria pessoa” (CNECV, 2013, p.8). Desta forma, foi assegurado a todos os participantes que, não obstante da sua situação de reclusão, todos eram livres para decidir acerca da sua participação no estudo, não resultando do seu envolvimento qualquer benefício ou prejuízo, salvaguardando-se assim os seus direitos individuais. Cumulativamente, foi disponibilizado um consentimento informado, e explicado verbalmente que a colaboração era voluntária e que não acarretaria qualquer tipo de benefícios ou consequências na sua participação (Anexo B).

O estudo possui numa fase inicial um *design* de investigação retrospectivo (1º e 2º artigo) e transversal no 3º artigo empírico. As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2014 e março de 2015 e os processos internos dos reclusos foram consultados entre janeiro e novembro de 2016. A aplicação de questionários decorreu entre fevereiro de 2018 e março de 2019.

A entrevistas tiveram uma duração média de 2h00, (min =1h30; máx =3h00). Todos os sujeitos que participaram e integram a amostra, foram contactados por forma a manifestarem o seu interesse de participação. Dos 16 reclusos a cumprir pena efetiva pelo crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência em Portugal (consulta feita junto dos serviços da DGRSP em 2015, informação classificada não disponibilizada), apenas oito se encontravam a cumprir pena naquele EP. Acordaram em participar, com consentimento informado, um total de seis

indivíduos. No entanto, a informação recolhida apenas foi considerada válida para quatro.

Relativamente à aplicação de instrumentos psicométricos, foi necessário proceder à sua tradução e retroversão com recurso a um elemento bilingue, tendo depois sido afinada a versão final, após aplicação da técnica de teste-reteste, onde foram aplicados 10 protocolos de investigação. Concretamente, foi necessário proceder à sua tradução e adaptação para língua portuguesa dos seguintes instrumentos: *Coping Using Sex Inventory* (CUSI; Cortoni, 1998) e ao *Bumby Molest Scale* (BMS; Bumby, 1996). Dos 85 sujeitos que aceitaram colaborar no estudo, apenas 59 sujeitos o concluíram integralmente ou o preencheram, de acordo com os pressupostos adequados à sua validação e aceitação (e.g. preenchimento de mais do que uma opção por pergunta; preenchimento parcial do instrumento).

No caso da população geral (comunitária), o questionário foi aplicado presencialmente a população universitária e disseminado *online*, via redes sociais. Deste modo, utilizou-se uma amostra por conveniência.

9.3. Materiais.

questionário para recolha de informação processual.

Para efeitos de recolha da informação incluída nos processos individuais dos reclusos, foi construído um questionário de recolha de dados relativos a: tipo de crime, tipificação legal, estado civil, nível de escolaridade, número de vítimas, sexo das vítimas, tipo de agressão, uso ou não de preservativo, ejaculação dentro ou fora das vítimas, uso de violência e outras considerações tidas por convenientes.

guião de entrevista.

Foi utilizada a entrevista semiestruturada baseada na Lista de Verificação da Psicopatia: Versão *Screening* (PCL: SV, Hart, Cox & Hare, 1995, traduzida e adaptada para a população portuguesa por Soeiro, 2006; Soeiro, & Gonçalves, 2007), com o intuito de recorrer a uma estrutura de entrevista, devidamente adaptada para população forense, e que permitisse analisar os contextos de vida dos sujeitos. Paralelamente, foi dada a possibilidade aos sujeitos de se manifestarem livremente acerca da sua perspetiva sobre o crime e da sua eventual culpabilidade.

instrumentos.

A Escala de Atitudes Sexuais (EAS; Alferes, 1997, traduzida e adaptada de Hendrick & Hendrick, 1987) é uma medida de 43 itens para avaliar atitudes sexuais numa abordagem

multidimensional. Este instrumento apresenta na sua versão original quatro subescalas: Permissividade Sexual, Responsabilidade Sexual, Comunhão Sexual, e Instrumentalização Sexual. A medida possui uma escala *Likert* de 5 pontos (1 = discordo completamente; 5 = concordo completamente). No artigo 3, utilizamos a versão validade para a população portuguesa (Alferes, 1997) que comporta, de acordo com a estrutura fatorial apresentada pelo autor, cinco subescalas, Permissividade Sexual (atitudes em relação ao sexo ocasional e sem compromisso), Comunhão Sexual (atitudes relacionadas com a profundidade física e mental do contato sexual), Prazer/Instrumentalização (atitudes que descrevem o sexo essencialmente como uma experiência física e gratificante com o objetivo de gerar prazer), Responsabilidade Sexual (remete para as questões da educação sexual e controlo de natalidade), e Sexo Impessoal (refere-se a uma perspetiva mercantilista do sexo). Hendrick e Hendrick (1987) encontraram uma consistência interna com um intervalo *Alpha de Cronbach* de 0,71 a 0,94. Na nossa investigação, identificamos um *Alpha de Cronbach* global = 0,92.

O Inventário de Coping Using Sex (CUSI; Cortoni, 1998) é uma medida de 16 itens, que visa avaliar as estratégias de *coping* sexual alcançadas de forma consentida ou não consentida com recurso a adultos e crianças. Segundo Cortoni e Marshall (2001), a escala apresentou boa consistência interna ($\alpha = 0,85$ a $0,86$). As respostas são dadas através de uma escala *Likert* de 5 pontos (1 = nada, 5 = muito). O instrumento original é composto por uma estrutura de três fatores: Consentimento, que remete para as estratégias relacionadas com fantasias, uso de pornografia e sexo com o parceiro habitual na perspetiva do consentimento, Violação, relacionada com os pensamentos e comportamentos de violência sexual com adultos; e Criança, associada a pensamentos de violência sexual e comportamentos com crianças. Na presente investigação, utilizamos uma versão que foi traduzida e adaptada pelos autores, a qual apresentou uma boa consistência interna (*Alpha de Cronbach* = 0,82). Procedeu-se ainda a uma validação preliminar, com recurso à Análise Fatorial Exploratória e Posteriormente a Análise Fatorial Confirmatória que apresentou um bom *fit* ($\chi^2 (96) = 171.181$; $\chi^2 / df = 1.783$; *CFI* = .93; *PCFI* = .74; *GFI* = .88; *PGFI* = .62; *RMSEA* = .08 $p(\text{rmsea} \leq .05) = .016$; *MECVI* = 1.87. Os valores obtidos da Análise Fatorial Confirmatória permitem admitir que o CUSI apresenta validade estatística para fins de utilização em amostras nacionais (anexo X).

O Bumby Molest Scale (BMS; Bumby, 1996) é uma medida de autorrelato de 38 itens, com uma lista de afirmações relacionadas com as distorções cognitivas de abuso sexual de menores. As respostas são dadas através de uma escala de *Likert* de 4 pontos (1 = nada, 5 = muito). O autor propôs uma escala unidimensional de boa consistência interna ($\alpha = 0,96$) e

confiabilidade teste- reteste ($r = 0,86$). No estudo desenvolvido no artigo 3 foi utilizada uma versão traduzida e adaptada pelos autores, apresentando uma consistência interna elevada (alfa de Cronbach = 0,94).

10. Referências

- Abel, G. G., Becker, J. V. & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent, and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7, 89-103.
- Abel, G. G., Gore, D. K., Holland, C. L., Camp, N., Becker, J. V., & Rathner, J. (1989). The measurement of the cognitive distortions of child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2(2), 135-152. doi:10.1177/107906328900200202
- Adams, F. & Aizawa, K. (2001). The bounds of cognition. *Philosophical Psychology*.
- Alferes, V. R. (1999). Escala de atitudes sexuais. in M. R. Simões, M. M. Gonçalves & L. A. Almeida (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (Vol. 2, pp. 131-148). Braga: SHO/APPORT
- American Psychiatric Association - APA. (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (4ª ed., texto rev.). Lisboa: Climepsi Editores
- American Psychiatric Association - APA. (2010-2016). Ethical principles of psychologists and code of conduct. Retirado a 08 de dezembro de 2019 de <http://www.apa.org/ethics/code>
- Arkowitz, S., & Vess, J. (2003). An evaluation of the bummy rape and molest scales as measures of cognitive distortions with civilly committed sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(4), 237-249. doi:10.1177/107906320301500402.
- Auburn, T. (2010). Cognitive distortions as social practices: An examination of cognitive distortions in sex offender treatment from a discursive psychology perspective. *Psychology, Crime & Law*, 16:1-2, 103-123, doi:10.1080/10683160802621990
- Basile, K., Breiding, M. & Smith, S. (2016). Disability and risk of recent sexual violence in the United States. *American journal of public health*. 106. e1-e6. doi:10.2105/AJPH.2015.303004
- Bickley, J. & Beech, R. (2002). An investigation of the Ward and Hudson pathways model of the sexual offense process with child abusers. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(4), 371-393. doi:10.1177/0886260502017004002
- Biddey, J. A., & Beech, A. R. (2003). Implications for treatment of sexual offenders of the ward and hudson model of relapse. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(2), 121-134. doi:10.1177/107906320301500203
- Blake, E., & Gannon, T. (2008). Social perception deficits, cognitive distortions, and empathy deficits in sex offenders: a brief review. *Trauma, Violence & Abuse*, 9(1), 34-55.

doi:10.1177/1524838007311104

- Brian K. (2010). Understanding elder sexual abuse and the criminal justice system's response: Comparisons to elder physical abuse. *Justice Quarterly*, 27(2), 206-224. doi: 10.1080/07418820902763087
- Brozowski K., & Hall D. R. (2010). Aging and risk: physical and sexual abuse of elders in Canada. *Journal of Interpersonal Violence*, 25, 1183-1199. doi:10.1177/0886260509340546
- Soares, J.J., Barros, H., Torres-Gonzales, F., Ioannidi-Kapolou, E., Lamura, G., Lindert, J., Luna, J.D., Macassa, G., Melchiorre, M.G., & Stankūnas, M. (2010). *Abuse and Health among elderly in Europe*. Kaunas: Lithuanian University of Health Sciences Press.
- Bumby, K. (1996). Assessing the cognitive distortions of child molesters and rapists: Development and validation of the molest and rape scales. *Sexual Abuse: a Journal of Research and Treatment*. Sex Abuse. 8. 37-54. doi:10.1177/107906329600800105
- Burgess, W., Groth, A. N., Holmstrom, L. L. & Sgroi, S. M. (1978). *Sexual Assault of Children and Adolescents*. Lexington: Mass.: D. C. Heath
- Burn, M. & Brown, S. (2006). A review of the cognitive distortions in child sex offenders: An examination of the motivations and mechanisms that underlie the justification for abuse. *Aggression and Violent Behavior*. 11. 225-236. doi: 10.1016/j.avb.2005.08.002
- Casteel, C., Martin, S., Smith, J., Gurka, K. & Kupper, L. (2008). National study of physical and sexual assault among women with disabilities. *Injury Prevention: Journal of the International Society for Child and Adolescent*. 14. 87-90. doi:10.1136/ip.2007.016451
- Casteel, C., Martin, S.L., Smith, J.B., et al. National study of physical and sexual assault among women with disabilities. *Injury Prevention* 2008; 14:87-90
- Código Penal (2009). Almedina, Lisboa
- Connolly, P. (2004). Boys and schooling in the early years. *Boys and Schooling in the Early Years*. 1-257. doi:10.4324/9780203643082
- Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. (2013) Parecer 70/CNECV/2013 retirado de https://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1413217071_P%2070%20CNECV%202013
- Cortoni, F., & Marshall, W. L. (2001). Sex as a coping strategy and its relationship to juvenile sexual history and intimacy in sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 13(1), 27-43. doi:10.1177/107906320101300104

- Craissati, J., & Beech, A. (2003). A review of dynamic variables and their relationship to risk prediction in sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 9(1), 41-55. doi:10.1080/355260031000137968
- Craissati, J., & Beech, A. (2004). A review of dynamic variables and their relationship to risk prediction in sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 9(1), 41-55. doi:10.1080/355260031000137968
- Diário da República n.º 173/2015, Série I de 2015-09-04
- Eastgate, G. (2008). Sexual health for people with intellectual disability. *Salud Pública de México*. 50 Suppl 2. s255-9. doi:10.1590/S0036-36342008000800019
- Elman, N. S., Illfelder-Kaye, J., & Robiner, W. N. (2005). Professional development: training for professionalism as a foundation for competent practice in psychology. *Professional Psychology: Research and Practice*, 36(4), 367-375. doi:10.1037/0735-7028.36.4.367
- Feelgood, S., Cortoni, F. & Thompson, A. (2005). Sexual coping, general coping and cognitive distortions in incarcerated rapists and child molesters. *Journal of Sexual Aggression*. 11. 157-170. doi:10.1080/13552600500073657
- Fernandez, Y. M., & Marshall, W. L. (2003). Victim empathy, social self-esteem, and psychopathy in rapists. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(1), 11- 26. doi:10.1177/107906320301500102
- Fernandez, Y. M., Marshall, W. L., Lightbody, S., & O'Sullivan, C. (1999). The child molester empathy measure: description and examination of its reliability and validity. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 11(1), 17-31. doi:10.1177/107906329901100103
- Finkelhor, D. (1984) *Child Sexual Abuse: New Theory and Research*. New York: Free Press
- Finkelhor, D. (1994a). Current information on the scope and nature of child sexual abuse. *The Future of Children / Center for the Future of Children, the David and Lucile Packard Foundation*, 4(2), 31-53. doi:10.2307/1602522
- Finkelhor, D. (1994b). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18, 409-417
- Finkelhor, D., Cuevas, C. A., & Drawbridge, D. (2016). The four preconditions model. In *The Wiley Handbook on the Theories, Assessment and Treatment of Sexual Offending* (pp.25-51). Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd. doi:10.1002/9781118574003.wattso002
- Folkman, S., & Moskowitz, J. T. (2004). Coping: pitfalls and promise. *Annual Review of Psychology*, 55, 745-774. doi-10.1146/annurev.psych.55.090902.141456

- Gannon, T. A., & Polaschek, D. L. L. (2005). Do child molesters deliberately fake good on cognitive distortion questionnaires? An information processing-based investigation. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *17*(2), 183-200. doi:10.1177/107906320501700208
- Gannon, T. A., Ward, T., & Collie, R. (2007). Cognitive distortions in child molesters: theoretical and research developments over the past two decades. *Aggression and Violent Behavior*, *12*(4), 402-416. doi: 10.1016/j.avb.2006.09.005
- Gannon, T. A., Ward, T., & Polaschek, D. L. L. (2004). *Child sexual offenders. Violence in society: New Zealand perspectives* Christchurch: Te Awatea Press
- Gannon, T. A., Wright, D. B., Beech, A. R., & Williams, S. (2006). Do child molesters hold distorted beliefs? What does their memory recall tell us? *Journal of Sexual Aggression*, *12*(1), 5-18. doi:10.1080/13552600500451655
- Gannon, T., & Polaschek, D. L. L. (2006). Cognitive distortions in child molesters: A reexamination of key theories and research. *Clinical Psychology Review*, *26*(8), 1000-19. doi: 10.1016/j.cpr.2005.11.010
- Gannon, T., Terriere, R., & Leader, T. (2012). Ward and siegert's pathways model of child sexual offending: A cluster analysis evaluation. *Psychology, Crime & Law*, *18*(2), 129-53. doi:10.1080/10683160903535917
- Gil, A. P., Kislaya, I., Santos, A. J., Nunes, B., Nicolau, R. & Fernandes, A. A. (2015). Elder abuse in Portugal: findings from the first national prevalence study. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, *27*, 174-195. doi:10.1080/08946566.2014.953659
- Goodwill, A. M., Alison, L. J., & Beech, A. R. (2009). What works in offender profiling? A comparison of typological, thematic, and multivariate models. *Behavioral Sciences & the Law*, *27*, 507-529. doi:10.1002/bsl.867
- Goodwill, A. M., Lehmann, R. J. B., Beauregard, E., & Andrei, A. (2016). An action phase approach to offender profiling. *Legal and Criminological Psychology*, *21*(2), 229-250. doi:10.1111/lcrp.12069
- Goodwill, A. M., Stephens, S., Oziel, S., Sharma, S., Allen, J. C., Bowes, N., & Lehmann, R. (2013). Advancement of criminal profiling methods in faceted multidimensional analysis. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, *10*, 71-95. doi:10.1002/jip.1388
- Goodwill, A., & Alison, L. (2007). When is profiling possible? Offense planning and aggression as moderators in predicting offender age from victim age in stranger rape. *Behavioral Sciences & the Law*, *25*, 823-840. doi:10.1002/bsl.778
- Gottfredson, M. G., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Palo Alto, CA: Stanford

- University Press Green. (2001). Behavior analytic instruction for learners with autism. *Advances in stimulus control technology. Focus on autism and other developmental disabilities. Focus Autism Dev Disabil.* 16. 72-85. doi:10.1177/108835760101600203
- Groth, A. N., & Birnbaum, H. J. (1978). Adult sexual orientation and attraction to underage persons. *Archives of Sexual Behavior*, 7(3), 175-181. doi:10.1007/BF01542377
- Groth, A. N., & Burgess, A. W. (1977). Motivational Intent in the Sexual Assault of Children. *Correctional Psychologist*, 4(3), 253-264. doi.org/10.1177/009385487700400303
- Groth, A. N., Hobson, W. F., & Gary, T. S. (1982). The child molester. *Journal of Social Work & Human Sexuality*, 1(1-2), 129-144. doi:10.1300/J291v01n01_08
- Hall, G. C. & Hirschman, R. (1991). Sexual aggression against children. A conceptual perspective of an etiology. *Criminal Justice and Behaviour*, 19(1), 8-23
- Hamdi, N. R., & Knight, R. A. (2012). The relationships of perpetrator and victim substance use to the sexual aggression of rapists and child molesters. *Sexual Abuse*, 24(4), 307-327. doi:10.1177/1079063211420450
- Hamdi, N. R., & Knight, R. A. (2012). The relationships of perpetrator and victim substance use to the sexual aggression of rapists and child molesters. *Sexual Abuse*, 24(4), 307-327. doi:10.1177/1079063211420450
- Hanson, R. (2003). Empathy deficits of sexual offender: a conceptual model. *Journal of Sexual Aggression*, 9(1), 13-23
- Hard, S & Plumb, W (1987) Sexual abuse of persons with developmental disabilities: A case study. Manuscripto não publicado in Brown, H. & Turk, V. (Eds) *Sexual abuse and people with learning difficulties annotated bibliography*. Canterbury: University of Kent.
- Haydon, A. A., McRee, A. L., & Tucker Halpern, C. (2011). Unwanted sex among young adults in the United States: the role of physical disability and cognitive performance. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(17), 3476-3493. doi:10.1177/0886260511403756
- Hendrick, C., Hendrick, S. S., & Reich, D. A. (2006). The brief sexual attitudes scale. *Journal of Sex Research*, 43(1), 76-86. doi:10.1080/00224490609552301
- Hendrick, S. S., & Hendrick, C. (1987). Love and sexual attitudes, self-disclosure and sensation seeking. *Journal of Social and Personal Relationships*, 4(3), 281-297. doi:10.1177/026540758700400303
- Hillis, S., Mercy, J., Amobi, A. & Kress, H. Global prevalence of past-year violence against children: a systematic review and minimum estimates. *Pediatrics* 2016; 137(3): 1-

- Hogue, T. & Harper, C. (2018). Development of a 21-item short form of the attitudes to sexual offenders (ATS) scale. *Law and Human Behavior*, 43. doi:10.1037/lhb0000308
- Howells, K. (1994). Child sexual abuse: finkelhor's precondition model revisited. *Psychology, Crime & Law*, 1(3), 201-214. doi:10.1080/10683169508411956
- Hughes, K., Bellis, M., Jones, L., Wood, S., Bates, G., Eckley, L., McCoy, E., Mikton, C., Shakespeare, T. & Officer, A. (2012). Prevalence and risk of violence against adults with disabilities: a systematic review and meta-analysis of observational studies. *Lancet*, 379, 1621-9. doi:10.1016/S0140-6736(11)61851-5
- Hughes, K., Bellis, M.A., Jones, L., Bates, G., Eckley, L., McCoy, E., Mikton, C, Shakespear, T., & Officer, A. 2012. Prevalence And Risk of Violence Against Adults with Disabilities: A Systematic Review and Meta-Analysis of Observational Studies. *Lancet*, 379, 1621-1629.
- Hughes, R. B., Lund, E. M., Gabrielli, J., Powers, L. E., & Curry, M. A. (2011). Prevalence of interpersonal violence against community-living adults with disabilities: a literature review. *Rehabilitation Psychology*, 56(4), 302-319. doi:10.1037/a0025620
- Jung, S. & Jamieson, L. (2014). Examining the use of sex to cope in a forensic sample. *Journal of Addictions & Offender Counseling*, 35, 30-37. doi:10.1002/j.2161-1874.2014.00022.x
- Karkošková, S. (2015, junho) *Judicial Academy of the Slovak Republic - Seminar With in the Project Judiciary and Victims Protection*, Omšenie
- Keenan, T., & Ward, T. (2000). A theory of mind perspective on cognitive, affective, and intimacy deficits in child sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12(1), 49-60. doi:10.1177/107906320001200106
- Keown, K., Gannon, T. a., & Ward, T. (2010). What's in a measure? a multimethod study of child sexual offenders' beliefs. *Psychology, Crime & Law*, 16(1-2), 125-143. doi:10.1080/10683160802622022
- Knight, R. A. (2010). Typologies for rapists: the generation of a new structural model. in Schlank, A. (Ed.), *The Sexual Predator* (Vol. 4, pp. 17-28). New York, NY: Civic Research Institute
- Knight, R. A., & Prentky, R. A. (1990). Classifying sexual offenders: The development and corroboration of taxonomic models. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Applied Clinical Psychology. Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories, and Treatment of the Offender* (p. 23-52). Plenum Press

- Knight, R. A., King, M. W. (2012). Typologies for child molesters: The generation of a new structural model. In Schwartz, B. K. (Ed.), *The Sex Offender: Current Trends in Policy and Treatment Practice* (Vol. 7, pp. 5-1-5-33). Kingston, NJ: Civic Research Institute
- Knight, R. A., Rosenberg, R., and Schneider, B. A. (1985). Classification of sexual offenders: perspectives, methods, and validation. In: A. W. Burgess (Ed.), *Rape and Sexual Assault* (pp. 222-293). New York: Garland
- Lalumière, M. L., Harris, G. T., Quinsey, V. L., & Rice, M. E. (2005). The causes of rape: understanding individual differences in the male propensity for sexual aggression. Washington, DC: American Psychological Association
- Langevin, R. (1991). A note on the problem of response set in measuring cognitive distortions. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 4(4), 287-292. doi:10.1177/107906329100400404
- Lanning, K. V. (2010). Child molesters: a behavioral analysis (5th ed.). Retrieved from www.icmec.org/wp-content/uploads/2015/10/US-NCMEC-OJJDP-Child-Molesters-ABehavioral-Analysis-Lanning-2010.pdf
- Laws, D. R., & Marshall, W. L. (2003). A brief history of behavioral and cognitive behavioral approaches to sexual offenders: Part 1. early developments. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(2), 75-92. doi:10.1177/107906320301500201
- Laws, D. R., & Marshall, W. L. (2003). A brief history of behavioral and cognitive behavioral approaches to sexual offenders: part 1. early developments. *Sexual Abuse*, 15(2), 75-92. doi:10.1177/107906320301500201
- Lehmann, R., Goodwill, A., Hanson, K. & Dahle, K. (2014). Crime scene behaviors indicate risk-relevant propensities of child molesters. *Criminal Justice and Behavior*. doi:10.1177/0093854814521807
- Liang, B., & Hu, M. (2018). A typology of sex offending against minors: an empirical study of rape and molestation cases in china. *Sexual Abuse*, 30(8), 951-974. doi: 10.1177/1079063217715017
- Liang, B., & Hu, M. (2018). A typology of sex offending against minors: an empirical study of rape and molestation cases in china. *Sexual Abuse*, 30(8), 951-974. doi:10.1177/1079063217715017
- Lindsay, W., Steptoe, L. & Beech, A. (2008). The Ward and Hudson pathways model of the sexual offense process applied to offenders with intellectual disability. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*. 20. 379-92.

doi:10.1177/1079063208323369

- Longobardi, C. & Badenes-Ribera, L. (2018). The relationship between animal cruelty in children and adolescent and interpersonal violence: a systematic review. *Aggression and Violent Behavior*. doi:10.1016/j.avb.2018.09.001
- Lyons, J. & Romano, E. (2019) Childhood sexual abuse profiles and psychological functioning in adult males. *Journal of Child Sexual Abuse*, 28:5, 544-563, doi:10.1080/10538712.2018.1563263
- Mahoney, A., & Poling, A. Sexual abuse prevention for people with severe developmental disabilities. *J Dev Phys Disabil* 23, 369-376 (2011). doi:10.1007/s10882-011-9244-2
- Malamuth, N. (1996). Research on the confluence model of sexual aggression based on feminist and evolutionary perspectives. In Buss, D., & Malamuth, N. (Eds.). *Sex, Power, Conflict: Evolutionary and Feminist Perspectives*. (pp. 269-295). New York: Oxford University Press
- Malamuth, N. (1996). Research on the confluence model of sexual aggression based on feminist and evolutionary perspectives. In Buss, D., & Malamuth, N. (Eds.). *Sex, power, conflict: evolutionary and feminist perspectives*. (pp. 269-295). New York: Oxford University Press
- Malamuth, N. M. (1986). Predictors of naturalistic sexual aggression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(5), 953-962. doi:10.1037/0022-3514.50.5.953
- Malamuth, N. M., & Hald, G. M. (2017). The confluence mediational model of sexual aggression. In D. P. Boer, A. R. Beech, T. Ward, L. A. Craig, M. Rettenberger, L. E. Marshall, & W. L. Marshall (Eds.), *The Wiley Handbook on the Theories, Assessment, and Treatment of Sexual Offending* (p.53-71). Wiley-Blackwell
- Malamuth, N. M., Check, J. V., & Briere, J. (1986). Sexual arousal in response to aggression: ideological, aggressive, and sexual correlates. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(2), 330-340. doi:10.1037/0022-3514.50.2.330
- Malamuth, N., Heavey, C., & Linz, D. (1996). The confluence model of sexual aggression: combining hostile masculinity and impersonal sex. *Journal of Offender Rehabilitation*, 23, 3, 13-37
- Marshall, W. & Marshall, L. (2000). The origins of sexual offending. *Trauma violence abuse* 1(3), 250-263
- Marshall, W. L. & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree (Eds), *Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories, and Treatment of the Offender* (pp. 257-275). New

York: Plenum Press

- Marshall, W. L., Anderson, D. & Fernandez Y. M. (1999). *Cognitive Behavioral Treatment of Sexual Offenders*. Toronto, ON: Wiley
- Marshall, W. L., Hamilton, K., & Fernandez, Y. (2001). Empathy deficits and cognitive distortions in child molesters. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 13(2), 123-130. doi:10.1177/107906320101300205
- Marshall, W.L., Cripps, E., Anderson, D., & Cortoni, F. (1999). Self-esteem and coping strategies in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(9), 955-962
- Marshall, W.L., Fernandez, Y.M., Serran, G.A., Mulloy, R., Thornton, D., Mann, R.E., et al. (2003). Process variables in the treatment of sexual offenders: a review of the relevant literature. *Aggression and Violent Behavior*, 8, 205-234
- Marshall, W.L., Hamilton, K., & Fernandez, Y. (2001). Empathy deficits and cognitive distortions in child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 13(2), 123-130. doi:10.1177/107906320101300205
- Marshall, W.L., Marshall, L. E., Serran, G. a., & O'Brien, M. D. (2009). Self-esteem, shame, cognitive distortions and empathy in sexual offenders: Their integration and treatment implications. *Psychology, Crime & Law*, 15(2-3), 217-234.
- Martin, S. L., Ray, N., Sotres-Alvarez, D., Kupper, L. L., Moracco, K. E., Dickens, P. A., Scandlin, D., & Gizlice, Z. (2006). Physical and sexual assault of women with disabilities. *Violence Against Women*, 12(9), 823-837. doi:10.1177/1077801206292672
- Martinello, E. (2014). Reviewing risks factors of individuals with intellectual disabilities as perpetrators of sexually abusive behaviors. *Sexuality and Disability*. 33. doi:10.1007/s11195-014-9365-5
- Maruna, S., & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive
- Marziano, V., Ward, T., Beech, A. R., & Pattison, P. (2006). Identification of five fundamental implicit theories underlying cognitive distortions in child abusers: A preliminary study. *Psychology, Crime & Law*, 12(1), 97-105. doi:10.1080/10683160500056887
- Marziano, V., Ward, T., Beech, A. & Pattison, P. (2006). Identification of five fundamental implicit theories underlying cognitive distortions in child abusers: a preliminary study, *Psychology, Crime & Law*, 12:1, 97-105, doi:10.1080/10683160500056887
- McKillop, N., Brown, S., Wortley, R. et al. How victim age affects the context and timing of child sexual abuse: applying the routine activities approach to the first sexual abuse incident. *Crime Sci* 4, 17 (2015). doi:10.1186/s40163-015-0031-8

- Mihailides, S., Devilly, G. J., & Ward, T. (2004). Implicit cognitive distortions and sexual offending. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 16(4), 333-350. doi:10.1177/107906320401600406
- Ó Ciardha, C. & Gannon, T. (2011). The cognitive distortions of child molesters are in need of treatment. *Journal of Sexual Aggression*. 17. 130-141. doi:10.1080/13552600.2011.580573
- Ó Ciardha, C. & Ward, T. (2013). Theories of cognitive distortions in sexual offending: what the current research tells us. *Trauma, Violence & Abuse*. 14. 5-21. doi:10.1177/1524838012467856.
- Organização Mundial de Saúde. (2011). *Relatório mundial sobre a deficiência*. São Paulo
- Paquette, S., Cortoni, F., & Longpre, N. (2014). An examination of implicit theories among francophone child molesters. *Journal of Sexual Aggression*. 20. doi:10.1080/13552600.2013.798689
- Payne, B. (2010) Understanding elder sexual abuse and the criminal justice system's response: comparisons to elder physical abuse, *Justice Quarterly*, 27:2, 206-224, doi:10.1080/07418820902763087
- Pervan, S., & Hunter, M. (2007). Cognitive distortions and social self-esteem in sexual offender. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 3(1), 74-91
- Polaschek, D.L.L., Gannon, T.A. The Implicit Theories of Rapists: What Convicted Offenders Tell Us. *Sex Abuse* 16, 299-314 (2004). doi.org/10.1023/B:SEBU.0000043325.94302.40
- Polaschek, D. & Ward, T. (2002). The implicit theories of potential rapists: what our questionnaires tell us. *Aggression and Violent Behavior*. 7. 385-406
- Polaschek, D. L. L., Ward, T., & Hudson, S. M. (1997). Rape and rapists: theory and treatment.
- Powers, L., Curry, M., McNeff, E., Saxton, M., Powers, J. & Oswald, M. (2008). End the silence: a survey of abuse against men with disabilities. *Journal of Rehabilitation*. 74.41- 53
- Powers, L., Hughes, R. & Lund, E. (2009). Interpersonal violence and women with disabilities: a research update *Psychology. Crime and Law*. (3) 209-228. doi:10.1080/10683160208401816
- Rebocho, M.; Gonçalves, R. (2012). Sexual predators and prey: a comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*

27, 14:2770-2789. doi:10.1177/0886260512438280

- Robertiello, G., & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? a review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 508-518. doi:10.1016/j.avb.2007.02.010
- Safarik, M. E., Jarvis, J. P., & Nussbaum, K. E. (2002). Sexual homicide of elderly females: linking offender characteristics to victim and crime scene attributes. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(5), 500-525. doi:10.1177/0886260502017005002
- Sarah W., Chris H. & John L. (2011), The effects of traumatizing life events on people with intellectual disabilities: a systematic review, *Journal of Mental Health Research in Intellectual Disabilities*, 4:1, 19-39, doi:10.1080/19315864.2010.534576
- Schaaf, S., Lamade, R., Burgess, A., Lopez, E. & Prentky, R. (2018). Student views on campus sexual assault. *Journal of American College Health*. 67. 1-8. doi:10.1080/07448481.2018.1500476
- Seto, M. C. (2019). The motivation-facilitation model of sexual offending. *Sexual Abuse*, 31(1), 3-24. doi:10.1177/1079063217720919
- Seto, M. C., & Fernandez, Y. M. (2011). Dynamic risk groups among adult male sexual offenders. *Sexual Abuse*, 23(4), 494-507. doi:10.1177/1079063211403162
- Seto, M. C., & Lalumière, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? a review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 136(4), 526-575. doi:10.1037/a0019700
- Seto, M.C., Babchishin, K.M., Pullman, L.E., & McPhail, I.V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: a meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial
- Sin, C., Mguni, N., Cook, C., Comber, N. & Hedges, A. (2009). Disabled victims of targeted violence, harassment and abuse: barriers to reporting and seeking redress, *Safer Communities*, Vol. 8 No. 4, pp. 27-34. doi:10.1108/17578043200900035
- Sistema de Segurança Interna. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Retirado de <http://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/RASI-2018.pdf> a 01 de dezembro de 2019
- Smallbone, S. W., & Dadds, M. R. (2000). Attachment and coercive sexual behavior. *Sexual Abuse*, 12(1), 3-15. doi:10.1177/107906320001200102
- Smith, J. (2004). Reflecting on the development of interpretative phenomenological analysis and its contribution o qualitative research in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 1, 39-54

- Snyder, H. N. (2000). Sexual assault of young children as reported to law enforcement: victim, incident and offender characteristics (NCJ 182990). Washington, DC: U.S. department of justice, office of justice programs. Retirado de <http://bjs.ojp.usdoj.gov/content/pub/pdf/saycrl.pdf> a 3 de janeiro de 2020
- Sobsey D. & Varnhagen C. Sexual abuse and exploitation of individuals with disabilities. In CR Bagley & RJ Thomlinson (Eds.) *Child Sexual Abuse: Critical Perspectives on Prevention, Intervention, and Treatment*. Toronto: Wall and Emerson, 1991; 203-216.
- Sobsey, R. (1994). Violence and abuse in the lives of people with disabilities: the end of silent acceptance? Paul H Brookes Publishing.
- Soeiro, C. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 1-15
- Sullivan, J. & Beech, A. (2004). A comparative study of demographic data relating to intra - and extra-familial child sexual abusers and professional perpetrators. *Journal of Sexual Aggression*. 10. 39-50. doi:10.1080/13552600410001667788
- Svensson, J., Baer, N. & Silva, T. (2019) Adolescents' level of knowledge of and supportive attitudes to sexual crime in the Swedish context, *Journal of Sexual Aggression*, 25:2, 75- 89. doi: 10.1080/13552600.2018.1476600
- Tallon, J. e Terry, K. (2008). Analyzing paraphilic activity, specialization, and generalization in priests who sexually abused minors. *Criminal Justice and Behavior*. 35(5): 615-628
- Tharinger D., Horton C.B. & Millea S. (1990). Sexual abuse and exploitation of children and adults with mental retardation and other handicaps. *Child Abuse & Neglect* 14:301-3
- Trindade, L. & Linhares, S. & Vanrell, J. & Godoy, & Martins, B. (2014). Child sexual violence and vulnerability. *Revista da Associação Médica Brasileira* (1992). 60. 70-74. doi:10.1590/1806-9282.60.01.015
- Turk, V. and Brown, H. (1993). The sexual abuse of adults with learning disabilities: results of a two year incidence survey. *Mental Handicap Research*, 6 (3), pp. 193-216
- Ward, T, & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11(1), 44-63. doi:10.1016/j.avb.2005.05.002
- Ward, T, & Siegert, R. J. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: a theory knitting perspective. *Psychology, Crime & Law* (8), 19-351. doi:10.1080/10683160208401823

- Ward, T., Gannon, T., & Keown, K. (2006). Beliefs, values, and action: The judgment model of cognitive distortions in sexual offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 11(4), 323- 340. doi:10.1016/j.avb.2005.10.003
- Ward, T., Hudson, S. M., Johnston, L., & Marshall, W. L. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: an integrative review. *Clinical psychology review*, 17(5), 479-507. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9260038>
- Ward, T. & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*. (11). 44-63. doi:10.1016/j.avb.2005.05.002
- Ward, T. & Hudson, S. (2001). Finkelhor's precondition model of child sexual abuse: a critique. *Psychology Crime & Law - Psychology, Crime and Law*. 7. 291-307. doi:10.1080/10683160108401799
- Ward, T. & Hudson, S.M. (2000). A self-regulation model of relapse prevention. In: Laws, D.R., Hudson, S.M. and Ward, T., Eds., *Remaking relapse prevention with sex offenders: a sourcebook*, sage, *Thousand Oaks*, 79-101 doi:10.4135/9781452224954.n5
- Ward, T. (2000). Sexual offenders cognitive distortions as implicit theories. *Science*, 5(5), 491- 507
- Ward, T. (2002). Marshall and Barbaree's integrated theory of child sexual abuse: A critique. *Psychology, Crime & Law*, 8(3), 209–228. doi.org/10.1080/10683160208401816
- Ward, T. (2009). The extended mind theory of cognitive distortions in sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 15(3), 247-259. doi:10.1080/13552600903263087
- Ward, T., & Beech, A. R. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 44-63
- Ward, T., & Casey, A. (2010). Extending the mind into the world: a new theory of cognitive distortions in sex offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 15(1), 49-58. Elsevier Ltd. doi:10.1016/j.avb.2009.08.002
- Ward, T., & Hudson, S. M. (2000). Sexual offenders' implicit planning: a conceptual model. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12(3), 189-202. doi:10.1177/107906320001200303
- Ward, T., & Keenan, T. (1999). Child molesters' implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(8), 821-838. doi:10.1177/088626099014008003
- Ward, T., & Keenan, T. (2000). Understanding cognitive, affective, and intimacy deficits in sexual offenders: a developmental perspective. *Aggression and Violent Behavior*, 5(1), 41-2. doi:pii/S1359178998000251

- Ward, T., Hudson, S. M., & Marshall, W. L. (1995). Cognitive distortions and affective deficits in sex offenders: a cognitive deconstructionist interpretation. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 7(1), 67-83. doi:10.1177/107906329500700107
- Ward, T., Keown, K., & Gannon, T. A. (2007). Cognitive distortions as belief, value and action judgments. In T. A. Gannon, T. Ward, A. Beech, & D. Fisher (Eds.), *Aggressive Offenders' Cognition: Theory, Research and Practice*. Sussex, UK: Wiley
- Ward, T., Polaschek, D., & Beech, A. R. (2006). *Theories of sexual offending*. Chichester, UK: Wiley
- Ward, T. (2002). Marshall and Barbaree's integrated theory of child sexual abuse: A Critique. Waterhouse, G. F., Reynolds, A., & Egan, V. (2016). Myths and legends: the reality of rape offences reported to a UK police force. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 8(1), 1-10. doi:10.1016/j.ejpal.2015.04.001
- Webster, S. D., Bowers, L. E., Mann, R. E., & Marshall, W. L. (2005). Developing empathy in sexual offenders: the value of offence reenactments. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(1), 63-77. Springer. doi:10.1007/s11194-005-1211-y
- Whitaker, D., Le, Hanson, R. K., Baker, C., McMahon, P., Ryan, G., Klein, A. & Rice, D. (2008). Risk factors for the perpetration of child sexual abuse: a review and meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*. 32. 529-48. doi:10.1016/j.chiabu.2007.08.005
- Wortley, R. & Smallbone, S. (2006). Applying situational principles to sexual offenses against children. *Situational prevention of child sexual abuse. Crime Prevention Studies*. 19.

Secção Empírica

Artigo 1.

Baúto, R.V., Leal, I & Cardoso, J. (2020). Child sexual offenders typologies: An exploratory profile model using multiple correspondence and cluster analysis of portuguese convicted offenders sample. (Under Review in Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling)

Artigo 2.

Baúto, R.V., Leal, I & Cardoso, J. (2020). Sexual abusers of person incapable of resistance: Four case studies of portuguese offenders using an ideographic approach. (Under Review in Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology)

Artigo 3.

Baúto, R.V., Leal, I & Cardoso, J. (2020). The role of cognitive distortions, sex as a coping strategy and sexual attitudes in child sexual offending: A predictive model based on artificial neural network. (Under Review in Journal of Interpersonal Violence)

Artigo 1. Child Sexual Offenders Typologies: An Exploratory Profile Model using Multiple Correspondence and Cluster Analysis of Portuguese Convicted Offenders Sample

(Under Review in Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling)

Ricardo Ventura Baúto^{1,2,3}, Isabel Leal¹ & Jorge Cardoso^{2,3}

¹ISPA – IU - William James Center for Research; ²LabPsi – Laboratório de Psicologia Egas Moniz;

³CiiEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz

1. Abstract

Child Sexual Abuse (CSA) is not a recent phenomenon. However, it gained visibility in Portugal in 2002, when a news piece raised suspicions about various public figures. Since then, there has been an upward trend in complaints and has stabilized in recent years. Even though the research emerging, it presents gaps in the characteristics and *modus operandi* of the child sexual offenders in Portuguese context.

In this article, we present an exploratory study, where was analyzed 72 reports of offenders incarcerated in Portugal (Lisbon District) convicted for crimes of CSA recorded in last ten years. We used such as statistical procedure a Multiple Correspondence Analysis, and Cluster Analysis with a focus on the dynamics of the offense, context, the number of victims, relationship, and characteristics of the offense. With this analysis, we have come up with four profiles, which occurs with both techniques. We identified differences regarding the using of aggressivity and/or treating during or after the offense, nature of abuse, and introduce the crime admission as an active variable, with contributions to the model definition. According to these results, and based on international literature, we defined our groups in four types, *Regressed*, *Indiscriminate*, *Inadequate*, and *Violent*.

We discuss our results based on the international models and demonstrate affinities with them.

Keywords: Child Sexual Abuse, Sexual Offenders, Multiple Correspondence Analysis, Criminal Profiling

2. Sexual Offending Models

Child Sexual Abuse (CSA) can leave profound consequences for their victims and harms the whole community. In Portugal, the crime obtained a particular projection from 2002, when it released in the media, the details of a journalistic investigation that would involve several public figures (e.g., showbiz, politics) in a child sexual abuse *scandal*. The process would become known, such as *the Casa Pia Process*, the name of Childcare Institution, which would have happened the abuse situations (cf. BBC News, 2010, September 3). Since then, there has been an increase in the number of complaints and has, in recent years, stabilized. In 2018 there was a decrease of 10.8% of complaints, falling to a total of 836 reported cases in Portugal (SSI, 2018, p.9).

On the Scientific field, there are many definitions of CSA most of which focus on the nature of the acts performed, which may be through direct physical contact or exposure to sexual content (e.g., Veenema, Thornton, & Corley, 2015; Mathews, & Collin-Vézina, 2019). In this study, we use the definition of the World Health Organization "Child sexual abuse is the involvement of a child in sexual activity that he or she does not fully comprehend, is unable to give informed consent to, or for which the child is not developmentally prepared and cannot give consent, or that violates the laws or social taboos of society. Child sexual abuse evidenced activity between a child and an adult or another child who by age or development is in a relationship of responsibility, trust or power, the activity being intended to gratify or satisfy the needs of the other person. This kind of abuse may include but is not limited to: the inducement or coercion of a child to engage in any unlawful sexual activity; the exploitative use of a child in prostitution or other unlawful sexual practices; the exploitative use of children in pornographic performance and materials" (WHO, 1999, p.15).

The CSA may be subdivided according to the existence or absence of contact by the offender. The first refers to the sexualized touch on the child's body, which may occur sexualized kisses and the use of objects for digital stimulation (Finkelhor, 1984; 1994; Howells, 1994; Ward & Hudson, 2001; Chopin & Caneppele, 2019). Regarding the absence of contact, this relates to voyeurism exhibitionism and pornography exposure behaviors, for example. In these situations, the child may not be a direct actor in action (Finkelhor, 1994). Contactless sexual abuse is often linked to the pre-act process, where the perpetrator fantasizes about contact with children, starting to get sexually aroused by the idea.

Over the years, research has also deepened comprehensive models of CSA, which have gained higher expression through the soundness of their arguments, namely the Finkelhor Precondition Model (Finkelhor, 1984), the Marshall and Barbaree Integrated Model (1990) and

the Hall and Hirschman Quadripart Model (1991). In a more focused approach to cognitive distortions as an explanation for the offender's functioning, the Abel, Becker, and Cunningham-Rathner (1984) model emerged, which would be deepened and redirected in the approach through other models such as Implicit Theories (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000) or the Pathways Model (Ward & Siegert, 2002). It is required to detail each and how, in some cases, models coexisted and emerged in parallel, emphasizing different variables.

As mentioned, one of the first models used to describe CSA offending was the Finkelhor Preconditions Model. Finkelhor (1984) developed a multifactorial model that shaped the first attempt to comprehensively explain which factors are inherent in sexual assault on children. The author systematizes its model in four essential preconditions: a) emotional congruence; b) sexual arousal; c) blockage; d) disinhibition. Finkelhor (1984) also states that they may emerge in different ways but will always trigger the existence of these preconditions. Several authors (Howells, 1994; Ward & Hudson, 2001; Ward & Siegert, 2002; Ward, Polaschek, and Beech, 2006; Gannon, Terriere, & Leader, 2012) mentioned the simplicity and ability to systematically relate the different factors associated with sexual abuse behavior to children. A several years later, Marshall and Barbaree (1990) conceptualized an integrated model, where individuals subject to adverse situations (e.g., inadequate socioeconomic resources during childhood; inconsistent parenting; direct or indirect exposure to violence) physical and/or sexual) are more likely to develop distorted perceptions in their internal models of functioning and relationship, specifically to aggression and sex. From this perspective, an essential element in the psychosexual development of male adolescents is the ability to learn to distinguish between aggressive and sexual impulses, as well as the control of aggressive tendencies during sexual experiences. These authors suggested that sexual crimes, such as CSA, are the result of a diverse set of interacting factors, converging at a particular point in time and deriving from the passage to the act. Some elements are highlighted as causal factors, namely experiences regarding biological processes, cultural beliefs, gender roles, and attitudes about sex.

Another model approach was the Quadripartite model of Hall and Hirschman (1991). This model has four components, sexual arousal or activation of inadequate physiological nature, inaccurate cognitions or distortions that allow the perpetrator to justify the action, effective lack of control, and deficits in personality structure. The main idea of this model suggests that each of these factors underlies the motivational precursors that lead to the possibility of these individuals sexually abusing a child (Ward & Beech, 2006). Hall and Hirschman (1992) reported that sexual activation in isolation does not constitute a risk of the act, but when combined with personality disorders and lack of control at the affective level,

they can trigger aggression behaviors. The authors also refer that the passage to the act may be inhibited or otherwise facilitated, based on the experiences lived and learned in the socialization process.

Finally, Abel, Becker, and Cunningham-Rathner (1984) present one of the first models of cognitive distortion, that divided into those that focus on cognitive processes after engaging in sexually deviant behaviors (e.g., Abel et al., 1989); and those built around the cognitive structures that are supposed to precede and maintain aggression (e.g., Ward, 2000). These authors suggest that a process of sexual development, deprived of an adequate understanding of social norms and expectations regarding normative sex behaviors, may promote deviant sexual responses. They further emphasize that the individual in the face of these conditions develops a split consciousness between what is socially accepted as normative and, on the other hand, his sexual preferences. Later addressing Ward (2000; 2009) states that deviant sexual arousal, deficits in relationships of intimacy, affective incongruence, and cognitive distortions; claim to be relevant in the risk of developing inappropriate sexual behavior with a minor. In this way, sex offenders can develop distortions in their sexual scripts, creating dysfunctional relationship schemes resulting from inappropriate or early sexual experiences where periods of rejection, disappointment, or loneliness can lead to learning deviations (Ward, 2000; Ward & Seigert, 2002). At the same time, Ward & Seigert (2002) presented a parallel approach, designated Pathways Model that proposed the existence of an interaction between clinical problems and some vulnerability factors: emotional regulation deficits, deviant sexual scripts, intimacy/social skills deficits, and antisocial cognitions.

3. Typologies of Child Sexual Abuse Offenders

Research into typologies of sexual offenders began in the 1960s (cf. Mohr, Turner & Jerry, 1964), and a few years later, with research focused on a specific group of sexual offenders, the child molesters (Laws, Marshall, 2003; Soeiro, 2009; Liang & Hu, 2018; Lyons & Romano, 2019). This kind of studies has classified offenders according to several criteria issues, such as demographics, personal and social characteristics (Safarik, Jarvis, & Nussbaum, 2002; Goodwill & Alison, 2007; Goodwill, Alison, & Beech, 2009; Goodwill et al., 2013; Rebocho & Gonçalves, 2012; Goodwill et al., 2016), nature of offenses, the relationship between offender and their victims (Waterhouse et al., 2016), victim characteristics, and other information's (Robertiello & Terry, 2007; Liang & Hu, 2018). Terry (2006 cited by Robertiello & Terry, 2007) identified a set of characteristics common to subjects who sexually abuse

children, namely poor social skills, low self-esteem, feelings of inadequacy, worthlessness, and vulnerability. This authors also suggested previous frustrating relationships with adults, along with self-image and performance problems.

In the 1980s, authors such as Knight, Rosenberg & Shneider (1985) presented descriptive models about the characteristics/typologies of child sexual offender. Simon et al. (1985) lectured the research of other authors (cf. Cohen et al., 1969; Burgess et al., 1978; Groth & Birnbaum, 1978; Groth, Hobson & Gary, 1982) who had analyzed the characteristics of other types of sexual offenders. The authors concluded that the perspective of a model based on the Fixated-Regressed dichotomy (cf. Groth & Birnbaum, 1978; Groth et al., 1982) would, in their view, be the most acceptable explanation. This perspective refers to the motivation for perpetration as a differentiating element among offenders, considering two issues (cf. Burgess et al., 1978; Groth & Birnbaum, 1978; Groth et al., 1982). Concerning the fixed offenders (Groth & Birnbaum, 1978), described as being preferred, they tend to have a persistent, continuous, and compulsive attraction to children (Groth et al., 1982; Terry & Tallon, 2004). In this group, there tends to be a higher frequency of abuse and pedophilia diagnosis (Terry & Tallon, 2004), and most offenders have no relationship with the victim, seeking to establish a close relationship and trust. In parallel, another group of offenders was described as regressed (Burgess et al., 1978). These offenders are not primarily motivated by children's physical or psychological characteristics, but rather by sexual gratification and access to victims (Lehman et al., 2014). It could identify children as an alternative to adults and seeking to establish sexual behaviors closer to them than adults, which they would seek out with adults. It is in this group that the offenders who committed incest are found (Lanning, 2010), rarely resorting to physical strength, resorting to the trust inherent in the pre-existing relationship (Lehmann et al., 2014). Groth and Burgess (1977) had already mentioned the relevance of criminal behavior as being present (in several cases), a diverse criminal history (e.g., crimes against people, property ...). The FBI would extend Groth's typology levels to include seven subgroups of criminals (see table 1).

Table 1. The FBI typologies of the child molester (Lanning, 2010)

Type of offender	Characteristics of offenders
Situational Offenders	Offenders have poor coping skills, easily accessible target victims, abuse children as a substitute for adult relationships.
Morally Indiscriminate	Offenders do not prefer children over adults and tend to use children (or anyone accessible) for their interests (sexual and otherwise).
Sexually Indiscriminate	Offenders are mainly interested in sexual experimentation and abuse children out of boredom.
Inadequate	Offenders are social misfits who are insecure, have low self-esteem, and see relationships with children as their only sexual outlet.
Preferential Offenders	
Seductive	Offenders “court” children and give them much affection, love, gifts, and enticements in order to carry on a “relationship.”
Fixated	Offenders have poor psychosexual development, desire affection from children, and are compulsively attracted to children.
Sadistic	Offenders are aggressive, sexually excited by violence, target stranger victims, and are extremely dangerous

Source: Robertiello & Terry (2007)

Other authors (e.g., Wortley & Smallbone, 2001) described a range of offenders motivated by opportunity and/or as a way of externalizing aggressive and controlling instrumental behaviors (Bennell et al., 2001). It is also possible to verify an additional element to the previously described group, where sexual aggression appears as a way to injure the victim, where aggression can be eroticized (Canter, Hughes & Kirby, 1998; Bennell et al., 2001; Schaaf et al., 2019). Knight and Prentky (1990) proposed another classification system, the MTC: CM3, based on two axes (see Table 2).

Table 2. MTC: CM3 classification system (Knight & Prentky, 1990)

Axis	Description of axis measurement
Axis I - Measures the level of social competence of the offender	Assesses the extent to which the offender is fixated with children (on a continuum)
Axis II - Meaning of the contact (sexual and interpersonal)	Assesses the amount of contact the offender has with children (e.g., exclusively involved with extrafamilial children, abuses own children)

Source: Robertiello & Terry (2007)

The main purpose article is to present an exploratory model of child sexual offenders, from a convicted sample, sentencing with prison in Portugal, in order to identify differences between groups that allow us to conclude about them heterogeneity, and comparing with the models recognized at an international level. In addition to the analysis of criminal behavior, intended to introduce a cognitive variable, related to the perspective that subjects have about crime, namely the admission of crime and its self-criticism, paving the way for future research that relates attitudes and cognitions and them behavior.

4. Method

4.1. Sample

The sample consisted of 72 men incarcerated in Portugal (Lisbon District) convicted for crimes of child sexual abuse (CSA) defined by Portuguese Criminal Law as a Minors Sexual Abuse and Sexual Abuse of Dependent (articles 161 and 162 of Portuguese Criminal Code). All individuals were considerate as mentally capable by the judicial entities. We excluded Foreign and illiterate subjects since the application of self-assessment instruments is intended in the second phase of the investigation. Only men were included in the sample, aged between 18 and 68 years, with a mean age of 45.5 years ($SD = 9.83$). The information sources are the individual prison records that contained evidence proven in Court (table 3), data regarding the self-criticism perspectives about crime (analyzed by the technicians that accompanying these offenders in prison), and socio-demographic issues. It should be noted that with an average of

280 prisoners serving national sentences for crimes of this nature, the present sample (N = 66) leads to a margin of error of 8.84% and a confidence level of 90%.

Table 3. Variables and categories relating to the offense (frequency, valid cases, and percentage)

Variables and categories	Frequ en cy	N	%
Sexual stimulation		66	
No sexual stimulation	6		9.1
Fisting and/or objects introduction	2		3.0
Masturbation and sexualized touch (inc. non- penetrating friction)	39		59.1
Masturbation and porn preview	8		12.1
Fisting. introduction and masturbation	6		9.1
Introduction, masturbation and porn preview	5		7.6
Penetrative sexual intercourse		66	
Without penetration	8		12.1
Oral penetration	4		6.1
Vaginal penetration	20		30.3
Anal penetration	9		13.6
Oral and vaginal penetration	7		10.6
Oral and anal penetration	9		13.6
Anal and vaginal penetration	8		12.1
Oral. vaginal and anal penetration	1		1.5
Aggressivity and/or threatening victims		58	
Without aggression or threat	28		48.3
Physical aggression	1		1.7
Physical aggression threat	9		15.5
Threat (various)	8		13.8
Aggression and threat	12		20.7
Grooming and/or gratification		63	
No	46		73
Yes	17		27

4.2. Procedure

Before data collection, permission was sought and granted from the *Direção Geral de*

Reinserção e Serviços Prisionais (Portuguese Prison and Probation Services) (No. 154 / DSOPRE of 09-09-2013). All ethical and deontological principles have been taken, and the confidentiality of the data collected is guaranteed.

There was collecting information from 72 reports of Prison Services on offenders and victims' characteristics, and the crime, between 2014 and 2019. Only 66 was considerate for analysis, once that some details were omitted or unknown. For the collection of procedural information, a grid was created for several criteria issues, such as demographics, personal and social characteristics (Safarik, Jarvis, & Nussbaum, 2002), nature of offenses, the relationship between offender and their victims (Waterhouse et al., 2016), victim characteristics, and other information's (e.g., psychological condition, consumptions). The variables used to carry out this study was information about the offender, victims, and context/offense (see table 3). Concerning the information about the offender, was included the criminal records, sociodemographic variables (age, previous convictions, marital status, qualifications, employment situation), the relationship with the victim(s), history of mental health, and consumptions. The information about victims includes sociodemographic variables such as age, sex, relationship with the offender, and physical and/or mental problems.

Finally, with observed that offense information has much more detailed when compared with the offender and victim(s) information. We collected data about *modus operandi* with particular focus on the dynamics of the offense, context, the number of victims, characteristics of the offense (i.e., penetrative or non-penetrative offending, aggressivity, and/or threat, grooming and/or gratification, use of condom and ejaculation). Only in some cases, we collected all the information about that last two variables. The places that were occurred, the offense was also contemplated, as well as the frequency of the abuse. Once that individual records analyzed were from offenders in reclusion, we also collect information about the accompaniment of than Reeducation Services, which reports the perspectives of these prisoners, regarding the crime, such as self-criticism and legitimization/minimization.

5. Data analysis

To analyze the data with the objective of different determinate groups of CSA, we define two-phases, data collection/processing, and statistical analysis. As a preparatory phase to the statistical treatment, the information collected in the prisoners' process analysis grid was worked out using qualitative analysis, and its data were reduced by categories and entered into IBM® SPSS® Version 25. The same software was used for the analyses performed in the other phases.

Concerning statistical analysis, we use the multiple correspondence analysis (MCA),

which allows analyzing the pattern of relationships in the categorical dependent variable, and it was obtained a standard correspondence analysis on indicator matrix (Abdi & Valentim, 2007). This technique provides a representative model of a high number of variables, prospecting the reduction of the construct (i.e., factors) (Di Franco, 2016). Di Franco (2016, p.1307) describes the merits of MCA as having "excellent descriptive powers since it allows one to examine the simultaneous interaction of many variables by exploring their direct links (...) is very sensitive to analyses of the relationships between cases and between variables".

About the statistical procedure, we analyzed the profiles as coordinates, considering a multi-dimensional model, where categories of variables are distinguished by sub-optimal space, which maximizes inertia, corresponding to the dispersion of calculated distances between points set, where inertia corresponds to the variation explained (Di Franco, 2016). The categories of variables are divided according to their level of contribution. Thus, it is distinguished according to the values analyzed whether or not they directly contribute to the formation of factors. At the same time, supplementary categories were used, which do not contribute directly to the creation of factors but may be relevant to their interpretation (Abdi & Valentim, 2007; Di Franco, 2016). According to Di Franco (2016), there do not exist clear guidelines against the minimum number of cases necessary to using MCA. A higher number of cases could be creating a stronger model with better fit results, but it will not a mandatory decision. However, we verified that it was necessary to carry out subsequent analyses, with refining results perspective, checking the stability of them to produce a good fit result (table 4).

Table 4. Inertia analysis of MCA

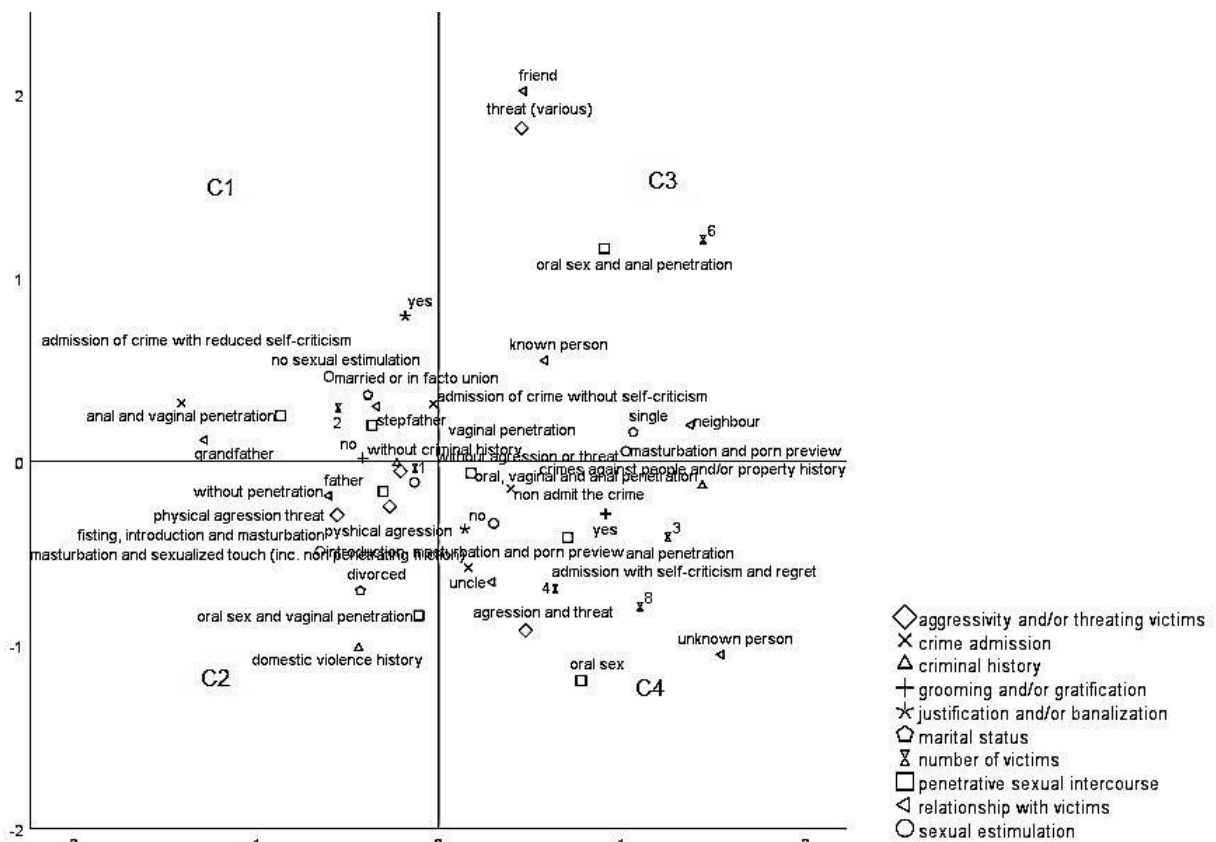
	Dimension		Mean
	1	2	
Number of victims	.447	.124	.286
Marital status	.421	.200	.310
Relationship with victims	.64	.445	.542
Abusive Sexual Stimulation	.253	.357	.350
Penetrative sexual intercourse	.357	.390	.373
Aggressivity and/or threatening victims	.126	.566	.346
Criminal history	.444	.110	.277
Crime admission	.370	.950	.210
Justification and/or banalization	.240	.287	.155
Grooming and/or gratification	.332	.210	.176
Inertia	3.35	2.59	2.97
	1	5	3
Mean	.335	.260	.297

With a graphical analysis of MCA, constituted with a minimum of two factorial axes, it is possible to project a model regarding variable-categories estimated positions of dots, identify the structure of relationships (Abdi & Valentim, 2007; Di Franco, 2016) and the number of groups.

In order to evaluate the quality of dimensions and make a decision about the appropriate number of dimensions to configure the space under analysis, initially, the variance explained by each one of them was analyzed through the eigenvalues (variance explained by each dimension) and of inertia (variance in relative terms). From the analysis of eigenvalues and dimension inertia (Table 4), it was found that both eigenvalue and inertia tend to decrease with an increasing number of dimensions and that the first two dimensions have eigenvalues and higher inertia values.

Regarding the observation of the graphical representation of the variance of the dimensions (Figure 1), two explanatory axes (dimensions) were selected, which explain 59.5% of the inertia, where a proportion of variation explains for dimension 1 = 33.5% and dimension 2 = 25.9%. With MCA results, it was possible to distinguish two different groups with two different typologies that resulted in four profiles.

Figure 1. Multiple correspondence analysis maps with dimensional themes and



5.1. centroids of cluster analysis

The first group contained two profiles where the offender had some familiar linkage with them victims and will be defined as "Intra-familiar Abuse." In the second group, we also found two different profiles, related once again with the relationship of offenders with their victims, namely known and unknown offenders. However, when we analyze every ten active variables and each category that contained, we could identify other different issues that provide better knowledge about interpersonal behavior and offending context. It is still relevant to refer that in our study, we also collected more nine variables. Though after analyzed the dimension scores and the number of missing information in criminal records, we concluded that in our sample, that variables do not be useful to produce a good fit model. We opted to include them as supplementary variables, then assign a better description of our proposal model since they are conceptual relevant for criminal behavior (see table 5).

Table 5. Supplementary variables and categories (frequency, valid cases and percentage)

Supplementary variables and categories	Frequency	N	%
Dynamics			
Recording victims		66	
No	63		95.5
Yes	6		4.5
Online seduction		66	
No	63		95.5
Yes	3		4.5
Condom use		66	
No	52		96.3
Yes	2		3.7
Ejaculation during abuse		66	
Without ejaculation	6		10.7
Ejaculation inside victims	20		35.7
Ejaculation out of the victims	21		37.5
Both	9		16

			.1
Context			
Place		66	
Offenders home	34		51.5
Street/vehicle/other	6		9.5
Victims and offenders home	23		36.5
Frequency		66	
Just once	3		6.5
At least 3 times	9		19.6
At least 5 times	3		6.5
At least 1 times for month	18		39.1
At least 1 times for week	9		19.6
Daily or almost diary	4		8.7
Just once	3		6.5
Victims characteristics			
Sex of victims		66	
Male	13		19.7
Female	48		72.7
Both	5		7.6
Victims Pathology		66	
Without Pathology (physical or mental)	58		87.9
Mental/Psychiatric pathology	8		12.1
Offenders mental disorders and/or consumptions		6	
		6	
without a history of mental illness and/or substance	28		48.3
Consumptions			
mental illness diagnosis	1		1.7
mental illness suspicion	9		15.5
mental illness and/or alcohol abuse (suspicion)	8		13.8
Alcohol consumption		6	
		6	
no	46		71.9
yes	18		28.1

We distinguish that in four groups, which one with similar discriminate characteristics.

In the first group, we included additional dynamics, namely, if the offenders had been recorded them, victims, appealed to online seduction, had used a condom, and if they ejaculated (and how) during the offending. The second group indicates two relevant variables in the offending context, namely the place and frequency that occurred. Other relevant groups contemplate mental and biological victim's characteristics (mental illness, psychopathology, and sex). Finally, offender characteristics, non-included latent variables, but relevant for a comprehensive model, we analyzed the alcohol consumptions during abuse and mental illness or substance consumptions.

After identifying the four groups of offenders, defined using MCA, we proceeded to their more detailed characterization, with identification of their distinctive elements, through Cluster Analysis (CA). The Hierarchical Cluster analysis was first resorted to by the Ward Method, followed by the Furthest Neighbor Method. Based on its graphical interpretation, representative of the distribution of fusion coefficients, concludes that the most significant decrease corresponds to four clusters, and from this location, the distances between coefficients tend to decrease more sharply. Thus, this result reinforces the solution obtained through MCA (see figure 1). Next, we attempted to perform a transfer of individuals to the nearest cluster, performed through the K-Means Cluster Analysis, thus verifying the above (i.e., the existence of four clusters). After CA, we performed, and the most statistically and conceptually viable solution was defined, a correspondence between the four quadrants and the defined profiles was followed. From results with HCA (both method), where was concluded, when compared with

MCA results, that this model presents four clusters, the same number previously founded (see figures 2 and 3).

Figure 2 - Hierarchical Cluster Analysis with the Ward Method

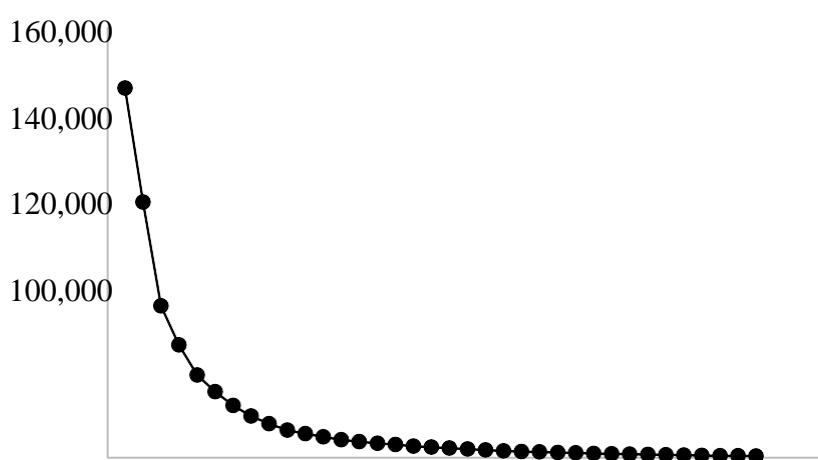
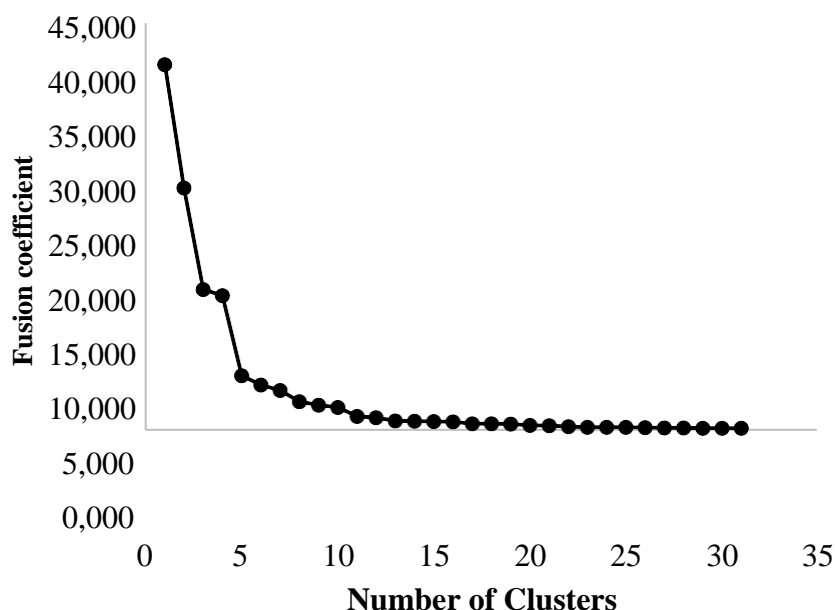


Figure 3 - Hierarchical Cluster Analysis with Furthest Neighbor Method



We decided on this model proposal with four different profiles with two groups (2x2), distinguished by the relationship with victims (see table 6).

Based on the identified elements, we define the following proposal of typologies:

Table 6. Typologies of CSA proposed in our research

Type of offender	%	Offenders Characteristic's
Intra-familiar Regressed (C1 - Cluster 1)	18.2 %	Offenders target easily accessible victims. Although they had a close familial relationship (stepfather and grandfather), parents are not included in this type. They prefer conventional sexual behavior, without previously sexual stimulation on abuse occurrence. The sexual dynamics of abuse are vaginal and anal/vaginal penetration with ejaculation inside their victims, and they claim that they consumed alcohol during or before the abuse. When confronted with the crime, they admit, without, or reduced self- criticism. Regarding the frequency of abuse, they present multiple situations.

	Indiscrimin - Cluster 2)	60.6 %	<p>Offenders are the victims' fathers and use the confidante relationship to succeed in the abuse. In the leading cases, they do not resort to aggression or threat to gain sexual gratification. They present multiple non- penetrative dynamics such as masturbation and porn preview or sexualized touch, including non-penetrating friction. In several cases, penetration could not happen in the initial stage, then evolve to oral sex and vaginal penetration. This offender does not have criminal records, but in some cases, could have domestic violence history.</p>
Extra- familiar	Inadequate (C3 - Cluster 3)	1.51 %	<p>These kinds of offenders have social misfits without an intimate partner relationship. They have some relationship with the victims, such as a neighbor, friend, or just a known person. They see these relationships as a vehicle to explore their sexual interests, and in some cases, could have mental illness diagnosis. They resort to previous sexual stimulation and could fisting and/or introduce objects in their victims. Concerning penetrative intercourse, they opted for oral sex and anal penetration and resorted to various types of aggressivity and threats. They have criminal records for sexual crimes.</p>

Violent (C4 - Cluster 4)	19.7 %	<p>Offenders are aggressive, with multiple records for crimes against people and/or property history. They present the opposite position about the crime, where admit with self-criticism or non-admit the crime. They could resort to other seductive strategies in the previous stage (e.g., online seduction, grooming, and/or multiple gratifications).</p> <p>They have aggressive and threat behaviors to control their victims. All offenders are unknown persons, and the abuse occurs on the street or <u>in vehicles.</u></p>
--------------------------------	-----------	---

6. Discussion and Conclusions

This article is a preliminary/exploratory study on the characteristics of CSA offenders in the Portuguese context. Although most international research focuses on motivations for aggression, there is still little knowledge about the patterns of behavior associated with CSA, particularly with the national context and data in southern Europe. Through ACM and CA, associated with the most widespread models of criminal profiles (e.g., Lanning, 1986, 2001, 2010), it was possible to identify four groups of offenders, divided by intrafamilial (Cluster 1 - Regressed; Cluster 2 - Indiscriminate) and extra-familial offenders (Cluster 3 - Inadequate; Cluster 4 - Violent). It is important to emphasize that, although our reference model for data analysis is FBI Child Molesters Profile (Lanning, 1986, 2001, 2010). From the beginning of data collection, we found a clear division between intra and extrafamilial typologies. The use of violence and threats or seduction and gratification are present exclusively in the extrafamilial, and the latter has representativeness lower than the first group. Thus, and similarly to the data reported by the Annual Internal Security Report (SSI, 2019), crimes committed in the intrafamilial context have a higher expression when compared to the extrafamilial ones, especially when dealing with cases in which the offenders are unknown to the victim.

When analyzing the results in terms of expression in the sample, we verified that there is a higher prevalence of cases in which the offenders are the parents (60.6%), being these framed with the typology that we chose to define as *Indiscriminate* (Cluster 2), since we found strong similarities with the characteristics of the subjects of the FBI child molesters typologies (Lanning, 1986, 2001, 2010). However, in our sample, there is no evident distinction between *Morally Indiscriminate* and *Sexually Indiscriminate*, so we opt for a unified and more comprehensive typology. Although the Lanning (2010) model conceives that the *Sexually Indiscriminate* abuse children outside their circle of relationships, and what motivates them is the interest in sexual experimentation, being able to seek children out of boredom. We only found a partial relationship with this cluster, where subjects resort to various types of sexual stimulation (e.g., mutual masturbation, viewing pornography, non-penetrating friction), but do not resort to children not under their sphere of trust. What clearly distinguishes this group of aggressors is the search for sexual gratification, where the opportunity for access does not result from a specific search for replacing children with adults, but preferably using the possibilities of success in their intentions. Like other authors (Groth et al., 1978; Soeiro, 2009), there is no evidence in this group of subjects that they belong to a group of offenders with preferential interest in children. Thus, given the context of these subjects, we admit that the presence of

deficits in self-control and the practice of abuse as a crime of opportunity (Gottfredson & Hirsh, 1990) to achieve sexual gratification (Sullivan & Beech, 2003; Ward et al., 2006) will be able to describe the central characteristics of the motivation of these subjects.

Within the scope of sexual practices specific to this group, there is a tendency for non-penetrative stimulation to occur (at an early stage) and may progress later to penetrating abuse that varies from oral and / or vaginal sex. Although there are fewer constraints on access to victims (such as those described by Finkelhor, 1984), due to family proximity and affective connection with them, we admit that the consolidation of access to minors, and the sexual practices that result from it, imply instilling normalization to these behaviors. Thus, a sexually more explicit and incisive action, out of the common, in an initial phase, could retract the victim, making this process more difficult and increasing the possibility of being captured. We admit that this the reason why there was no penetration, except for situations in which the report of the case occurred in an initial phase of attempts to sexual contact with minors.

The results show yet that these guys turn a residual form of violence or threats. These results are in line with the perspective that intrafamilial offenders tend to be scoreless at the level of antisocial behavior and deviant sexual interests, compared to extrafamilial sexual offenders (Marshall & Barbaree, 1999; Ward & Siegert, 2002; Seto, Babchischin, Pullman & McPhail, 2015).

Although the results verified allow to distinguish some characteristics of the subjects serving a prison sentence in Portugal, international literature continues to focus on several theories that seek to explain this type of behavior (Abel, Becker & Cunningham-Rather, 1984; Keenan & Ward, 1999; Ward, 2000). About the intrafamily offenders in our sample, some of their characteristics refer to the existence of deficits in terms of social skills (Marshall & Barbaree, 1990; Hall & Hirschman, 1991), low self-esteem (Marshall, Anderson & Fernandez, 1999; Fernandez, Marshall, Lightbody & O'Sullivan, 1999) and feelings of inadequacy (Robertiello & Terry, 2007). At the same time, the presence of social and personal skills deficits mentioned, associated with looking sharp for sexual gratification (Sullivan & Beech, 2003; Ward et al., 2006), allows this type of offenders enjoy the relationship privileged of trust and closeness with children (Terry & Tallon, 2004; Lehman et al., 2014), to commit this type of sexual crimes and which are associated with an *Indiscriminate* abuse profile (Lanning, 2010)

We also found that situations of intrafamily sexual abuse are those where there is a higher frequency of abuse, standing, in the limit, in daily or quasi-daily abuse situations. In this sense, if we focus on aspects of the vulnerability of these victims through its age, we found that this aspect, associated with issues of developed and cognitive maturation, may in itself,

condition their criminal investigation process, which tends to give the offender some feeling of impunity to act (Karkošková, 2015).

In this context, with addition to the affective and trusting relationship, there may be a life-long surrender of a position of power and/or dependence on the aggressor, which is not objectively coercive, is analyzed as having potential repercussions, in case the victim does not appear according to what it perceives as most appropriate. To this fact are added the natural barriers or gaps in communication, resulting from chronological age, which may, in a situation of investigation, create constraints in the collection of testimony (Karkošková, 2015). This increased exposure to sexual abuse by children is compatible with the number of cases reported to the authorities in Portugal, reaching more than twice [836 cases] of the situations perpetrated against adult victims [421 cases] (SSI, 2019).

Thus, the issue of credibility and discredit, associated with a position of power and dependence on the victim vis-à-vis an offending father, may lead to a chronic and repeated exposure of sexual abuse (Payne, 2009; Brozowski & Hall, 2010; Soares et al., 2010).

The second group with the most significant expression is represented by Cluster 1, where we find characteristics of aggression described by authors such as Regressed (Groth et al., 1978; Terry & Tallon, 2004; Soeiro, 2009; Lehman et al., 2014). These individuals tend to have deficits in coping strategies (Feelgood, Cortoni & Thompson, 2006), easy access to victims, and try to use the child as a substitute for sexual contact with adults (Lanning, 1984; 2010).

In the case of our sample, although the parents are not the offenders, they are close relatives or people of close trust (Sullivan & Beech, 2003; Ward et al., 2006). As described by Groth et al. (1978), these subjects tend not to resort to physical violence and seek only to obtain sexual gratification (Lanning, 2010). In this sample, we also found that there is a tendency towards so-called conventional sexual behaviors, giving rise only to copulation, thus not showing more significant levels of interest in sexual exploitation, as advocated by Burgess et al. (1978) or reinforced by Lehman et al. (2014). It should be noted that given the characteristics associated with intra-family proximity, hypothetically, the description for Cluster 2 subjects will apply.

At the extra-family level, cluster 4 - Violent, presents itself as being the one that includes more violent functioning patterns. In this context, offenders have a clearer criminal history, where, similarly to other authors (Groth and Burgess, 1977; Wortley & Smallbone, 2016), criminal versatility is present, as well as patterns of physical violence and threats during and after abuse. If we analyze the etiological models of sexual aggression, this typology seems to fit the combination of the so-called antisocial/impersonal constellations and male hostility,

consolidated by empathic deficits (e.g., Dean & Malamuth, 1997; Malamuth et al., 1995; Malamuth, 1998).

Although these subjects tend to be more violent, when compared to the other groups, they can resort to gratification/enticement in order to overcome resistance to the consummation of the sexual act (Peckham, 2007), mainly because they are unknown to the victim and a more forceful action could trigger an immediate defense reaction on the part of the victim.

Finally, in Cluster 3, we found offenders who can be classified as Inadequate, due to the similarity of the characteristics identified with other authors (Gannon, Terriere & Leader, 2012; Lehman et al., 2014; Lanning, 2010). Here, individuals with deficits in social and relational skills may include substance use or other types of mental disorders. In this group, the specific focus for children (e.g., paraphilia) may be present, as well as a higher incidence of cognitive distortions that guide their approach towards the victim (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000; Ó Ciardha & Ward, 2013). It is still important to emphasize that although there were, in some cases, suspicions of paraphilic focus (e.g., pedophilia), there were no differential diagnoses, which alone could have led to the decision to separate these subjects from the described group [which was not verified, as it was not the object of this study, to screen psychopathology].

In this group, we identified a history of previous convictions for sexual crimes and are unknown to the victims, or just known without a previous relationship. We identified a similar pattern advocated by authors such as Groth et al. (1982) and Terry and Tallon (2004), where, in addition to what has been described, they tend not to have close relationships, appearing with apparent social and relational deficits. This group fits enough to those described by the FBI Typologies (Lanning, 2010), where they are described as unknown subjects of the victims, repeat offenders and with a potentially unusual pattern of sexual exploitation, this being the group where pedophiles can be identified, similar to the individuals in our sample.

Overall, when we analyze the dynamic aggressive, but in a more significant number of situations, there is no recourse to other than sexual assault (48.3% in our sample). These results may explain the fact that in 78.8% of cases, crime was committed by someone in a close relationship with the victims, specifically in the family context. The existence of violence generally tends to arise through an attempt to hide the crime committed or to create feelings of guilt among the victims (e.g., Groth & Burgess, 1977).

Regarding penetrating sexual behavior, the exclusive vaginal penetration has the highest expression (30.3%), occurring mainly in the case of Cluster 1, where it is clear the search of the offender by the substitution of an adult relationship and sex, which once again it appears to be framed with the characteristics of intrafamily abuse described in the reference literature (e.g., Groth et al., 1978; Terry & Tallon, 2004; Soeiro, 2009; Lehman et al., 2014). In this group,

there are cases where no previous stimulus/involvement has been described above. In a broader analysis of these typologies, referring to supplementary analysis variables, we found that in 12.1% of the cases, the victims had some previous mental pathology, which adds to their situation of vulnerability through age (Casteel, Martins, Smith, Gurka, and Kupper, 2008; Hughes et al., 2012; Basile, Breiding & Smith, 2016). Although these numbers are not expressive, it is crucial to consider two hypotheses when compared to the total number of cases analyzed. The first concerns the number of cases in which sentenced subjects serve suspended sentences (e.g., community work), and when they are absent from the prison sample, it does not allow us to understand their impact on these types. This hypothesis refers to the fact that in 2017 in Portugal, only 1/3 of the convicted individual have sentenced to prison (cf. *Jornal Público*, 2019, March 25). Contrary to what might be supposed, this it does not necessarily have a direct relationship with the seriousness of the crime, but rather with issues related to the fact that it is the first time that it has had contact with the justice system, showing regret, and being well socially framed. The second hypothesis refers to the black figures that may be conditioned by the credibility issues of the reports (Karkošková, 2015), where the advance to a criminal procedure, even in the cases that are known to the families, or the community, never reach move forward, for fear of seeing your loved ones being discredited.

The reduced number of convictions with reclusion punishment may generate a feeling of impunity. Since a more defined penal framework, the possibility of penal application weighs with the offenders, which in these cases tends to be often referred to as a solution for lack of evidence or lack of denunciation.

In this line, and possibly associated with this perspective of impunity, we are, like most studies that relate sexual violence and condom use (cf. O'Neal et al., 2013), that in our sample, in 96.3% of the analyzed cases, the subjects did not use it. Although that research, there seems to be a relationship between alcohol consumption and not using condoms, this is not clear in our investigation. At the same time, it is important to contextualize that only 18% of the subjects admitted to or had a clinical history of alcohol consumption problems. If it is true that some of the subjects (e.g., Cluster 1- *Regressed* typology) claim to have committed the crime under the influence of alcohol, the sentences analyzed in the proceedings do not confirm it and have not taken it for granted. Thus, it allows us to refer these arguments to the presence of cognitive distortions framed with the Implicit Theories (Ward & Keenan, 1999), specifically with the legitimization of their behavior due to *Uncountability*.

However, if, on the one hand, in situations of sexual violence against adults, alcohol consumption has a disinhibiting effect and deficits in self-control and impulsivity seem to be more solidly present [e.g., to not using condoms], on the other hand, referring to the child sex

abuse, these tend to be mostly described as progressive (Lanning, 2010), reinforcing their confidence (Marshall & Barbaree, 1990), causing resistance to drop (Finkelhor, 1984). So, we could explain 51.8% cases there was ejaculation inside the victims or at least once [ejaculation inside the victim = 35.7%; ejaculation inside and outside the victim = 16.1%]. Once again, the ascendant over the victim, the controlling perception and the fact that the crime is mostly committed in a place that guarantees higher control of situation [home of the offender = 51.5%; home of the victim and the aggressor = 36.5%], offender demonstrated deep concern about being caught, leading slowly to the reinforcement of their behavior.

Although the behaviors described and the frequency with which they tend to happen in the intrafamily context, suggest a low probability of being caught, these aggressors, when identified, tend to assume different attitudes towards crime. Thus, a variable under analysis introduced in this research, and with which we did not find precedents, was the admission of crimes on trial and the evolution of this perspective during the execution of the prison sentence [according to the evaluation of the prison services]. Of the four profiles identified, in two of them, we found that the admission or ambivalence in their admission characterizes them. In the case of cluster 1- *Regressed*, the offender tends to plead guilty; however, the information present in the cases refers to reduced or absent self-criticism, taking refuge repeatedly in the argument that they would be on the effect of alcohol (although alcohol intoxication has not been proven to trigger crime) (Fernandez & Marshall, 2000; Cortoni & Marshall, 2001; Fernandez & Marshall, 2003). On the other hand, extrafamilial offenders, framed in Cluster 4 - Violent, have some polarity in admitting the crime, admitting or denying it without reservation. The latter may be linked to antisocial characteristics (Dean & Malamuth, 1997; Malamuth et al., 1995; Malamuth, 1998), was taking a position on crime may be linked to direct gains in its process, since when it occurs the admission of the crime, it is done without reservation, with self-criticism. However, it is not clear whether with some moral resonance or seeking to minimize or legitimize the behavior, which refers to deficits at the empathic level and the apparent apprehension of the crime.

We also found that when offenders admitted to the crime, they tend to show greater self-criticism about the crime. Various authors have explored the relevance of cognition/perception about crime (e.g., Keenan & Ward, 1999; Ward, 2000), and there are several models of sexual assault based on his assumptions, which is the most widely used approach for the intervention. In this sense, we understand as a future added value, to explore the relationship between sexual attitudes and cognitive distortions, confronting the nature of abusive behaviors perpetrated. We link the fact that, in the model of four profiles presented, in two of them, the admission of crime

contributes to the explanatory model of this group, but there is no information about the content of the admission and the reported absence or reduced self-criticism.

Although this is an exploratory analysis that aims to compare the behavioral patterns of CSA offenders with the most used typologies internationally, we recognize the sample size as a limitation. Although the MCA technique does not provide a minimum number of cases for its analysis (cf. Di Franco, 2016), the benefit of a larger sample would be to improve the generalization of results, and it may be interesting to include subjects who serve sentences without custody.

This study contributes to more accurate and up-to-date knowledge about this crime in Portugal and southern Europe [where research data is scarce]. Permian set future goals for study, leading to a better understanding of the perspective of the subjects of the crime, according to the pattern of criminal behavior, trying to adjust increasingly incisive interventions based on national research, reducing the risk of bias in the use of data from other cultures/contexts.

7. References

- Abdi, H., & Valentin, D. (2007). Multiple Correspondence Analysis. In N. Salkind (Ed.), *Encyclopedia of Measurement and Statistics*. 2455 Teller Road, Thousand Oaks California 91320 United States of America: Sage Publications, Inc. doi.org/10.4135/9781412952644.n299
- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent, and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7(1), 89–103. doi.org/10.1016/0160-2527(84)90008-6
- Abel, G. G., Gore, D. K., Holland, C. L., Camps, N., Becker, J. V., & Rathner, J. (1989). The measurement of the cognitive distortions of child molesters. *Annals of Sex Research*, 2(2), 135–152. doi.org/10.1007/BF00851319
- Bard, L. A., Carter, D. L., Cerce, D. D., Knight, R. A., Rosenberg, R., & Schneider, B. (1987). A descriptive study of rapists and child molesters: Developmental, clinical, and criminal characteristics. *Behavioral Sciences & the Law*, 5, 203–220. doi:10.1002/bsl.2370050211
- BBC News (2010, September 3) *BBC News Online* retrieved from <https://www.bbc.com/news/world-europe-11179026> on 21 December 2019
- Bennell, C. & Alison, L. & Stein, K., Alison, E. & Canter, D. (2001). Sexual Offenses Against Children as the Abusive Exploitation of Conventional Adult-Child Relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18, 155–171. 10.1177/0265407501182001.
- Bickley, J., & Beech, A. R. (2001). Classifying child abusers: Its relevance to theory and clinical practice. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45, 51–69. doi:10.1177/0306624X01451004
- Burgess, A. , Groth, N. , Holmstrom, L. , & Sgroi, S. (1978). *Sexual assault of children and adolescents*. Lexington, MA: Lexington Books.
- Canter, D. V. , & Heritage, R. (1990). A multivariate model of sexual offense behavior: Developments in 'offender profiling.' *The Journal of Forensic Psychiatry*, 1, 185–212. doi.org/10.1080/09585189008408469
- Canter, D., Hughes, D., & Kirby, S. (1998). Paedophilia: Pathology, criminality, or both? The development of a multivariate model of offence behaviour in child sexual abuse. *The Journal of Forensic Psychiatry*, 9(3), 532–555. doi.org/10.1080/09585189808405372
- Chopin, J., & Caneppele, S. (2019). Geocoding child sexual abuse: An explorative analysis on journey to crime and to victimization from French police data. *Child Abuse and Neglect*, 91, 116–130. doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.03.001
- DeHart, D., Dwyer, G., Seto, M. C., Moran, R., Letourneau, E., & Schwarz-Watts, D. (2017).

- Internet sexual solicitation of children: a proposed typology of offenders based on their chats, e-mails, and social network posts. *Journal of Sexual Aggression*, 23(1), 77–89. doi.org/10.1080/13552600.2016.1241309
- Di Franco, G. Multiple correspondence analysis: one only or several techniques?. *Qual Quant* 50, 1299–1315 (2016). doi.org/10.1007/s11135-015-0206-0
- Finkelhor, D. (1984) *Child Sexual Abuse: New Theory and Research*. New York: Free Press
- Finkelhor, D. (1994). Current information on the scope and nature of child sexual abuse. *The Future of Children / Center for the Future of Children, the David and Lucile Packard Foundation*, 4(2), 31–53. doi:http://dx.doi.org/10.2307/1602522
- Finkelhor, D., Cuevas, C. A., & Drawbridge, D. (2016). The Four Preconditions Model. In *The Wiley Handbook on the Theories, Assessment and Treatment of Sexual Offending* (pp. 25–51). Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd. doi.org/10.1002/9781118574003.wattso002
- Gannon, T., Terriere, R., & Leader, T. (2012). Ward and Siegert’s Pathways Model of child sexual offending: a cluster analysis evaluation. *Psychology, Crime & Law*, 18(2), 129–153. doi.org/10.1080/10683160903535917
- Goodwill, A. M., Alison, L. J., & Beech, A. R. (2009). What works in offender profiling? A comparison of typological, thematic, and multivariate models. *Behavioral Sciences & the Law*, 27, 507–529. doi: 10.1002/bsl.867
- Goodwill, A. M., Lehmann, R. J. B., Beauregard, E., & Andrei, A. (2016). An action phase approach to offender profiling. *Legal and Criminological Psychology*, 21(2), 229–250. https://doi.org/10.1111/lcrp.12069
- Goodwill, A. M., Stephens, S., Oziel, S., Sharma, S., Allen, J. C., Bowes, N., & Lehmann, R. (2013). Advancement of criminal profiling methods in faceted multidimensional analysis. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 10, 71–95. doi.org/10.1002/jip.1388
- Goodwill, A., & Alison, L. (2007). When is profiling possible? Offense planning and aggression as moderators in predicting offender age from victim age in stranger rape. *Behavioral Sciences & the Law*, 25, 823–840. doi.org/10.1002/bsl.778
- Groth, A. N., & Birnbaum, H. J. (1978). Adult sexual orientation and attraction to underage persons. *Archives of Sexual Behavior*, 7(3), 175–181. doi.org/10.1007/BF01542377
- Groth, A. N., & Burgess, A. W. (1977). Motivational Intent in the Sexual Assault of Children. *Correctional Psychologist*, 4(3), 253–264. doi.org/10.1177/009385487700400303
- Groth, A. N., Hobson, W. F., & Gary, T. S. (1982). The Child Molester: *Journal of Social Work*

- & *Human Sexuality*, 1(1–2), 129–144. doi.org/10.1300/J291v01n01_08
- Hall, G. C. N., & Hirschman, R. (1992). Sexual Aggression against Children. *Criminal Justice and Behavior*, 19(1), 8–23. doi.org/10.1177/0093854892019001003
- Howells, K. (1994). Child sexual abuse: Finkelhor's precondition model revisited. *Psychology, Crime & Law*, 1(3), 201–214. doi.org/10.1080/10683169508411956
- Knight, R. A. (2010). Typologies for rapists: The generation of a new structural model. In Schlank, A. (Ed.), *The sexual predator* (Vol. 4, pp. 17-28). New York, NY: Civic Research Institute.
- Knight, R. A., & Prentky, R. A. (1990). Classifying sexual offenders: The development and corroboration of taxonomic models. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Applied clinical psychology. Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (p. 23–52). Plenum Press.
- Knight, R. A., King, M. W. (2012). Typologies for child molesters: The generation of a new structural model. In Schwartz, B. K. (Ed.), *The sex offender: Current trends in policy and treatment practice* (Vol. 7, pp. 5-1-5-33). Kingston, NJ: Civic Research Institute.
- Knight, R. A., Prentky, R. A. (1990). Classifying sexual offenders: The development and corroboration of taxonomic models. In Marshall, W. L., Laws, D. R., Barbaree, H. E. (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 23-54). New York, NY: Plenum Press.
- Lanning, K. V. (2010). *Child molesters: A behavioral analysis* (5th ed.). Retrieved from www.icmec.org/wp-content/uploads/2015/10/US-NCMEC-OJJDP-Child-Molesters-ABehavioral-Analysis-Lanning-2010.pdf
- Laws, D. R., & Marshall, W. L. (2003). A Brief History of Behavioral and Cognitive Behavioral Approaches to Sexual Offenders: Part 1. Early Developments. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(2), 75–92. doi.org/10.1177/107906320301500201
- Lehmann, Robert & Goodwill, Alasdair & Hanson, R.Karl & Dahle, Klaus-Peter. (2014). Crime Scene Behaviors Indicate Risk-Relevant Propensities of Child Molesters. *Criminal Justice and Behavior*. 10.1177/0093854814521807.
- Liang, B., & Hu, M. (2018). A Typology of Sex Offending Against Minors: An Empirical Study of Rape and Molestation Cases in China. *Sexual Abuse*, 30(8), 951–974. doi.org/10.1177/1079063217715017
- Lyons, J., & Romano, E. (2019). Childhood Sexual Abuse Profiles and Psychological Functioning in Adult Males. *Journal of Child Sexual Abuse*, 28(5), 544–563. doi.org/10.1080/10538712.2018.1563263
- Marshall W.L., Barbaree H.E. (1990) An Integrated Theory of the Etiology of Sexual

- Offending. In: Marshall W.L., Laws D.R., Barbaree H.E. (eds) Handbook of Sexual Assault. Applied Clinical Psychology. Springer, Boston, MA
- Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child Sexual Abuse: Toward a Conceptual Model and Definition. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(2), 131–148. doi.org/10.1177/1524838017738726
- Ó Ciardha, C., & Ward, T. (2013). Theories of Cognitive Distortions in Sexual Offending. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(1), 5–21. doi.org/10.1177/1524838012467856
- O’Neal, E., Decker, H., & Sohn, C. (2013). Condom use during sexual assault. *Forensic and Legal Medicine*, 20 (6), 605-609. doi.org/10.1016/j.jflm.2013.03.023
- Pérez Ramírez, M., Sánchez López, M., Giménez-Salinas Framis, A., & de Juan Espinosa, M. (2018). Stranger rape: classifying Spanish sexual offences using multiple correspondence and cluster analyses. *Journal of Sexual Aggression*, 24(2), 225–239. doi.org/10.1080/13552600.2018.1504554
- Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2012). Sexual Predators and Prey. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(14), 2770–2789. doi.org/10.1177/0886260512438280
- Robertiello, G., & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 508–518. doi.org/10.1016/j.avb.2007.02.010
- Safarik John P Jarvis, M. E., & Nussbaum, K. E. (2002). *Sexual Homicide of Elderly Females Linking Offender Characteristics to Victim and Crime Scene Attributes. Homicide of Elderly Females: Society of Criminology Meetings* (Vol. 17).
- Schaaf, S., Jeglic, E. L., Calkins, C., Raymaekers, L., & Leguizamo, A. (2019). Examining Ethno-Racial Related Differences in Child Molester Typology: An MTC:CM3 Approach. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(8), 1683–1702. doi.org/10.1177/0886260516653550
- Sistema de Segurança Interna. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Retrived from www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/RASI-2018.pdf
- Soeiro, C. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: Caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 1–15.
- Terry, K. J., & Tallon, J. (2004). *Child Sexual Abuse: A Review of the Literature*.
- Veenema, T. G., Thornton, C. P., & Corley, A. (2015). The public health crisis of child sexual abuse in low and middle income countries: An integrative review of the literature. *International Journal of Nursing Studies*, 52(4), 864–881.

- doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2014.10.017
- Vettor, S., Woodhams, J., & Beech, A. R. (2013). Offender profiling: A review and critique of the approaches and major assumptions. *Journal of Current Issues in Crime, Law and Law Enforcement*, 6(4), 353–387
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 5(5), 491–507. doi.org/10.1016/S1359-1789(98)00036-6
- Ward, T. (2009) The extended mind theory of cognitive distortions in sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 15(3), 247-259. 10.1080/13552600903263087
- Ward, T., & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11(1), 44–63. doi.org/10.1016/j.avb.2005.05.002
- Ward, T., & Casey, A. (2010). Extending the mind into the world: A new theory of cognitive distortions in sex offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 15(1), 49–58. doi.org/10.1016/j.avb.2009.08.002
- Ward, T., & Hudson, S. M. (2001). Finkelhor's precondition model of child sexual abuse: A critique. *Psychology, Crime & Law*, 7(4), 291–307. doi.org/10.1080/10683160108401799
- Ward, T., & Keenan, T. (1999). Child Molesters' Implicit Theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(8), 821–838. doi.org/10.1177/088626099014008003
- Ward, T., & Siegert, R. J. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology, Crime & Law*, 8(4), 319–351. doi.org/10.1080/10683160208401823
- Ward, T., Polaschek, D. L. L., & Beech, A. R. (2006). *Theories of sexual offending*. (U. of L. Holin, Clive R. (Clinical Division of Psychiatry & C. U. McMurrin, Mary (School of Psychology, Eds.). Wiley.
- Waterhouse, G. F., Reynolds, A., & Egan, V. (2016). Myths and legends: The reality of rape offences reported to a UK police force. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 8(1), 1–10. doi.org/10.1016/j.ejpal.2015.04.001
- World Health Organization (1999). Violence and Injury Prevention Team & Global Forum for Health Research. *Report of the Consultation on Child Abuse Prevention* retrieved from apps.who.int/iris/handle/10665/65900
- Wortley, R., & Smallbone, S. (2006). Applying Situational Principles to Sexual Offenses against Children. Retrieved from www.researchgate.net/publication/29462196

Artigo 2. Sexual Abusers of Persons Incapable of Resistance: Four Case Studies of Portuguese Offenders Using an Ideographic Approach

(Under Review in Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology)

Ricardo Ventura Baúto^{1,2,3}, Isabel Leal¹ & Jorge Cardoso^{2,3}

¹ISPA – IU – William James Centre for Research; ²LabPsi – Laboratório de Psicologia Egas Moniz; ³CiiEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz

Abstract

The cases of sexual abuse of persons incapable of resistance due to psychic or physical anomaly currently constitute 4.5% of crimes against freedom and sexual self-determination being investigated by the Portuguese authorities (ISS, 2018). Nothing is known about the characteristics of offenders who are sentenced to prison for crimes of this type and the way their criminal behavior fits into theories of sexual aggression. Given the limited nature of the literature available on this subject, the main aim of this study was to make an idiographic investigation into offenders' perspectives on their lives and their crimes and victims. We interviewed four convicted offenders for this crime typology using an ideographic approach based on the Interpretative Phenomenological Analysis (IPA) method. This research allowed for the verification of the possibility of framing explanatory models of sexual aggression associated with cognitive distortions, in order to determine the characteristics of these offenders with respect to their intervention, since they tend to minimize or legitimize the behaviors perpetrated.

Keywords: Sexual Assault, Incapable of Resistance, Case Studies, Sexual Practices

Cognitive Distortions and Sexual Abuse of People with Disabilities

The act of sexually assaulting a person as well as inflicting damage on the person assumes a morally condemnable nature and creates negative social impact, provoking consequences for those involved as well as for the community. The most recent data on sexual assault crimes indicates a stabilization in the number of cases involving judicial authorities (SSI, 2018). Nevertheless, the occurrence of crimes perpetrated against persons incapable of resistance, foreseen and punished under Article 165 of the Portuguese Penal Code, has been presenting a more significant number of denunciations (SSI, 2014). In 2018, crimes of this type constituted 4.1% of the existing complaints involving sexual nature crimes, although they have resulted in only 14 arrests. The Portuguese law (Law 63/1995, Series IA of 1995-03-15) provides that “whoever practices a sexual act of relief with an unconscious person or otherwise incapable of resisting, taking advantage of his/her state or incapacity, shall be punished with imprisonment from six months to eight years. If the sexual act of relief consists of intercourse, anal intercourse, oral intercourse, or the vaginal or anal introduction of body parts or objects, the perpetrator shall be punished with imprisonment for two to ten years.”

The Portuguese Crime Complaint Report (SSI, 2014) cited more than 80 annual complaints. Here, it is essential to note that the type of disability in the target victims is unknown, and understand what contribution they were able to make in securing evidence. The legislation referring to this criminal typology explicitly mentions the inability of resistance due to a psychic anomaly, so we must anticipate a whole range of levels of cognitive ability that may influence the capacity of the victim’s testimony.

However, less is known about the possible differences in the thought structure and the mental processes prevailing in a sexual offender of this type. We find that there is no specific literature on this type of aggression when it comes to the perpetrators’ personality characteristics, social and family adjustment, and even the behavior associated with aggression.

Most of the existing research is focused on describing the victim’s relationship with the offender and the dynamics related to the abuse (e.g., Kvam, 2000; Brownlie et al., 2007; Peckham, 2007). However, when we attempt to understand the way these offenders perceive the act compared with other typologies that have already been studied, there appears to be a void in the literature.

Current approaches suggest that intervention with sexual offenders requires an in-depth prior assessment, including criminal history, global functioning, and specific personality traits

(i.e., interpersonal/emotional and antisocial skills), and it should likewise focus on abusive characteristics, preferred sexual standard approach to the victim, and cognitive functioning/perceptive against aggression (Looman, Dickie, & Abracen, 2005; Gonçalves, 2007; Dawson, Barnes-Holmes, Gresswell, Hart, & Gore, 2009; Looman & Abracen, 2010; Reilly, Carr, Murphy, & Cotter, 2010; Seto & Fernandez, 2011).

If we use it as a starting point, cognitive processes are related to sexual aggression, having characteristics that allow us to establish patterns that trigger abuse (e.g., Burn & Brown, 2006; Pervan & Hunter, 2007; Woessner, 2010).

Most of the research pertaining to sexual offending (Ward et al., 1997; Burn & Brown, 2006; Pervan & Hunter, 2007) displays an association between specific sexual behavior and the way distortions could influence aggression. In this sense, Samenhow (1984, cited by Burn & Brown, 2006) referred to the importance of the segmentation of these thoughts in order to reduce or prevent this criminal behavior (Bickley & Beech, 2007). Legitimate beliefs and attitudes acquire extreme relevance, presenting themselves as transversal in narratives of sexual offenders and varying only in their specific contents. In the absence of literature that contextualizes such aggression, it is relevant to explore the cognitive processes of individuals convicted of sexual practices of this nature.

Often, these the perpetrators of such violence tend to deny, minimize, and reject the existence of damages caused by their acts. In an attempt to frame this kind of cognition, five implied theories (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000) were conceptualized in order in order to describe the content that the distortions evidenced (i.e., the victim as a sexual being, dangerous world, rights, uncontrollability, and nature of harm) (Keown, Gannon, & Ward, 2010). Proceeding with this line of thought and dealing with the nature of harm, several authors have associated this verbalization with the existence of a relationship between sexual aggression and empathy deficit. Likewise, several authors (Marshall, Anderson, & Fernandez, 1999; Fernandez, Marshall, Lightbody, & O'Sullivan, 1999; Fernandez & Marshall, 2000) have analyzed their influence on expressing the relationship between cognitive distortions and difficulty in comprehending the victim's perspective (Pervan & Hunter, 2007; Ciardha & Ward, 2013). Fernandez and Marshall (2003) found that sexual abusers have shown significant deficits in empathy toward their victims, especially compared to individuals convicted of other non-sexual offenses. Therefore, it can be noted that that minimization and/or rationalization of the abusive act is recurrently based on empathy deficits demonstrated by the offenders (Marshall et al., 2009).

Some authors have also explained that sex offenders present deficits in the cognitive component of empathy. It is presented as a consequence of the existence of their beliefs supporting the absence of impact or damage, direct or indirect, on the victims of this type of behavior (e.g., Marshall, Anderson, & Fernandez, 1999; Marshall, Hamilton, & Fernandez, 2001; Fernandez, Marshall, Lightbody, & O'Sullivan, 1999). Thus, it is verified that cognitive distortions impact the way sexual abusers perceive reality and also the way they assess the consequences of their behavior (Burn & Brown, 2006; Wood & Riggs, 2008), where the development of victim empathy is based on these same cognitions (Covell & Scalora, 2002; Geer, Estupinan, & Manguno-Mire, 2000).

Alongside the sexual offenders' perception of the victim's role and the impact of the aggression, interpersonal deficits presented in these individuals are recurrently underscored. Sexual offenders have also been identified as being more likely to act impulsively (Auburn, 2010). The explanatory theories of this phenomenon suggest that sexual impulsivity behaviors enhance sexually deviant fantasies and attitudes (Cortoni & Marshall, 2001).

However, it is essential to highlight the relevance of individual and structural factors of the individual, which are recognized by the reference literature, as elements that need to be taken into account in the risk of passage to the act, namely the use of substances, the manifestation of impulsive and antisocial behaviors, the preference for impersonal sex and non-emotional attachment, and historical direct or indirect exposure to sexual or physical abuse in childhood (Quinsey et al., 1998; Gonçalves, 2005; Tharp et al., 2013).

Given the paucity of literature on the cognitions associated with sexual offenders in cases of people incapable of resistance due to some mental or physical disability, we assume the empirically proven perspective that sexual offenders tend to present a set of interpersonal beliefs, attitudes, and deficits, which vary in form and content depending on the target victim (Barbaree & Marshall, 1990; Ward et al., 1997; Marshall et al., 2009; Auburn, 2010; Marshall & Marshall, 2010). Following this line of thought, we admit the possibility of having specific characteristics associated with these offenders, which can condition the quality of its therapeutic process and its risk level of recidivism.

Method Sample and Procedure

This work of research was approved by the *Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais* (Portuguese prison and probation services). A total of seven individuals, convicted of sexual crimes against victim's incapable of resistance due to physical and/or mental reasons, were identified in the Lisbon district. Only four of them agreed to participate in the study. The interviews between the first author and the participants were held in a private room of the prison, where guards or other staff members could not hear the conversation. Before the commencement of the interviews, the participants were made aware of the aims of the study, the procedures, and the anonymity of interview contents. Subsequently, informed consent was obtained by having the participants sign a consent form. We used a semi-structured interview based on Psychopathy Checklist: Screen version (PCL: SV) (Hart, Cox, & Hare, 1995, translated and adapted for the Portuguese population by Soeiro, 2006; Soeiro & Gonçalves, 2007) to systematize the different life contexts that were adapted to contain more in-depth questions regarding sexual practices.

The participants were then asked, "What is your perspective about your conviction?" At the end of the interview, participants were invited to say anything that deemed necessary. The interviews lasted between 90 and 180 minutes approximately. The individual cases of each participant were also consulted in order to complement the information accumulated during the interviews. The obtained authorization did not permit audio recording inside the prison. Thus, in order to reduce negative impacts on *rapport*, neutral questions were introduced during the first 20 minutes. These allowed the interviewer to establish an appropriate empathic relationship for the interview. Furthermore, the first author is a forensic expert with experience in recording interviews. Although Smith (2014) recommended the use of audio recording, it is not stated that this methodology cannot be used, even mentioning that it may happen that the interviewee refuses the recording. We sought to reduce the impacts of the absence of recording, which are properly framed as a limitation in our discussion. Table 1 details the participant information.

Name	Age range	Marital status before the crime	Victim(s) sex	Victims nr.	Victim(s) disabilities	Relation with victim(s)	Offense type	Sentence range
Greg	36–40	Single	Female	1	Intellectual	Neighbor	Sexual intercourse	6–8
John	36–40	Married	Female	1	Physical & intellectual	Mother-in-law	Sexual intercourse	6–8
Brian	56–60	Married	Female	1	Physical & intellectual	Granddaughter	Sexual contact without penetration	6–8
Harry	61–65	Married	Female	4	Intellectual	Known person	Masturbation and sexual intercourse	6–8

Table 1. Sociodemographic

Details of Note: All listed names are pseudonymous

Analysis

In this study, we used a qualitative design method to analyze the information accumulated from all the interviews. Since the aim of this study was to derive information on the participants' perspectives on the crimes committed and the way they fit into their life history, we opted for the use of an ideographic approach based on Interpretative Phenomenological Analysis (IPA). However, several authors (e.g. Smith, 2014) recommend audio-recording as a necessary step to conclude the process. This method examines “how people make sense of their significant experiences” (Smith et al., 2009, p.1). Smith et al. (2009) described IPA as theoretically grounded and asserted that it could be used to understand, face to face, the participant's perspective on some kind of an experience. Therefore, since we wish to know more about cognitive distortions present in such offenders, we believe that the use of this method would be the best for data collection and analysis of the small data used in this study. Smith et al. (2009) indicated that the sample collection must range between four and ten interviews, and we have the minimum number required for the application of this method.

In order to analyze the interviews in detail, we used steps recommended by different authors (Larkin, 2014; Smith et al., 2009). Before coding the interviews, all details were read several times to attain a global perspective regarding the interview contents. General coding, with notation, was promoted during the reading process. Initial ideas were defined. All notes pertaining to emerging themes were collected and cross-analyzed, in order to identify relationships or patterns. Finally, the analytical process was evaluated by the second author and the accuracy of decisions was determined by the first author. Four themes emerged with this

approach: *Normality of Life Story, Uncountability, Victimization, and Perspective of Themselves*.

We decided to use some sentences from the interviews to label the four emergent themes and describe the main perspectives identified by the authors. The theme *Story of my life? It was normal* revealed violence patterns that several participants were exposed to as children and adolescents. These violent actions were perceived with normality in their childhood and adolescence, and it was considered relevant to the knowledge of their perspective on the crimes they committed. The subthemes divided the offender's life story between childhood and adulthood, with focus on intimate relationships and patterns of sexuality. The second theme, labeled *It happened... it was the drink*, described the interviewees' perspectives on the uncountability of their actions (centered in alcohol consumption). The third theme gives us the perspective on victims and justice intervention, involving the beliefs of victims' responsibility, capability for decision-making, and identification as a sexual being and the feelings of victimhood of the system, innocence, or undeserved punishment. Finally, with respect to the eventual impact on their lives, the theme of *Self-esteem? Almost at the top* highlighted the self-esteem and self-image perspective of the offenders. In Table 2, we present the themes and subthemes that we used to organize the findings.

Theme	Subthemes
Superordinate theme 1: <i>Story of my life? It was normal ...</i>	Subtheme 1.1.: Child to adult Subtheme 1.2.: Intimate life
Superordinate theme 2: <i>It happened... It was the drink</i>	Subtheme 2.1.: Uncontrollability
Superordinate theme 3: <i>She seduces me... She is doing everything by herself</i>	Subtheme 3.1.: Victims as sexual beings Subtheme 3.2.: Victim of the system
Superordinate theme 4: <i>Self-esteem? Almost at the top</i>	Subtheme 4.1.: Self image and self-esteem

Table 2. Themes and Subthemes

Story of my life?... It was normal ...

The theme dedicated to the life story of the subjects from childhood to adulthood explores their family history and the experiences that resulted from it. It also examines their relationships with peer groups, school, and work. We found that the four subjects interviewed tried to attach normality to their childhood and the relationships with educators, although there are indicators of weak ties and relational problems in all cases.

My childhood was normal. I lived with my parents, I have six siblings (...) there was never violence at home, my father gave the rules. There were few conversations, hugs and that, we followed his rules, or else ... (...) It was hard, but ... when my father died, it was the worst moment of my life (...). When I finished the fourth grade went to a job on a job, we were many at home. Bosses like me because I've always been a hard worker... yes... I am reliable, and I work well – Greg

Greg described a family relationship based on parental rigidity, with a large number of siblings. When addressing the applied parenting styles, he mentioned the father exclusively, adopting a posture of normalization of his childhood and adolescence, whilst indicating an absence of affections and any attribution of special prominence to the children. His account of childhood highlights the absence of open conflict between the parents. However, there is a weak link to the parental figures, even though Greg indicated the loss of the father as a remarkable moment in his life. Like Greg, the other interviewees also have a large number of siblings; however, not all described their family dynamics in childhood and adolescence as John did.

I have six blood brothers ... I lived with my parents. There were no problems; there was conflict because of drinking, they drank (...) At school, I was not very dedicated to studying, I ran away, I did not study, I only did fourth grade and sixth grade at night, I was already an adult (...) I work with confidence... alcohol, drinking has already bothered me (...) I've also tried a few things, when I was younger... hashish (...) I still have friends from time... a long time, almost 19 years. I do not have many [friends] – John

Similar to Greg, John also regarded his childhood as ordinary or normal, even though he mentioned his parents' consumption of alcohol and a pattern of school absenteeism, of disinterest, which conditioned his academic progression. John also associated himself with reliable work; however, in this case, he mentioned that alcohol consumption had already given him some troubles.

Moving from the most prominent pattern of minimizing family problems in childhood, Brian indicates described it as follows:

My childhood was more or less, with my parents it was more or less ... We were five brothers, plus them. My relationship with them was never perfect [with the parents], we did not talk much (...) I went to fourth grade (...) I did not have any problems at school, I did not have any problems, it was

different (...) I did my military service in Ultramar [referring to the Portuguese Colonial War, 1966– 1975]... I came back to wake up scared, I suddenly woke up (...) I still have some

friends... some (...) I always worked, always – Brian

Brian immediately mentioned some distance from the parents, and similar to the previous ones, he provided few details concerning this theme. Professionally, he also described integration into the job market without the mentioned problems. The only experience of higher expression concerning the other two interviewees is that of Brian being a war veteran, indicating sleep problems that usually occur due to memories of traumatic events. Of the three respondents, regardless of the relationship with their parents, all lived with them to adulthood, which is not the case with Harry.

We were four brothers. I was brought up by my uncles, brought up as if I were their son. My parents never gave me a lot of support, I saw them, I knew about them, but I always came back to my uncles' house (...) At school, I ran away from the classroom to go to the bathroom... we were beating with the elders ... We broke windows, doors. When I left school, I went through several companies... – Harry

The pattern of childhood behavior described by Harry proves to be the most disruptive compared to the rest of the interviewees. It also presents family problems, which, in this case, are related to the absence of parent support, which was substituted by the support from uncles. It is not clear as to what extent there is a secure link with these caregivers, even though Harry described being raised by his uncles as though he were their son. All respondents, in some way, indicated having some relational contact, maintaining friendships of several years in some cases, giving relevance to the quality of relationships. The sub-theme “intimate life” was analyzed, which focuses on the type, nature, and duration the relationships of dating and conjugality as well as the sexuality associated with it. Of the four respondents, Greg was the only one who did not have a stable relationship before the crime. According to him,

I am not a person to imprison in relationships or places. I have been with women of various nationalities; I am open to experiences (...) I am an affectionate person ... I like people but I am not passionate (...) when it may be, I have sex almost every day (...) I don't see pornography, no ... (...) I already had to take medication [for chronic illness] and I had no erection, I was unable to be with a woman for a month, I left – Greg

The interviewee described himself as a person open to experience, indicating that he had had several sexual partners and is an affectionate person. However, he is unable to get emotionally involved to a deeper degree in that he does not fall in love. The significance he attaches to sex is clear, as he even chooses to abandon medication since it causes erectile dysfunction. Three of the interviewees were married at the time of their detention and had

relationships of several years. The longest relationship was Brian's:

I had a few girlfriends, but nothing special, flirtations. I do not remember when I had sex the first time ... oh, it was with a friend (...) I married the mother of my children, we were about 20 years old when we started living together. We were together until this, then she divorced me (...) I was unfaithful twice, things ... she did not know; otherwise, it would be over (...) I rarely masturbate. I have tried several things, anal sex ... oral. Costumes? As well? No ... just normal. – Brian

Brian described a more conventional sexual pattern, with a history of some relationships before joining with his ex-spouse. He admitted to having had two extramarital affairs but added nothing about his motivations, indicating only that the ex-spouse would not have known. He denied any other sexual preferences or fantasies that can be described as lying outside the normative standard. As for the beginning of his sexual life, he recalled having been with a friend. In the case of John, the first sexual contact was with prostitutes:

The first time I was 14 years old, we decided and went to the prostitutes, it happened, or we went like this, or it was the parents who took us to become men (...) I have been married twice... in the relationships I have, I do not care if they let me. I never deceived them, no lovers (...) I usually go to prostitutes, I go there once a month. We had relationships with my ex-wife once a week or so (...) yes, it was satisfactory, once a week. – Brian

The use of prostitution, from the first sexual contact to adulthood, seems to be a habit that has been normalized in Brian's pattern of functioning. This became especially clear when he stated that he had never cheated on his ex-wife even while indicating that he would resort to sexual services. At the same time, although he described sexual contact with his ex-wife as satisfactory, he continued to use prostitutes on a monthly basis. It is not clear whether sexual practices differ from one context to another. While analyzing the four cases, we found that with regards to marital status, of the three who had a stable relationship at the time of the crime, only one maintained the support of the woman, with Harry being the only one who continued to remain married.

The only woman I had in my life was my wife, I married at the age of 19 for love. We have a daughter (...) I have never been unfaithful to her (...) We have a normal sex life, about two or three times a week – Harry

The interviewee was more reserved, compared to the other interviewees, when it came to aspects of a sexual nature. This suggests that he had the least diverse sexual experiences, as he

did not indicate other girlfriends or relationships, with the exception of his wife.

It happened... It was the drink

The interviewees' positions on the crimes committed vary between complete denial and the search for justification and/or minimization of its impact. Under this theme, we analyzed the arguments presented, dividing them into two sub-themes present in their reports and conceptually based on the implicit theories (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000). At this stage, we look at uncontrollability.

In these cases, uncontrollability is associated with the justification of being in an intoxicated state, with the offender having placed himself in a situation where they would not be able to discern the act performed. According to Greg,

I had left work and went with some colleagues, we were drinking. When I got to the neighborhood, she was there at the window, she called. I was already drunk; they already knew her. – Greg

Similarly, John reported to being drunk, although he was more proactive in assuming responsibility for the act:

There is no forgiveness... moreover, she is older. The responsibility is mine, it shouldn't have happened, but the drink, I was drunk, I was alone. If I hadn't been drinking, this shouldn't have happened! – Brian

Brian accepts some liability, between assuming responsibility and apologizing for the fact that, according to him, he was drunk—something that appeared also in Harry's case, who also argued that he was drunk:

I don't know what happened, anything in my head, anything happened, that's it, I lost my mind, I know this is not forgivable, maybe it is not forgivable, I don't know. I was drunk, I don't know, it was the drink. – Harry

Although the arguments presented for the acts are justified by the interviewees by attributing them to the state of drunkenness, it appears that they sometimes appear associated with other types of arguments, namely the identification of victims as sexual beings. This was present in Greg's account, where, despite being aware that the victim had cognitive problems, he was unable to sexually self-determine, and he sought to establish sexual contact with her.

She seduces me... She is doing everything by herself

It was consensual ... she was there, everyone already knew her, maybe if it weren't for

me, as it is, I hadn't even had sex (...) I had already drunk, she seduced me, she had already had others. – Greg

This type of argument for seduction was more clearly described by Greg in his interview. However, issues of sexual self-determination were also present in John's case, albeit more subtly. This interviewee, despite affirming that he was aware of the victim's pathology, regarded the act as autonomous and thus could have resisted his involvement in the situation.

She didn't resist, she isn't bedridden. She spends a lot of time in bed, but gets up, does things for herself. She's an older person, it shouldn't have happened, but she's not bedridden, if she didn't want to, she could have gotten up and left. – John

For the two remaining respondents, this argument was not used. However, in Harry's case, although he categorically denied the crimes, the victims' reports indicated that he would make statements of such as "your legs are distracting me." However, during the interview, his argument was that the victims were lying and that he was a victim of the system.

One of the girls who said that lived with me and my wife, we gave her everything, she had everything, we were her friends (...) The girls got together and invented that, then they were ashamed, and the psychologists also helped the party. They later didn't say no, and then it was learned and helped even more (...) I'm innocent and I ended up here for a crime I didn't commit. – Harry

In Harry's case, he claimed that he is a victim of the system and that he is innocent. John admitted to having committed the crime, although he does not consider it with the seriousness attached to it, minimizing the impact of the acts performed.

There is no excuse, I did that. The responsibility is mine; it was me, but it was heavy, very heavy, no excuses, but it was heavy. I think the penalty could have been smaller. – John

John admitted to having committed the crime but regarded his sentence as too heavy. Harry denied the crimes and was the most explicit about feeling like a victim of the system. In Greg's case, although the complaint was about a situation of consensual sexual contact, there were no statements in his reports that held the system responsible for what happened, maintaining the focus exclusively on the victim.

Faced with feelings of injustice or victimization with the responsible for what happened, the interviewees were asked about their self-esteem and the way they perceived themselves as people.

Self-esteem? Almost at the top

I like to live the day-to-day (...) I like to take risks, dangerous things (...) This did not affect my self-esteem. – Greg

Greg attested to keeping his self-esteem unchanged, something that is also conveyed by John:

My self-esteem is almost at the top. I am an introverted type, not very adventurous, sometimes I seem to have my tongue stuck (...) I am true, but nobody is completely honest (...) some people are easier to deceive, I suspect. – John John described his perspective on other people, stating that some are easy to deceive, although he rejected that it is acceptable behavior. When analyzing Brian, we found some differences in perspective:

Some people are easy to manipulate (...) in some situations it may be acceptable to do so (...) I live in the moment, I don't think much about the future, here inside, people think about going out (...) outside there were sometimes problems, and I was kicking ass, but I'm more of a backside type. – Brian

Of all the interviewees, only Harry stated that the situation had a negative impact on him emotionally and required him to seek out professional help:

When this started, I went down, it's unfair (...) I sought help, had psychiatric consultations and was diagnosed with depression. I started with the medications... and I still take them (...) I never thought... this sent me down. – Harry.

Finally, we present a table with a principal result resumed:

Themes/ Subthemes	Names			
	Greg	John	Brian	Harry
1	1.1. Normal/ordinary childhood; large number of siblings; parental rigidity; absence of affections	Perception of normal childhood; parents' consumption (alcohol); school absenteeism; reliable work; alcohol consumption	Relational distance from the parents; no job problems; war veteran (sleeping problems)	Absence of parent support (substituted by uncles); maintaining friendships
	1.2. Without a stable relationship before the crime; open to experience; several sexual partners; unable to get emotionally involved; sex importance	Some relationships before married; extramarital affairs (2); without other sexual preferences or fantasies; first sexual experience (friend)	First sexual experience (prostitutes); Using sexual services (monthly); Satisfactory sexual life with ex-wife	Only a girlfriend (wife); Reserved about sexual themes
2	2.1. "(...) she was there at the window, she called. I was already drunk (...)"	"(...) I was drunk, I was alone. If I hadn't been drinking, this shouldn't have happened! (...)"	I don't know what happened (...) I lost my mind (...) it was the drink	-

3	3.1	<i>“She seduces me (...) It was consensual ... she was there, everyone already knew her (...) she had already had others”</i>	<i>“She didn’t resist, she isn’t bedridden (...) if she didn’t want to, she could have gotten up and left”</i>	-	-
	3.2	-	<i>“The responsibility is mine (...) but it was heavy (...) could have been smaller [sentence]”</i>	<i>“(…) The girls got together and invented that (...) psychologists also helped the party (...) I’m innocent and (...)”</i>	-
4	4.1	<i>“I like to live the day-to-day (...) This did not affect my self-esteem”</i>	<i>“My self-esteem is almost at the top (...)”</i>	<i>“(…) I live in the moment; I don’t think much about the future (...)”</i>	<i>“I sought help, had psychiatric consultations (...) I never thought... this sent me down”</i>

Table 3. Mains results resume

Discussion and Conclusions

Although there is a social notion of intense vulnerability to the sexual victimization of people with disabilities, international literature demonstrates that the cases that result in criminal proceedings are shallow (Green, 2001). In Portugal, this situation does not seem to be an exception, and in addition to the Annual Internal Security Report (SSI, 2019) does not clearly distinguish this condition (when included in the categories of sexual abuse of minors or rape). We also find that figures relating to the sexual abuse of a person incapable of resistance due to psychological or physical anomaly, although provided for in the law, tend not to be so easily applied, having been reported 14 cases in 2019 at the national level (SSI, 2019).

In this line, we assumed that, especially in cases of sexual abuse disabled person intellectual, these tend to be potentially devalued are given the recurrent difficulty of adequately describe the situation (Eastgat, 2005). To this is added a tendency to exhibit an evident difficulty in understanding about the sexual act, either due to the lack of prior information or due to the inability to process the information (Eastgat, 2005).

Within the scarcity of data, more than exploring the characteristics of the victims, we sought to deepen the thinking patterns in these types of aggressors and how they could fit into the models previously developed by other authors (e.g., Ward & Keenan, 1999, Fernandez and Marshall, 2000; Fernandez and Marshall, 2003). Thus, enhancing the intervention, and consequently, accentuating the development of research that allows improving the crime prevention policies associated with these cases.

Using content analysis through the Interpretative Phenomenological Analysis (Smith, 2004) of the four interviews considered valid, we immediately found variability between the four subjects, in terms of the characteristics of the victims (e.g., age, physical/mental condition) and the subjects' perceptions about aggression.

In the interviews with Greg and John, they try to justify the behavior, attributing it to alcohol consumption, citing Uncontrollability due to the performance. On the other hand, in the case of Brian, the person evaluated shows some ambivalence in assuming the aggression, while he alleges an inability to control himself and mentions impulsiveness in the act.

Bearing these facts present in the etiological theories, we found that impulsive behaviors enhance sexual fantasies and sexually deviant attitudes (Cortoni & Marshall, 2001). However, there is an argument compatible with the implicit theories associated with cognitive distortions, in which the supposed Uncontrollability of reacting to sexual impulses forms the basis of the aggression (Marshall, Anderson & Fernandez, 1999; Fernandez, Marshall, Lightbody & O'Sullivan, 1999; Fernandez & Marshall, 2000; Fernandez and Marshall, 2003) and which seem to be present in our investigation.

It appears the perspective of the *nature of the harm*, especially in the case of Greg claims where the attacker, given the cognitive limitations of the victim, transgression has no direct impact or traumatic consequences. In the case of John, although indirectly, the interviewee also takes the position of minimizing traumatic damage, due to the reduced impact of the aggression, in the fact that a victim is an older person.

Characteristics that allude to the individual as being sexual are also observed in the same study by John "everyone knew that ... he had been with several".

Regardless of the position taken on the crime, it appears that in the four cases, the offenders have limitations in their ability to put themselves in the other's place, focusing mainly on their situation "(...) it was heavy. No excuse! (John) and "what I did is not forgivable, it may not be" (Brian). These sentences are compatible with one of the aspects that have been verified in the literature as having particular relevance in criminal behavior, the presence of empathic deficits in offenders (Marshall et al., 2009). Consistent with this reading, there is the fact that in only one case (Harry), the interviewee claimed to have a significant reduction in self-esteem. It is important to note that some studies have established high levels of self - esteem as a characteristic of sexual aggressors and mention a characteristic of the right to aggression and the search for sexual gratification (Marshall, Anderson & Fernandez, 1999; Fernandez), although they may also appear associated with exposure/identification in the face of crime (Marshall, Lightbody, & O'Sullivan, 1999).

Although deficits in interpersonal relationships are present in all evaluated offenders, it is in the case of Harry that there is a more pronounced form, in which the evaluated aggressor admits that he can reach another person if he needs to defend himself.

When it comes to sexual practices, all subjects describe the designated conventional practices, with a weekly frequency ranging from daily contact only once a week. In one case, the interviewee indicated that he would regularly resort to prostitution, although he described his sex life as satisfactory. In this sense, the question immediately arises that if sexual gratification and ease of access to victims and the control that is possible to exercise under them, constitutes one of the main pillars of these types of aggression. This issue is particularly relevant, since the issue of increased vulnerability of victims unable to resist due to physical or mental anomaly, is in all resemblance to that of sexual abuse of minors, in which through mental age and the ascendant under the victim, they may more easily be exposed to situations of victimization. In these cases, aggressors tend to seek sexual gratification, seeking access to exploratory sexual practices, which refer to a possible situation of sexual dissatisfaction or even hypersexuality (Marshall & Barbaree, 1990; Marshall et al., 2009). In our sample, this does not seem to be a central concern, describing a satisfactory and at the limit sexual life, seeking to fulfill these needs using prostitution. Thus, a different idea seems to be present in contact with these victims.

Given arguments put forward offenders, it is admitted that, in addition to their increased vulnerability, a perspective of the ability of the victims to self-determine in or to consent to the act will be present, given the fact that they are of age or having sexual contact previously [with others].

Still, regarding the subjects' sexual life, and in three of the interviews, they maintained stable intimate relationships (John, Brian, and Harry), although the aggressor frequently used prostitution in one case (Brian). This latest edition reinforces the existing literature that relationships of an impersonal nature present themselves as a risk element for sexual violence (Quinsey et al., 1998; Gonçalves, 2005; Tharp et al., 2013). John further reinforced the idea of volatility in intimate relationships, indicating the frequency of occasional relationships, and said, "I have been with women of various nationalities, I am open to everyone."

Regarding the aggression for which they were convicted, and in three of the four cases analyzed, the aggressors evaluated had at least one sexual contact with penetration and total sexual intercourse. In the only case where the subject did not complete the penetration, there were family ties (Brian). However, it is not possible to assume a clear association between the type of relationship with the victim and the pattern of aggression. On the other hand, the fact that the granddaughter is a minor and has not had sexual contact in the past may have made her

assume the entire sexual act, and this is an element that is commonly described in the literature (cf. Marshall & Barbaree, 1990; Ward et al., 1997; Marshall et al., 2009; Auburn, 2010; Marshall & Marshall, 2010).

Historical and family factors must also be analyzed. In the four cases, those evaluated are from families between two and five siblings, and a weak parental bond is present. In the case of John, he mentioned the existence of a history of exacerbated alcohol consumption by his father, while in the case of Harry, the evaluators objectively stated that he did not have a positive relationship with his parents. Thus, these results refer to the idea that developmental deficits based on supervision, attachment, parenting styles, and history of physical and/or sexual abuse (Ward et al., 2006).

Although the implicit theories emphasized by Ward and Keenan (1999) are present in the four cases presented, with particular relevance to the level of *Uncontrollability* and the *nature of harm*, they seem to be based on what appears to constitute the first level of distortion, constituting a resource of offenders to justify their behavior, seeking to reduce negative moral and social aspects. However, it remains latent in his speech, something that other authors have already presented as an additional IT, and which refers to the perspective that the victim may be a legitimate sexual partner. This fact describes the idea that, for example, children and/or adolescents could be sexually self-determined (Paquette, Cortoni, Proulx & Nicholas Longpre, 2014). It is also based on the idea of *the nature of harm*, in which only through physical violence or threat of it, we would be facing an awkward situation, even going so far as to demarcate themselves from the idea of being sexual aggressors. We admit, therefore, that in the circumstances of sexual abuse perpetrated against people with particular vulnerability through physical or mental issues, these may be the basis for the act, as a way of overcoming the internal constraints that should inhibit sexual aggression, conceptualizing the victim as a sexual being, but mainly, as a legitimate partner. At the same time, the perspective may also arise that being the adult victim. However, having a different physical or intellectual condition could be limited in the possibility of realizing their sexual impulses; this action is presented as a relationship of mutual gains.

The idea that aggressors present a single implicit theory associated with their legitimizing or minimizing behavior, but rather their suitability according to the expressed needs of the moment, seems reductive. Although such an extrapolation implies an analysis with a significantly larger sample, the idea of hierarchization or even chronology of the appearance of cognitive distortions is not entirely new, which may provide empirical support for future analysis in this perspective. Ward (2000), for example, describes that these theories can have a more focused approach to the pre-act and its maintenance, or still focus on the post-act as a

reducing element of emotional discomfort (i.e., loss of self-esteem, anxiety, personal blame, as advocated by Abel et al., 1989).

We advocate the perspective that a specific type of argument may guide an initial constraint in passing to the act. At the same time, its legitimation may give the offender the social support that he believes may give him some protection from the act, whether it be the absence of harm, the alleged ability of the victim to define himself sexually and even to seek contact or even the Uncontrollability of the action. This idea is anchored in some studies that admit that the perspective of Uncontrollability may arise with an internal conflict management mechanism caused by social exposure/condemnation given the perpetration of sexual abuse (Hudson & Ward, 2000; Biddley & Beech, 2003).

The latter tends to be the most often invoked along with the idea that the victim will have seduced the subject. Now, in a hierarchical exercise, in defense of the above, we find that the Uncontrollability, often associated with alcohol consumption, serves as a basis to justify having given in to an alleged seduction by the victims. Thus, the second theory would not be sufficiently reliable, in the eyes of society, as it would continue to question the victim's role in the action. In this way, the offender carries the victim's responsibility to two different levels. The first one was the victim's provocation, seduction, or non-avoidance in the face of the subject's sexual advances, and the other was the inability to control his impulses, which, even so, had been triggered by the victim's actions. This transfer of responsibilities to the other refers to problems at the level of the external control locus. Thus, we conclude that an association between cognitive distortions and the presence of loci of external control thus deserves a more in-depth analysis, which may constitute an additional element for the conclusions regarding the nature of the implicit theories identified.

In the attempt to transpose these theories to the field of sexual assault against adults, Polaschek and Gannon (2004) present a complementary approach, in which the TI Women as Sexual Beings appears, with a perspective of subservience. Although it is not explicit that this is present in our sample, the existence of a central belief in Uncontrollability (similar to that of Keenan & Ward, 1999), these authors refer to it as latent in the speech of these sexual aggressors. This speech describes man's sexual impulses, with the idea of an inability to react to something intrinsic to the subject's functioning. However, analyzing only the content of the arguments used by sexual aggressors, although allowing them to assist in the definition of an intervention plan, presents a gap in the deepening of the relationship between the development of these distortions and sexual aggression.

The sexual abuse of a person incapable of resistance seems to have been carried out by subjects who resort to the same type of cognitive schemes that are generally identified in the

literature with such a critical approach (Ward & Keenan, 1999). We believe that the explanatory models mentioned can serve as a basis for an intervention in this typology of offenders. After analyzing the subjects' reports, the presence of cognitive distortions associated with the justification of their behavior by external and/or uncontrollable internal causes (for example, victim seduction and alcohol consumption) or the legitimacy of the behavior, seems to be associated their prospects of harmlessness and consent to sexual practice. There is also an explicit requirement to pay more attention to issues of attachment, as well as criminal versatility, as there are significant cognitive deficits in the four cases analyzed. The supposed uncontrollable sexual urges could also be relevant, since all the subjects suggest great interest and sexual desire, although the frequency and nature are quite different. Therefore, it is not possible to understand how satisfying and satisfying it would be and how it could refer to hypersexuality.

We admit that limitations to a methodological approach of this nature do not allow the generalization of the results. The fact that it was not possible to record the interviews is also limiting, although efforts have been made to reduce their negative impact with the help of a trained interviewer and with neutral questions for establishing the relationship. However, the preliminary elements suggest the pertinence of looking for the offensive dynamics and motivations and the meaning of these interviews to obtain greater visibility of this type of offensive.

We reinforce the scientific and social relevance of an in-depth and individual analysis of the four offenders of this type, as it starts a path for research in an area where there is an increase in the number of complaints and where victims are more vulnerable due to their cognitive weaknesses and/or motor.

References

- Auburn, T. (2010). Cognitive distortions as social practices: an examination of cognitive distortions in sex offender treatment from a discursive psychology perspective. *Psychology, Crime & Law*, *16*(1–2), 103–123. <https://doi.org/10.1080/10683160802621990>
- Bickley, J. A., & Beech, A. R. (2002). An investigation of the Ward and Hudson pathways model of the sexual offense process with child abusers. *Journal of Interpersonal Violence*, *17*(4), 371–393. doi:10.1177/0886260502017004002.
- Brownlie, E., Jabbar, A., Beitchman, J., Vida, R., & Atkinson, L. (2007). Language impairment and sexual assault of girls and women: Findings from a community sample. *Journal of abnormal child psychology*, *35*, 618–26. doi:10.1007/s10802-007-9117.
- Burn, M. F., & Brown, S. (2006). A review of the cognitive distortions in child sex offenders: An examination of the motivations and mechanisms that underlie the justification for abuse. *Aggression and Violent Behavior*, *11*, 225–236.
- Cortoni, F., & Marshall, W. L. (2001). Sex as a coping strategy and its relationship to juvenile sexual history and intimacy in sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *13*(1), 27–43. <https://doi.org/10.1177/107906320101300104>
- Covell, C. N., & Scalora, M. J. (2002). Empathic deficits in sexual offenders: An integration of affective, social, and cognitive constructs. *Aggression and Violent Behavior*, *7*, 251–270. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(01\)00046-5](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(01)00046-5)
- Dawson, D. L., Barnes-Holmes, D., Gresswell, D. M., Hart, A. J., & Gore, N. J. (2009). Assessing the implicit beliefs of sexual offenders using the implicit relational assessment procedure: A first study. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *21*(1), 57–75. <https://doi.org/10.1177/1079063208326928>
- Fernandez, Y. M., & Marshall, W. L. (2003). Victim empathy, social self-esteem, and psychopathy in rapists. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *15*(1), 11–26. <https://doi.org/10.1177/107906320301500102>
- Fernandez, Y. M., Marshall, W. L., Lightbody, S., & O’Sullivan, C. (1999). The child molester empathy measure: Description and examination of its reliability and validity. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *11*(1), 17–31. <https://doi.org/10.1177/107906329901100103>
- Geer, J. H., Estupinan, L. A., & Manguno-Mire, G. M. (2000). Empathy, social skills, and other relevant cognitive processes in rapists and child molesters. *Aggression and Violent Behavior*, *5*(1), 99–126. Retrieved from

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1359178998000111>

- Gonçalves, R. (2007). Promover a mudança em personalidades anti-sociais: Punir, tratar e controlar. *Análise Psicológica*, 4, 571–583. Retrieved from http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-82312007000400003&script=sci_arttext
- Keown, K., Gannon, T. A., & Ward, T. (2010). What's in a measure? A multi-method study of child sexual offenders' beliefs. *Psychology, Crime & Law*, 16(1–2), 125–143. doi:10.1080/10683160802622022
- Kvam, M. H. (2000). Is sexual abuse of children with disabilities disclosed? A retrospective analysis of child disability and the likelihood of sexual abuse among those attending Norwegian hospitals. *Child Abuse and Neglect*, 24, 1073–1084. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00159-9](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00159-9)
- Looman, J., & Abracen, J. (2010). Comparison of measures of risk for recidivism in sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(5), 791–807. <https://doi.org/10.1177/0886260509336961>
- Looman, J., Dickie, I., & Abracen, J. (2005). Responsivity issues in the treatment of sexual offenders. *Trauma, Violence & Abuse*, 6(4), 330–53. <https://doi.org/10.1177/1524838005280857>
- Marshall, W., & Fernandez, Y. (2000). Phallometric testing with sexual offenders: Limits to its value. *Clinical Psychology Review*, 20, 807–22. doi:10.1016/S0272-7358(99)00013-6.
- Marshall, W., & Marshall, L. (2010). Can treatment be effective with sexual offenders or does it do harm? A response to Hanson (2010) and Rice (2010). *Sexual Offender Treatment*.5.

- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 257–275). New York: Plenum.
- Marshall, W. L., Anderson, D., & Fernandez, Y. M. (1999). *Cognitive-behavioral treatment of sex offenders*. New York: Wiley.
- Marshall, W. L., Marshall, L. E., Sachdev, S., & Kruger, R.-L. (2003). Distorted attitudes and perceptions, and their relationship with self-esteem and coping in child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *15*(3), 171–81. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12889322>
- O Ciardha, C., & Ward, T. (2013). Theories of cognitive distortions in sexual offending: what the current research tells us. *Trauma, Violence & Abuse*, *14*, 5–21. <https://doi.org/10.1177/1524838012467856>
- Peckham, N. G. (2007). The vulnerability and sexual abuse of people with learning disabilities. *British Journal of Learning Disabilities*, *35*(2), 131–7. <https://doi.org/10.1111/j.1468-3156.2006.00428.x>
- Pervan, S., & Hunter, M. (2007). Cognitive distortions and social self-esteem in sexual offenders. *Applied Psychology in Criminal Justice*, *3*(1), 75–91.
- Quinsey, V. L., Harris, A. J., Rice, M. E., & Cormier, C. (2006). *Violent offenders: Appraising and managing risk*. (2nd ed.) Washington DC: American Psychological Association.
- Reilly, G. O., Carr, A., Murphy, P., & Cotter, A. (2010). A controlled evaluation of a prison-based sexual offender intervention program. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *22*(1), 95–100. <https://doi.org/10.1177/1079063209358107>
- Seto, M. C., & Fernandez, Y. M. (2011). Dynamic risk groups among adult male sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *23*(4), 494–507. <https://doi.org/10.1177/1079063211403162>
- Sistema de Segurança Interna. (2019). *Relatório anual de segurança interna ano 2018*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>
- Soeiro, C. (2005). *Personalidade e psicopatia na selecção de polícias de investigação criminal* (Unpublished doctorate thesis). Universidade do Minho, Braga.
- Tharp, A., DeGue, S., Valle, L., Brookmeyer, K., Massetti, G., & Matjasko, J. (2013). A systematic qualitative review of risk and protective factors for sexual violence perpetration. *Trauma, Violence & Abuse*, *14*. doi:10.1177/1524838012470031.

- Ward, T., Hudson, S. M., Johnston, L., & Marshall, W. L. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: an integrative review. *Clinical Psychology Review, 17*(5), 479–507. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9260038>
- Ward, T., Keown, K., & Gannon, T. A. (2007). Cognitive distortions as belief, value and action judgments. In T. A. Gannon, T. Ward, A. Beech, & D. Fisher (Eds.), *Aggressive offenders' cognition: Theory, research and practice*. Sussex, UK: Wiley.

Acknowledgments

The authors would like to acknowledge *Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais* for supporting this work of research.

Artigo 3. The Role of Cognitive Distortions, Sex as a Coping Strategy and Sexual Attitudes in Child Sexual Offending: A Predictive Model Based on Artificial Neural Network

(Under Review in Journal of Interpersonal Violence)

Ricardo Ventura Baúto^{1,2,3}, Isabel Leal¹ & Jorge Cardoso^{2,3}

¹ISPA – IU - William James Centre for Research; ²LabPsi – Laboratório de Psicologia Egas Moniz; ³CiiEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz

1. Abstract

This research aims to present an additional knowledge about child sexual abusers (CSA) in Portugal. Although the international literature mentions the presence of cognitive distortions as a common element for child sexual offenders, it is known that another cognitive pathway developed since childhood and adolescence will have a significant weight in the definition of disruptive sexual behaviors. In this article, we focused on sexual attitudes and sex as a strategy for sexual coping and assayed to appreciate the relevance of these variables as predictors of CSA offenders. The main aim of this research is analysing a hierarchical and predictive model of these variables and cognitive distortion in the CSA. With resource to Artificial Neural Networks (ANN), we conclude that these variables, when associated, have a predictive accuracy of 82.3 % in a sample that included child sexual offenders (N = 59) and the community (N = 82). New future approaches can benefit from integrating coping strategies and sexual attitudes into child sexual abusers, adapted to the Portuguese context.

Keywords: Sexual Offenders, Child Sexual Abuse, Neural Networks, Cognitions

2. Cognitions and Coping Skills in Child Sexual Abuse

Empirical evidence applies to differences between sexual offenders of children and adults responses when self-report measures are used for the assessment of beliefs and attitudes (e.g., Segal & Stermac, 1984; Blumenthal, Gudjonsson & Burns, 1999; Feelgood, Cortoni &

Thompson, 2005; Pemberton & Wakeling, 2009). Though, it is consensual regarding the differences between sexual offenders and individuals convicted for other types of crime (Arkowitz & Vess, 2003; Bumby, 1996; Marshall et al., 2003; Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005). Explanatory theories of this phenomenon support that impulsive sexual behaviors enhance sexually deviant fantasies and attitudes (Cortoni & Marshall, 2001; Robertiello & Terry, 2007). These offenders could not primarily motivated by children's physical or psychological characteristics, but rather by sexual gratification and access to victims (Lehman et al., 2014). It could identify children as an alternative to adults and seeking to establish sexual behaviors closer to them than adults, which they would seek out with adults. It is in this group that the offenders who committed incest are found (Lanning, 2010).

Dysfunctional coping strategies have identified in sexual offenders, as a resource for dealing with negative emotions. In sexual offenders, there is a tendency to increase sexual activity during periods of stress (Cortoni & Marshall, 2001; Seto & Fernandez, 2011; Jung & Jamieson, 2014; Merdian, 2014) as well as a higher propensity impulsively acts (Wortley & Smallbone, 2001; Auburn, 2010; Schaaf et al., 2019).

Marshall, Anderson & Fernandez (1999) mentioned the relevance of sexual activities in the control or modeling of negative emotional states, entitling as a sexual coping. The authors refers that different sexual activities can have an impact on reducing negative effects associated with some emotional states, such as depression or anxiety. Previously, Marshall and Barbaree (1990) argued that the use of sex as a coping strategy could contribute to its development and maintenance since mood states could be regulated using masturbatory acts. These would produce an ambiguous and reinforcing combination of positive and negative states. The combination of these elements and the search for rationalization and legitimation of behaviors results in the development of skewed perceptions, previously described by Abel et al. (1984; 1986).

Although no literature supports the reasons why sex appears as a regulatory variable at an emotional level, Cortoni and Marshall (2001) admit that the absence of alternatives to achieve mood and self-esteem, associated with compulsive masturbatory behavior, can create a link between sex and emotional well-being.

The last decades of research have produced a more comprehensive knowledge of the intrinsic factors to child sexual abuse. In this perspective, cognitive distortions of Child Sexual Abusers (CSA) contribute to acting out and to their justification after the fact. This abusive

legitimization can be self-centered or oriented to society and its resulting judgments (e.g., Blake & Gannon, 2008; Bumby, 1996; Gannon & Polaschek, 2006; Gannon, Ward & Polaschek, 2004; Marshall, Anderson & Fernandez, 1999; Ward, Hudson, Johnston, & Marshall, 1997; Ward and Keenan, 1999).

Since the beginning of conceptions about offender's cognitive distortions, has found an association between criminal behavior and deficit associated with reality perception and offenders' skills. The importance of cognitive processes in the knowledge and treatment of sex offenders has reported by several researchers (e.g., Pervan & Hunter, 2007) who emphasized that cognitive distortions in sexual offenders are different in terms of their nature, content, and objectives (Burn & Brown, 2006).

Authors such as Ward, Gannon, and Keown (2006) postulated that sexual offenders have different attitudes towards aggression. Some of these individuals deny the act as a crime, absent harm perpetration, consenting of victim, seduction, and an inebriated state (e.g. alcohol consumptions) (Geiger & Fischer, 2017).

In this sense and concerning to the Cognitive Distortions Models, authors such as Abel et al., (1984), Ward (2000) and Ward and Casey (2010) contend a focus on structures and psychological processes of individuals. However, they didn't provide significant explanations for social influences, except for the possible impact that these bear on learning processes (i.e., cognitive distortions seek to shorten or avoid feelings of guilt through the justification of behavior). They also reinforced the fact that both models relate to cognitive distortions as elements coated with a dichotomy. So, consider that there are two types of models of cognitive distortions regarding the sexual abuse of children: focus on the offense after the perpetration (e.g., Abel et al., 1984; 1989); and structures that sustain the distortions as facilitators and ways of maintaining aggression (Ward, 2000; Ward & Keenan, 1999).

Other authors (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000; 2009) refers that deviant sexual arousal, deficits in intimate relationships, incongruent affective and cognitive distortions, are relevant in risk of developing sexual contacts with a child. This way, CSA may develop biases in their sexual pathways, creating dysfunctional relationship schemes (as a result of inadequate or early sexual experiences), where periods of rejection, delusion or loneliness can lead to deviations in social learning (Ward, 2000; Ward & Seigert, 2002).

According to this perspective, Ward & Keenan (1999) propose five implicit theories, attempted to define cognitive distortions typically identified as being responsible for CSA. These categories describe the content of the highlighted distortion, in particular, *the child as a sexual being, the dangerous world, rights, uncontrollability, and the nature of the damage*. These Implicit Theories are structured through two components: beliefs and desires (Ward, 2000). This author also suggests that these distorted perspectives comprise two plans: they can be categorized and individualized or minimized and legitimize behaviors. Nevertheless, there is some evidence that questions the idea that cognitive distortions must necessarily involve central beliefs that sustain these behaviors (e.g., Gannon & Polaschek, 2005; 2006; Gannon, Wright, Beech, & Williams, 2006; Keown, Gannon & Ward, 2010).

Reinforcing the legitimization categories of abusive behavior on the part of sexual offenders, Ward (2000) describes his analysis, suggesting that these implicit theories develop in early childhood. However, these individuals may be able to act in many spheres of their lives without being aware of the real impact of the situation (Ward & Hudson, 2000). This theoretical position includes sexual assault, regarding which the authors find that these individuals attempt to justify their behavior, claiming not to have the discernment to evaluate the impact of their actions.

Ward & Casey (2010) mention the existence of other significant implications to understand causes and procedures of management and maintenance of CSA distortions through the Theory of Mind. According to this approach, cognitive distortions are incorporated into dynamic processes that involve internal and external elements, the latter caused by the social and cultural context of the offenders and constituting the second cause of this theory. This approach had already been used by Keenan and Ward (2000), who, based on the theory of mind, tried to demonstrate how individuals can deviate from normative behavior. The authors suggest the existence of four possibilities that are compatible with the development of disruptive behaviors, namely: (a) the absence of acquisition of a theory of mind, based on a cognitive deficit or the presence of cognitive distortions in the form of Implicit Theories (cf. Ward, 2000; Ward & Keenan, 1999); (b) a delay in the development of a theory of mind; (c) the presence of affective deficits; (d) proof of failures in self-regulation deriving from the non-application of the theory of mind.

Contemplates the existence of CSA precursory pathways associated with contextual factors, focusing on a dysfunctional mechanism from which aggressions arise (Ward & Siegert,

2002). The authors aggregate the basis for sexual abuse through four pathways: (a) difficulty in recognition of emotional states; b) deficits in interpersonal relations and isolation; (c) cognitive distortions; d) sexual fantasies. Ward and Siegert (2002) refer that these mechanisms should be regarded as relevant when considering the origin of the behavior of child molesters, in that their features strongly imply the possibility of acting out.

Regarding the empirical evidences about the presence of sexual attitudes, cognitive distortions and sex as a coping strategy in child sexual offenders, the main aim of this research is analysing the hierarchical and predictive value of these variables in the CSA. To viable the main objective, two samples (child sexual offenders and community) are analysed, in order to conclude about the presence of sexual coping strategies and their association in sexual attitudes and cognitive distortions.

3. Method

3.1. Sample

The sample consisted of 141 participants. Of those 41.8% ($n=59$) were offenders incarcerated in Portugal (Lisbon District) convicted for crimes of child sexual abuse (CSA) defined by Portuguese Criminal Law as a Minors Sexual Abuse and Sexual Abuse of Dependent (articles 161 and 162 of Portuguese Criminal Code) and 58.2% ($n=82$) were from community. All incarcerated individuals were considered as mentally capable by the judicial entities. We excluded foreign and illiterate subjects since the application of self-assessment instruments. Only men were included in the sample with ages between 18 and 68 years (age offenders = [22; 68]; $M(SD) = 43.06(9.83)$; age community = [18; 62]; $M(SD) = 32.56(10.43)$). Other sociodemographic characteristics such as *Marital Status* and *Education Level* can be analyzed in Table 1.

The subjects' participation was voluntary and anonymous, and they did not receive any compensation for their participation. All ethical and deontological principles have been taken, and the confidentiality of the data collected is guaranteed.

Table 1. Sample Sociodemographic Characteristics (NTOTAL=141)

Sociodemographic Characteristics	Offenders (N=59) % (N)	Community (N=82) % (N)
Marital Status		
Single	31.6 (18)	59.8 (49)
Married/De Facto Union	47.4 (27)	15.9 (13)
Divorced/Separate	21.1 (12)	22.0 (18)
Widow/er	-	2.4 (2)
Education		
Basic Education		
1 st Cycle	59.3 (25)	-
2 nd Cycle	22.0 (13)	2.2 (1)
3 rd Cycle	13.6 (8)	40.2 (33)
Secondary Education /High School	23.7 (14)	3.7 (3)
Higher Education		
Licentiate	5.1 (3)	-
Master	3.4 (2)	29.3 (24)
Doctorate	1.7 (1)	22.0 (18)
	-	3.7 (3)

3.2. Measures

The Sexual Attitudes Scale (SAS; Hendrick & Hendrick, 1987) is a 43-item measure to assess sexual attitudes in a multidimensional approach, supporting in the original version four subscales, *Sexual Permissiveness*, *Sexual Responsibility*, *Sexual Communion*, *Sexual Instrumentality* and *Sexual Conventionality*. The measure has a 5-point Likert scale (1 = completely disagree; 5 = completely agree). In this article, we used the Portuguese version (Alferes, 1997) that comports according factorial structure five subscales, *Sexual Permissiveness* (attitudes regarding occasional sex and without commitment), *Sexual Communion* (attitudes related to the physical and mental depth of sexual contact), *Pleasure/Instrumentality* (attitudes that describe sex essentially as a physical and gratifying experience for the purpose of generating pleasure), *Sexual Responsibility* (regards to sexual education and birth control), and *Impersonal Sex* (refers to a mercantilist perspective of sex). Hendrick and Hendrick (1987) supported internal consistency with a Cronbach's Alpha range .71 to .94. In our research we identified a global Cronbach's Alpha = .92.

The Coping Using Sex Inventory (CUSI; Cortoni, 1998) is a 16-item measure related to consenting and non-consenting sexual coping strategies with adults and children. According Cortoni and Marshall (2001) the scale exhibited a good internal consistency ($\alpha=.85$ to 0.86). The measure has a 5-point Likert scale (1 = Not at all, 5 = Very much). The original scale comports a three factors structure, *Consenting* (describes strategies related to fantasies, use of pornography, and sex with the usual partner in a consent perspective), *Rape* (describes sexual violence thoughts and behaviors with adults) and *Child* describes sexual violence thoughts and behaviors with children). In the present research, we used a Portuguese version of the scale, translated and adapted by the author with a good internal consistency (Cronbach's Alpha = $.82$).

The Bumby Molest Rape (BMR; Bumby, 1996) is a 38-item self-report measure with a list of sentences related with a child sexual abuse cognitive distortion. The measure has a 4-point Likert scale (1 = Not at all, 5 = Very much). The author proposed an one-dimensional scale good internal consistency ($\alpha .96$) and test-retest reliability ($r =.86$). In the present research, we used a Portuguese version of the scale, translated and adapted by the authors was used. The scale Cronbach's alpha = $.94$.

3.3. Procedures

Before data collection, permission was sought and granted from the *Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais* (Portuguese Prison and Probation Services) (No. 154 / DSOPRE of 09-09-2013).

The measures that had no validated adaptations for the Portuguese population (CUSI and BMR) were previously translated into Portuguese and later retroverted into English by a bilingual researcher. Pre-tests were applied to 10 individuals beforehand to check for inconsistencies. After that procedure was presently administered in a Portuguese Prison and on a Community Portuguese sample, and online, with the web link being shared through Social Media and University Research Center contacts. Informed consent was given. In order to produce statistical analysis, all procedures with resource to IBM SPSS Statistics 24 and AMOS.

4. Results

4.1. Sex as a Coping Strategy in Child Sexual Offenders

With propose to verify que existence of significant differences in the use of sex as a coping strategy, comparing between two independent samples (offenders and community), we used CUSI as a measure. However, given the factorial structure presented by the original author (Cortoni & Marshall, 2001), we opted to carry out a preceding analysis of the CUSI psychometric properties, proceeding with an Exploratory Factor Analysis (EFA), followed by a Confirmatory Factor Analysis (CFA).

After EFA, performed using the Principal Component Extraction Method (Kaiser Normalization – $KMO \geq 0,6$) with Varimax Rotation it is calculated whether a factor distribution is divided into a tri-factorial number (similar to the original scale) and where all factor weights (λ) were greater than .50, except for one item (2). Due to the distribution of factor weights, was decided to reorganize the measurement items (see annex), maintaining, still, the same conceptual organization. For this reason, it was decided to remove it. Subsequently, confirmatory factor analysis was performed. Analyze the normal distribution values ($|Sk| > 3$ and $|Ku| < 10$; Marôco, 2014) and verify value of Mardia's normalized multivariate estimate of multivariate kurtosis (481.3166) that shows evidence that the data are not multivariate normal. In order to address the issue of multivariate non-normality, bootstrapping is conducted to assess the stability of parameter estimates and report them more accurately (Bollen & Stine, 1992). In our research, 500 bootstrap samples were drawn with replacement from this transformed sample. The Bollen-Stein bootstrap p -value is 0.261 (> 0.05) indicates substantially good fit of the model in addition to indices of χ^2 , CFI, SRMR, and RMSEA. After covariances between errors were drawn, the model fit was good ($\chi^2(96) = 171.181$; $\chi^2/df = 1.783$; $CFI = .93$; $PCFI = .74$; $GFI = .88$; $PGFI = .62$; $RMSEA = .08$ $p(rmsea \leq .05) = .016$; $MECVI = 1.87$).

After adjusting the CUSI, a comparative analysis was carried out between the forensic and non-forensic samples. Since the existence of a non-normal distribution of the sample was verified, non-parametric tests were used, in this case the Mann-Whitney test.

It was found that the most expressive results are related to the *Consenting* subscale, with significant differences between the two groups $U = 1305.50$, $p = .000$. In this case, the offenders have lower overall scores when compared to the community sample, with higher scores on the subscales related to sexual abuse / rape and sexual violence (see Table 2).

Table 2. Mann-Whitney Test Result of Differences between Offenders and Community Samples

	Offenders (N=59) Mean Order	Community (N=82) Mean Order	<i>U</i>
Sexual Violence (CUSI)	71.58	70.59	2385.0 0
Consenting (CUSI)	52.13	84.58	1305.5 0* **
Rape and Abuse (CUSI)	75.74	67.59	2139.5 0

*** $p < .001$

4.2. Associated Variables in CSA

A correlation was made with the purpose of analyzing the relationship between the three dimensions of sex as a coping strategy (measured by CUSI), sexual attitudes (measured by SAS) and also cognitive distortions (measured by BMS). Several significant associations have been identified, even though they have a weak correlation coefficient. As can be seen in Table 3, *BMS* are associated with almost all subscales of *Sexual Attitudes Scale*, with the exception of *Sexual Responsibility* and *Impersonal Sex*. We also found that in the association between Cognitive Distortions and Sexual Attitudes that we identified the most relevant correlation ($r = .48$, $p < .01$), this being related to *Physical Pleasure / Instrumentality*, which is strongly associated in the literature with the obtaining sexual gratification, without necessarily having a specific focus given to the victim's characteristics (e.g. being a child). At the same time, the only relevant associations with the remaining subscales of Sex as a coping strategy are with cognitive distortions (see Table 3). Thus, it appears that there is a positive correlation between the existence of cognitive distortions and the use of coping strategies related to sexual aggression. At the same time, the possible association between sexual attitudes and cognitive distortions also points to an indirect influence on sexual coping strategies.

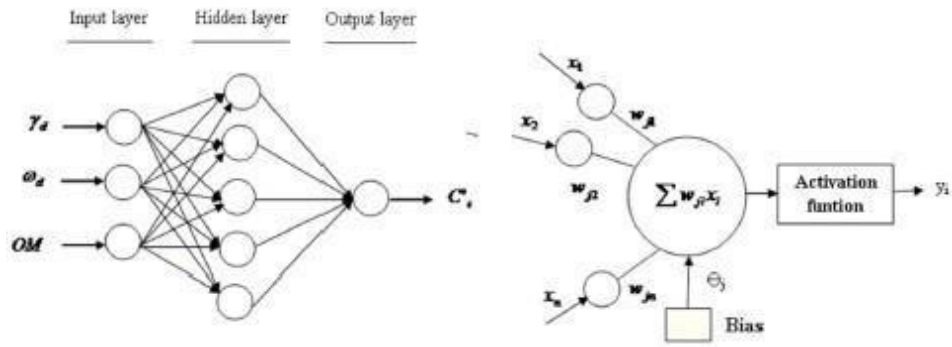
Table 3. Correlations between Cognitive Distortions, Sexual Attitudes and Sex as a Coping Strategy

	Cognitive Distortions (BMS)	Cons ent (CUS D)	Rape and Abuse (CU SI)	Sexual Violence (CUSI)
Cognitive Distortions (BMS)	-	.23	.34 **	.34 **
Permissiveness (SAS)	.30 *	.23	.08	.12
Communion (SAS)	.33 **	.31*	- .06	.04
Pleasure/Instrumentality (SAS)	.48 **	.14	.08	.21
Sexual Responsibility (SAS)	.25	.14	- .19	-.15
Impersonal Sex (SAS)	.31	.35**	- .05	-.07

4.3. Sex as a Coping Strategy, Sexual Attitudes and Cognitive Distortions as Predictors in CSA

Given the nature of our sample, in an attempt to obtain a non-linear predictive model, we decided to use a semi-parametric method that consists in a way of mimicking the human brain processes information, creating a Model of Neural Networks with three layers (see Figure 1), one input layer, one or more hidden layers, and one output layer (Zacharis, 2016; Mishra & Datta-Gupta, 2018). Each layer contains several artificial neurons connected to other nodes in the preceding layer by weighted links (Mishra & Datta-Gupta, 2018). In order to develop this model, it turned to IBM SPSS Statistics 24 through Multilayer Perceptron Module software (MLP) neural networks that creates and tests the model accuracy (cf. Khanlari et al., 2012).

Figure 1. Model of Neural Architecture and Artificial Neuron Model (left to right) (Mokhtari, Heshmati, Shariatmadari, 2014)



Regarding Figure 2, that shows the diagram used to create the outcome prediction model (offender = 0, community = 1) from the different categories of sexual attitudes (selected from the SAS) and the sum of the Child Sexual Abuse associated to Cognitive Distortions item present in the Bumby Molest Scale. The network diagram thus presents 9 input nodes, 6 hidden nodes and two output nodes representing offenders and community. It is important to mention that the use of these variables was determined based on the correlational analysis (see Table 3) that presented a significant association.

The data were assigned to training (80%), testing (10%), and holdout (10%) subsets. Concerning the Confusion Matrix (Table 4) for categorical dependent variable (i.e. sample type), we verified through the overall testing sample that overall 89.5% of the cases were correctly classified. The accuracy through the holdout sample found a value of 82.8% to validate the model.

Figure 2. Network Diagram

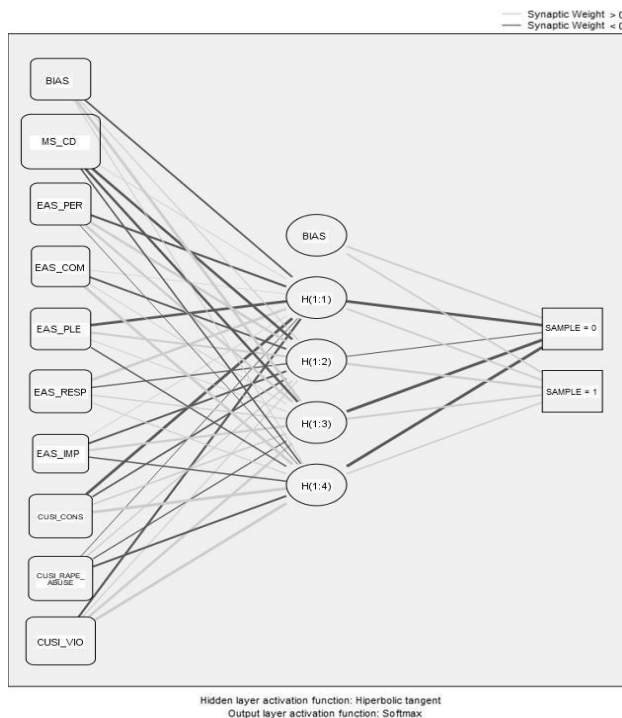


Table 4 – Confusion Matrix

Sample	Observed	Predicted		Percent Correct
		Offenders	Community	
Training	Offenders	26	1	72.2%
	Community	5	5	91.2%
	Overall Percent	33.3%	66.7%	83.9%
Testing	Offenders	8	1	88.9%
	Community	1	9	90.0%
	Overall Percent	47.4%	52.6%	89.5%
Houldout	Offenders	9	5	64.3%
	Community	0	1	100.0%
	Overall Percent	31.0%	69.0%	82.8%

Note: Dependent Variable:
sample type

Using chart observation (Figure 3) it is possible to analyze from left to right the probability of a subject being classified as offender or not offender (community sample).

In relation to the ROC curve (Figure 4), the sensitivity diagram vs. specificity, we could observe a combination of training and testing. The higher distance from the baseline, gives a weighty accuracy. In our research, there is a significant departure, as found in Table 5. The chart related to the gain measure (Figure 5) allows us to conclude about the effectiveness of the model's classification, where a higher overall refers to a better achievement. In parallel, the lift chart (Figure 6) uses part of the model, suggesting a benefit of use.

Figure 3. Predicted Pseudo-probability between samples

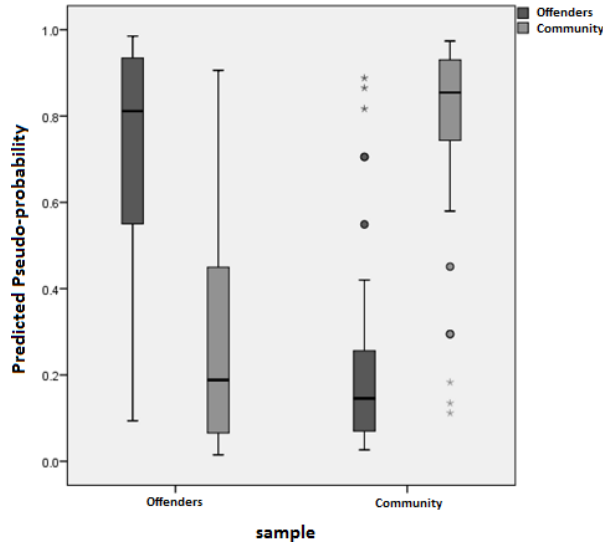
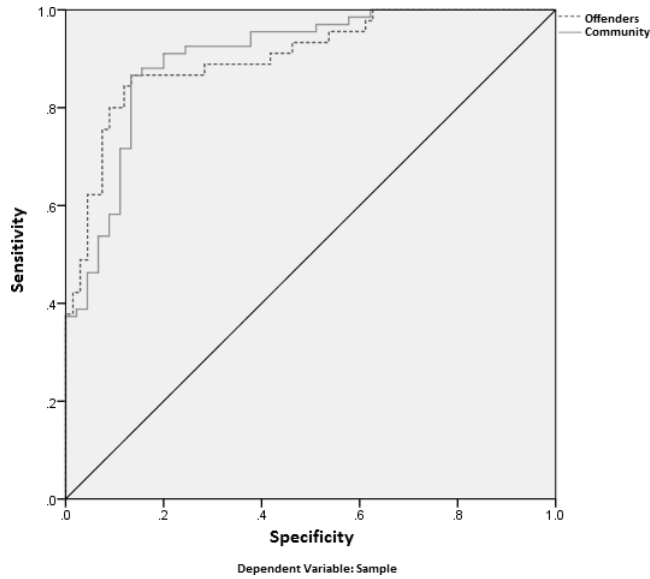


Figure 4. ROC curve



In a different analysis of the weight that each independent variable has in the model, we found in order of normalized importance, the level of cognitive distortions seems to be the best predictor, followed by different categories of sexual coping strategies and finally sexual attitudes (see Table 5).

Although the predictive values of this model do not reach 90%, it is possible to admit the existence of a good perceptive level, since the possibility of existing in the sample of the community, individuals who may be sexual offenders cannot be ruled out.

Figure 5. Cumulative Gains

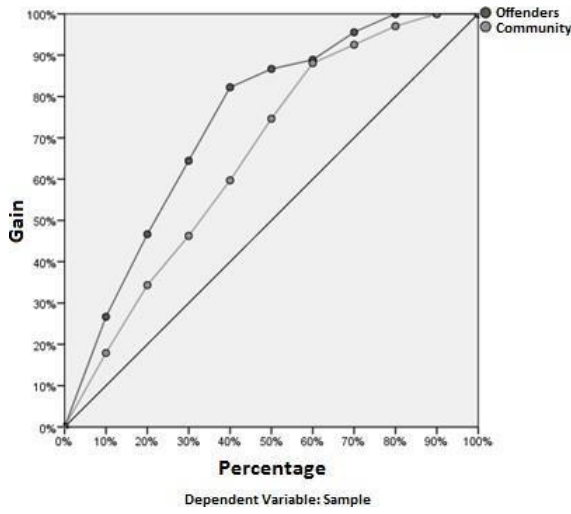


Figure 6. Lift Charts

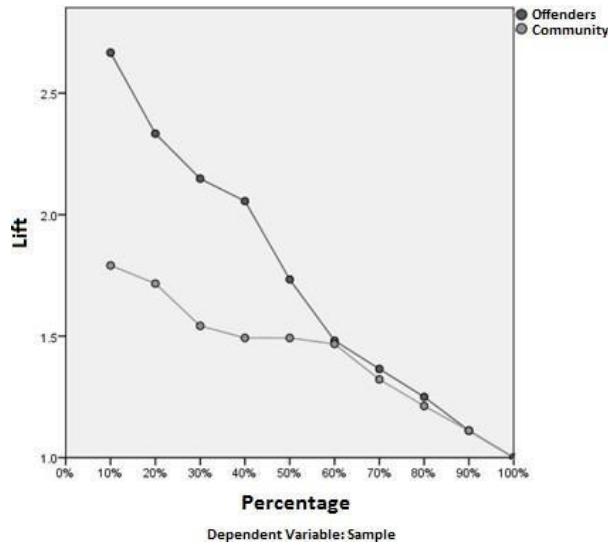


Table 5 – Independent Variable Importance

	Importance	Normalized Importance
Cognitive Distortions (BMS)	0.19	100.00%
Sexual Violence (CUSI)	0.14	74.40%
Rape and Abuse (CUSI)	0.11	60.50%
Consenting (CUSI)	0.11	57.60%

Sexual Responsibility (SAS)	0.10	54.50%
Permissiveness (SAS)	0.10	51.30%
Pleasure/Instrumentality (SAS)	0.09	49.90%
Communion (SAS)	0.09	45.20%
Impersonal Sex (SAS)	0.07	38.60%

5. Discussion

With regard to analyze the results obtained, we verified that the associations between sexual attitudes and cognitive distortions, we anticipated the existence of significant correlations between variables, given the conceptual proximity between the two constructs (Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005; Ward, Gannon, and Keown, 2006; Geiger & Fischer, 2017). Although authors such as Marshall and Barbaree (1990) refer to impersonal sex as an element present in several sexual offenders, in our results, the correspondent to this subscale did not present significant correlations, similar to sexual responsibility. If concerning the latter, this could be justified by the fact that the child sexual offenders could not concern with this, due to the age of the victims (and the consequent condition of fertility). However, it would be appropriate to admit that some offenders dealing with the child as an adult will tend to hold them responsible for making decisions about the sexual contacts established and, consequently, the concern about birth control. In terms of impersonal sex, the absence of correlations can be justified by the close relationship between the aggressor and the victim, eliminating more mercantilist characteristics in sexual contact, which refer more strongly to sexual contacts between adults or adolescents, by grooming or prostitution (cf. Robertiello & Terry, 2007). The profiles of typically existing aggressors refer to a majority of offenders who seek sexual gratification (e.g. Lehman et al., 2014), which is strongly influenced by cognitive distortions when asserting or not responsibilities. Thus, this gratification is based on a victim's instrumentalizing, which is demonstrated that subscale brings commonly correlational robustness with the presence of cognitive distortions. At the same time, permissiveness is also shown to be associated with the response to sexual fantasies and the search for other less conventional practices that derive from a search for the exploration of new sexual dynamics, which is also present in the characteristics of some offenders (Wortley & Smallbone, 2001; Schaaf et al., 2019).

When analyzing the differences between the two samples, concerning sex as a strategy of sexual coping, we conclude that the significant difference found is at the level of strategies

of a consensual nature (i.e., consensual fantasies, with adults and without resorting to violence), where offenders have lower averages than the community sample in similarity to another research (Cortoni & Marshall, 2001; Seto & Fernandez, 2011; Jung & Jamieson, 2014; Merdian, 2014). This fact can be explained by a higher invocation of disruptive behaviors on the part of sexual offenders, although the fact that the general population may resort to maladaptive strategies for emotional recovery is not rejected. Although the differences are not significant in the remaining subscales, the trend is the opposite, with the condemned subjects presenting higher means regarding sexual abuse/rape and sexual violence. According to what are the predictors of behavior and fantasies before the acting-out. It is essential to mention the possibility of bias in the non-forensic sample since although respondents were questioned about possible previous convictions for crimes of a sexual nature (having the three cases identified, eliminated from the sample), it is not possible to state that the community sample does not contain offenders.

Concerning the predictive capabilities of the artificial neural network model, we reinforce the relevance of cognitive distortions among sexual offenders of children. At the same time, aligned with Ward, Gannon, and Keown (2006) it appears that the use of sex as a coping strategy, associated with sexual violence fantasies and behaviors and, more specifically, sexual abuse, has a higher weight than sexual attitudes. It should be noted that the sexual attitudes analyzed are not specific to Forensic populations, nor are they evaluated with this perspective (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000; 2009). However, they manifest themselves as a prominent element when looking for broader knowledge in their relationship with sexual assault. In this sense, sexual permissiveness and Instrumentality are significant predictors of violent sexual behavior. It is concluded that the variables under study revealed to have strong predictive and associative relevance given the differentiation between belonging to a group of convicted offenders and the general community, with the predictive capacity of the model above 80%, which is significant in the endowment to advance using these variables in research on the topic. Although the results obtained open new directions of investigation and consolidate the international literature in a national context, some limitations relating to the sample, its characteristics, and the way that they condition the use of other types of statistical tests that allow attesting the robustness of the results. The sample size also has significant limitations, which does not allow extrapolations and is bound by some prudence in the attempt to generalize the results. We suggest that in the future, research should focus on diversifying the sample. A comparison between groups of sexual offenders, other types of crime, and greater diversification in terms of academic qualifications and the age of the subjects analyzed would be desirable, creating an incremented balance between groups in the sample.

6. References

- Auburn, T. (2010). Cognitive distortions as social practices: an examination of cognitive distortions in sex offender treatment from a discursive psychology perspective. *Psychology, Crime & Law*, *16*(1–2), 103–123. doi.org/10.1080/10683160802621990
- Bickley, J. A., & Beech, A. R. (2002). An investigation of the Ward and Hudson pathways model of the sexual offense process with child abusers. *Journal of Interpersonal Violence*, *17*(4), 371–393. doi:10.1177/0886260502017004002
- Brownlie, E., Jabbar, A., Beitchman, J., Vida, R. & Atkinson, L. (2007). Language Impairment and Sexual Assault of Girls and Women: Findings from a Community Sample. *Journal of abnormal child psychology*. *35*. 618-26. 10.1007/s10802-007-9117
- Burn, M. F., & Brown, S. (2006). A review of the cognitive distortions in child sex offenders: An examination of the motivations and mechanisms that underlie the justification for abuse. *Aggression and Violent Behavior*. https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.08.002
- Cortoni, F., & Marshall, W. L. (2001). Sex As a Coping Strategy and Its Relationship to Juvenile Sexual History and Intimacy in Sexual Offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *13*(1), 27–43. https://doi.org/10.1177/107906320101300104
- Covell, C. N., & Scalora, M. J. (2002). Empathic deficits in sexual offenders: An integration of affective, social, and cognitive constructs. *Aggression and Violent Behavior*, *7*, 251–270. https://doi.org/10.1016/S1359-1789(01)00046-5.
- Dawson, D. L., Barnes-Holmes, D., Gresswell, D. M., Hart, A. J., & Gore, N. J. (2009). Assessing the implicit beliefs of sexual offenders using the implicit relational assessment procedure: a first study. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *21*(1), 57–75. https://doi.org/10.1177/1079063208326928
- Fernandez, Y. M., & Marshall, W. L. (2003). Victim Empathy, Social Self-Esteem, and Psychopathy in Rapists. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *15*(1), 11–26. https://doi.org/10.1177/107906320301500102
- Fernandez, Y. M., Marshall, W. L., Lightbody, S., & O’Sullivan, C. (1999). The Child Molester Empathy Measure: Description and Examination of Its Reliability and Validity. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *11*(1), 17–31. https://doi.org/10.1177/107906329901100103
- Geer, J. H., Estupinan, L. A., & Manguno-Mire, G. M. (2000). Empathy, social skills, and other relevant cognitive processes in rapists and child molesters. *Aggression and Violent Behavior*, *5*(1), 99–126. doi. pii/S1359178998000111

- Gonçalves, R. (2007). Promover a mudança em personalidades anti-sociais: Punir, tratar e controlar. *Análise Psicológica*, 4, 571–583. Retrieved from http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-82312007000400003&script=sci_arttext
- Gonçalves, R., & Vieira, S. (2005). A avaliação do risco de violência sexual, (253), 65–80. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4233>
- Keown, K., Gannon, T. a., & Ward, T. (2010). What's in a measure? A multi-method study of child sexual offenders' beliefs. *Psychology, Crime & Law*, 16(1-2), 125–143. doi:10.1080/10683160802622022
- Kvam, M. H. (2000). Is sexual abuse of children with disabilities disclosed? A retrospective analysis of child disability and the likelihood of sexual abuse among those attending Norwegian hospitals. *Child Abuse and Neglect*, 24, 1073–1084. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00159-9](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00159-9)
- Looman, J., & Abracen, J. (2010). Comparison of measures of risk for recidivism in sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(5), 791–807. <https://doi.org/10.1177/0886260509336961>
- Looman, J., Dickie, I., & Abracen, J. (2005). Responsivity issues in the treatment of sexual offenders. *Trauma, Violence & Abuse*, 6(4), 330–53. <https://doi.org/10.1177/1524838005280857>
- Marshall, W & Fernandez, Y. (2000). Phallometric testing with sexual offenders: Limits to its value. *Clinical Psychology Review*. 20. 807-22. 10.1016/S0272-7358(99)00013-6.
- Marshall, W. & Marshall, L. (2010). Can treatment be effective with sexual offenders or does it do harm? A response to Hanson (2010) and Rice (2010). *Sexual Offender Treatment*.
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 257-275). New York: Plenum.
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 257-275). New York: Plenum.
- Marshall, W. L., Anderson, D., & Fernandez, Y. M. (1999). *Cognitive-behavioral treatment of sex offenders*. New York:Wiley
- Marshall, W. L., Marshall, L. E., Sachdev, S., & Kruger, R.-L. (2003). Distorted attitudes and perceptions, and their relationship with self-esteem and coping in child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(3), 171–81. Retrieved from

- <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12889322>
- O Ciardha, C., & Ward, T. (2013). Theories of cognitive distortions in sexual offending: what the current research tells us. *Trauma, Violence & Abuse, 14*, 5–21. <https://doi.org/10.1177/1524838012467856>
- Peckham, N. G. (2007). The Vulnerability and sexual abuse of people with learning disabilities. *British Journal of Learning Disabilities, 35* (2), 131–7. <https://doi.org/10.1111/j.1468-3156.2006.00428.x>
- Pervan, S., & Hunter, M. (2007). Cognitive distortions and social self-esteem in sexual offenders. *Applied Psychology in Criminal Justice, 3*(1), 75–91.
- Quinsey, V.L., Harris, A.J., Rice, M.E., & Cormier, C. (2006). *Violent Offenders: Appraising and Managing Risk*. (2nd ed.) Washington DC: American Psychological Association
- Reilly, G. O., Carr, A., Murphy, P., & Cotter, A. (2010). A Controlled Evaluation of a Prison-Based Sexual Offender Intervention Program. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 22*(1), 95–100. <https://doi.org/10.1177/1079063209358107>
- Seto, M. C., & Fernandez, Y. M. (2011). Dynamic risk groups among adult male sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 23*(4), 494–507. <https://doi.org/10.1177/1079063211403162>
- Sistema de Segurança Interna. (2019). *Relatório anual de segurança interna ano 2018*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>
- Noon, Edward. (2018). Interpretive Phenomenological Analysis: An Appropriate Methodology for Educational Research? *Journal of Perspectives in Applied Academic Practice, 6*. [10.14297/jpaap.v6i1.304](https://doi.org/10.14297/jpaap.v6i1.304).
- Smith, J. A., & Osborn, M. (2004). Interpretative phenomenological analysis. In G. M. Breakwell (Ed.), *Doing social psychology research* (p. 229–254). British Psychological Society; Blackwell Publishing.
- Ward, T., Hudson, S. M., Johnston, L., & Marshall, W. L. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: an integrative review. *Clinical Psychology Review, 17*(5), 479–507. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9260038>
- Ward, T., Keown, K., & Gannon, T. A. (2007). Cognitive distortions as belief, value and action judgments. In T. A. Gannon, T. Ward, A. Beech & D. Fisher (Eds.), *Aggressive Offenders' Cognition: Theory, Research and Practice*. Sussex, UK: Wiley.

Discussão Global dos Resultados e Conclusões

1. Discussão e Conclusões

A presente investigação teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento do conhecimento acerca das características associadas à perpetração de violência sexual em grupos com especial vulnerabilidade. Para tal, os objetivos específicos definidos foram: desenvolver um Modelo exploratório baseado na técnica dos perfis criminais, que permitisse descrever as práticas abusivas, relação com as vítimas e oportunidade, assim como a capacidade de assumir a responsabilidade pelos crimes (Artigo 1); identificar e descrever o conteúdo das narrativas dos indivíduos condenados por abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, permitindo definir diferenças/especificações em comparação com outras tipologias de agressores (Artigo 2); analisar as relações hierárquicas entre distorções cognitivas, estratégias de *coping* sexuais e atitudes sexuais, recorrendo às diferenças entre uma amostra forense e não-forense na construção de um Modelo Preditivo Hierárquico (Artigo 3).

Para o cumprimento desses objetivos, foram desenvolvidos três artigos empíricos, sendo que os seus principais resultados serão resumidos e discutido de seguida:

Através dos resultados do artigo 1, concluímos que em 60.6% dos casos analisados no *Cluster 2 - Indiscriminate*, os agressores beneficiam de uma relação familiar privilegiada, sendo os filhos o principal alvo de agressão sexual. Diversos autores têm vindo a obter resultados semelhantes (e.g. Groth et al., 1978; Terry & Tallon, 2004; Soeiro, 2009; Lehman et al., 2014), centrando as suas explicações no potencial de acesso às vítimas. Esta dinâmica traduz-se numa capacidade de ultrapassar as resistências de contacto com as potenciais vítimas, não ocorrendo o recurso à gratificação/aliciamento, tal como enfatizado por Peckman (2007). Contudo, importa salientar que o ora exposto não exclui os contactos de agressores extrafamiliares, como teremos ainda oportunidade de discutir.

Paralelamente, e reforçando a questão da proximidade às vítimas, ao serem somadas as percentagens relativas aos abusadores intrafamiliares da nossa amostra, constatamos que 78.8% dos sujeitos mantêm com a vítima uma relação de confiança e proximidade, sendo isto consistente com o descrito por Groth e colaboradores (1978). Mais recentemente, outros autores como Lehman e colaboradores (2014) ilustraram este tipo de agressores como não preferenciais de crianças/adolescentes. Na perspetiva destes autores, estes agressores ao estarem sujeitos uma intensa procura pela gratificação sexual, poderão aproveitar-se da sua condição privilegiada para fazer valer o ascendente de confiança e dependência (emocional e financeira) que possuem face às vítimas. Adicionalmente, e com o mesmo tipo de abordagem, e tendo por base a tipologia com mais expressão na nossa investigação (que remete para a procura pela

gratificação rápida de um impulso sexual) devemos refletir acerca da relevância das atitudes sexuais, quer na base de consolidação do desenvolvimento psicosssexual, quer nos processos/mecanismos de pensamento da passagem ao ato. Aqui, à semelhança do defendido no Modelo da motivação-facilitação (Seto, 2017), os sujeitos da nossa amostra tendem a dar resposta a um intenso envolvimento sexual, surgindo alicerçada na instrumentalização, com ausência de envolvimento emocional. Isto é, quando comparadas as duas tipologias intrafamiliares [obtidas no nosso estudo], verificamos que os que argumentam estar sob o efeito de substâncias [álcool] (*Cluster 1*) aquando da perpetração do crime, procuram uma gratificação mais rápida, recorrendo a cópula completa, com sexo oral, e vaginal. Estes indivíduos poderão ser enquadrados como mais impulsivos, o que descreve um dos traços recorrentemente identificado em agressores sexuais presentes em alguns estudos deste tipo (e.g. Cortoni & Marshall, 2001; Robertiello & Terry, 2007). Estes traços poderão ainda ter sido acentuados pelo alegado consumo de substâncias, funcionando assim como desinibidor na passagem ao ato. A este nível, devemos questionar-nos se esta não poderá ser uma tentativa do abusador se colocar numa situação de não responsabilidade, por via de intoxicação de substâncias, passando este a ser um ato racional, em detrimento de um processo inconsciente, automático e de retribuição imediata, que desencadeie a passagem ao ato.

Com referência ao até aqui descrito, importa analisar alguns detalhes específicos dos abusadores do *Clusters 2*, igualmente intrafamiliares. Estes são fundamentalmente progenitores (ou assumem a posição de figura parental), sujeitam as suas vítimas a um processo gradual do tipo de práticas sexuais, iniciando os contactos com diferentes tipos de estimulação, para depois progredir para a agressão penetrativa. Isto sugere que na nossa amostra, este grupo de agressores procura construir na vítima, um referencial de normalização da situação, procurando, por uma via não violenta (i.e., física) a consumação do ato. Tais estratégias permitem sustentar um contínuo de agressão, com recurso a abusos frequentes, verificando-se na nossa amostra que poderia acontecer cerca de uma vez por semana. Estes resultados apresentam-se consistentes com a análise realizada por Svensson, Baer e Silva (2018) onde descrevem um padrão semelhante, com um crescimento diretamente proporcional da frequência dos abusos face à maior proximidade relacional (e.g. familiar), contexto e estratégias utilizadas pelos agressores. Este facto ilustra que, independentemente dos impulsos sexuais e mecanismos que condicionam o comportamento sexual agressivo, a facilidade de acesso às vítimas, surge na nossa amostra como uma condição expressiva à perpetração do abuso. Os resultados mostram ainda que estes indivíduos tendem a não recorrer, habitualmente, a violência ou ameaça. Demonstram-se assim alinhados com a perspetiva de que os abusadores sexuais intrafamiliares tendem a apresentar menos características antissociais, em comparação com os extrafamiliares, facto sustentado

pela investigação acerca dos traços de personalidade em agressores sexuais (e.g. Marshall & Barbaree, 1999; Ward & Siegert, 2002; Seto, Babchischin, Pullman & McPhail, 2015).

Não obstante do até agora referido, importa refletir até que ponto esta proximidade com o agressor, que é tida como uma vulnerabilidade adicional da vítima em alguma literatura (Payne, 2009; Brozowski & Hall, 2010; Soares et al., 2010), será um fator preponderante na passagem ao ato, ao ser identificada pelo agressor. Entendemos que o este último beneficia de dois períodos de aproximação à vítima. O primeiro, em que procura compreender e analisar a possibilidade de passagem ao ato, tal como defendido por Casteel, Martins, Smith, Gurka e Kupper (2008) e um segundo, em que procura normalização, por forma a alcançar a manutenção desse comportamento à semelhança do encontrado em alguns estudos (Hughes et al., 2012; Basile, Breiding & Smith, 2016). Ao estabelecermos uma analogia com as características cognitivas das vítimas, e neste caso, remetendo para a perspetiva de vulnerabilidade por via de algum tipo de deficiência cognitiva, os agressores identificados nesses contextos, poderão percecioner um menor risco de serem apanhados. Esta perspetiva é descrita por Karkošková (2015) onde defende que alguns agressores poderão ter expectativas de que em detrimento da idade ou da condição intelectual, a credibilidade dos relatos das vítimas possa ser posta em causa, ou ainda que estas não sejam capazes de as descrever adequadamente, permitindo enquadrá-la legalmente como uma situação de abuso sexual. Assim sendo, numa fase inicial, o agressor tenderá a analisar a possibilidade de acesso à vítima (e.g. Modelo das pré-condições de Finkelhor, 1984), visto que esta se encontra sob a sua responsabilidade. Seguidamente, as tentativas de aproximação física à vítima poderão ser facilmente assumidas como uma expressão de carinho ou amor, dada a afinidade e elo de confiança, tendencialmente existentes no contexto familiar. Nestas circunstâncias, também o agressor não tenderá a recorrer a formas mais violentas de obter a gratificação sexual, visto que esta poderá não ser percecionada como lesiva pela vítima (Karkoškov, 2015).

No grupo de agressores definidos como *Indiscriminate* e que dizem respeito ao *Cluster 2*, verifica-se que tendem a negar o crime, o que poderá ter relação com o facto de ao serem associados a situações onde ocorreram práticas reiteradas e contínuas, provocariam uma perda de consistência acerca da posição assumida de que se teria tratado de uma situação impulsiva e momentânea (i.e. isolada), tal como mencionado nas Teorias Implícitas (Ward & Keenan, 1999) e que tendem a estar alicerçadas num discurso que procura a manutenção da imagem social. Por comparação, e na mesma linha de raciocínio associada à aproximação e acessibilidade à vítima, o *Cluster 1 – Regressed* é o que apresenta uma percentagem de casos imediatamente a seguir ao *Indiscriminate*.

Adicionalmente, verificamos que os abusadores da nossa amostra, que admitem o crime,

apresentam baixa autocrítica. Na verdade, quando comparados os dois *Clusters*, esta negação e assunção sem autocrítica, não parecem estar afastadas. Recorrendo à ideia de existência mecanismos internos de proteção do sujeito, e onde se integra normalmente a existência de distorções cognitivas, esta apresenta-se como um conjunto de processos conscientes ou inconscientes, funcionando como uma forma de se protegerem da opinião e/ou julgamento de terceiros (Mann & Beech, 2003).

Constatamos ainda, que ao nível dos tipos de abuso presentes nos *Clusters* 1 e 2, não existem evidências de uma preferência por crianças. O que poderá significar a procura em substituir a figura do adulto por uma criança, não pelos seus atributos físicos, mas antes pela sua condição de acessibilidade. Curiosamente, e contrariamente ao defendido por alguns dos Modelos mais conhecidos (e.g. Marshall & Barbaree; Siegert & Ward, 2002), não parecem existir problemáticas específicas ao nível da manutenção das relações interpessoais. Isto verifica-se pelo facto de uma parte significativa dos sujeitos de ambos os perfis, estarem, à data dos abusos, numa relação de conjugalidade/intimidade. Adicionalmente, remete-nos para que, à semelhança do estudo de Ward e Siegert (2002) em que os agressores apresentavam maiores níveis de impulsividade (52%) do que défices relacionais/intimidade (13%), também os agressores da nossa amostra não são caracterizados especificamente por terem défices deste último tipo. Fundamentalmente, admite-se que o elemento central ao abuso na generalidade dos casos, deriva de uma instrumentalização sexual, de procura pela gratificação rápida e com ausência de ligação emocional, sendo esse facto desprovido do interesse específico pelas características físicas ou intelectuais da vítima, tal como defendido por Marshall, Anderson & Fernandez, 1999; Fernandez, Marshall, Lightbody & O'Sullivan, 1999. Contudo, importa salientar que este tipo de défices estão presentes, ainda que configurem apenas em 1.5% dos casos incluídos no perfil extrafamiliar do *Clusters* 3 - *Inadequate* e onde o défice de competências a este nível é mais evidente.

Ao analisarmos o perfil anterior, verificamos que é neste que se encontram presentes alguns dos percursos explicativos do comportamento que podem influenciar a procura de um elemento securizante, como a criança. Este facto é melhor explicado, por exemplo, pela perspectiva de Ward e Keenan (1999) ao defenderem que na presença de dificuldade relacionadas com o relacionamento interpessoal/interpares e de vulnerabilidade ao meio social, os sujeitos poderiam procurar aproximar-se sexualmente de menores, como forma de reduzir o potencial de impacto negativo a que se sentem expostos. Adicionalmente, não existem indicadores na nossa amostra que sugiram, a existência ativação sexual específica (i.e. características físicas das crianças), manifestando-se compatível face a um contínuo de literatura científica sobre este tema (e.g. Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000; Ó Ciardha &

Ward, 2013).

Ao nível da intensidade da violência, o *Cluster 4* descreve um grupo compatível com as tipologias de agressores descritos na literatura (e.g. Groth & Burgess, 1977; Wortley & Smallbone, 2016) como tendo maior diversidade criminal, tendendo a ocorrer violência física e ameaças mais graves durante e após o abuso. Nesta medida a perspectiva do Modelo de Confluência de Malamuth (1986) dá maior suporte ao facto da esfera antissocial e dos défices empáticos terem um papel relevante nas situações mais graves (Ward & Siegert, 2002; Gannon, Terriere & Leader; 2012), o que já seria previsível, dadas as características mais violentas dos atos perpetrados.

Atendendo aos resultados obtidos no Artigo 1, e das conclusões que daí decorreram, permitiu-nos verificar que o exercício/esforço cognitivo, utilizado na justificação/legitimação dos comportamentos está fortemente presente nos sujeitos da nossa amostra, sendo por isso relevante consolidar o seu papel aquando de uma primeira abordagem à avaliação de indivíduos que agrediram sexualmente vítimas incapazes de resistência por razão de anomalia psíquica ou física, sobre os quais não se verifica existir literatura que sustente, por exemplo, a intervenção na redução da reincidência.

Neste sentido, o papel das distorções cognitivas como recurso à legitimação e/ou minimização dos comportamentos deste tipo de agressores pretendia ser respondida através de um estudo empírico (Artigo 2) que permitisse compreender o conteúdo das narrativas destes sujeitos e de que forma estas poderiam, ou não, se enquadradas com o Modelos Teóricos existentes.

Através das entrevistas a quatro sujeitos condenados por estes crimes verificamos que o álcool é reiteradamente apresentado como justificação para a passagem ao ato, dando resposta impulso sexual, já anteriormente descrito por diversos autores (e.g. Marshall, Anderson & Fernandez, 1999; Fernandez, Marshall, Lightbody & O'Sullivan, 1999; Fernandez & Marshall, 2000; Cortoni & Marshall, 2001; Fernandez & Marshall, 2003). Também a perspectiva de Ausência de Dano está presente, emergindo a evocação das vítimas como sujeitos capazes de se autodeterminar sexualmente, o que já havia sido descrito na literatura (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000) e que na nossa amostra é consolidada, ainda que surja num contexto criminal diferente, mas aparentemente sustentado por um regime de crenças semelhante.

Contudo, e estabelecendo outras comparações entre a literatura de referência e os nossos resultados, verificou-se que à semelhança do estudo do nosso Artigo 1, os sujeitos teriam estado recentemente envolvidos em relações de intimidade, dando espaço a contestar os défices relacionais elementos centrais à nossa amostra. Ainda assim, nesta amostra fica clara a influência da sexualidade na vida dos sujeitos, sendo que além de descreverem práticas sexuais

recorrentes, de frequência diária e tida por satisfatória, um dos sujeitos admite, ainda assim, fazer recurso à prostituição. Este facto tem sido observado por outros autores (cf. Robertiello e Terry, 2007), que remetem a preocupação sexual e o esforço de realização na procura por novos parceiros, como um meio para o desenvolvimento de condutas sexuais agressivas. Essa procura pela gratificação sexual reforça a natureza impessoal dos relacionamentos com maior risco de violência sexual (Quinsey et al., 1998, Gonçalves, 2005, Tharp et al., 2013).

No quadro dos défices relacionais e de autoimagem identificados na nossa amostra, surge-nos a presença de um único sujeito com défices motivacionais e de envolvimento, e que se traduzem em perda de autoestima. O ora descrito, está em consonância com a literatura (Marshall, Anderson & Fernandez, 1999; Fernandez, Marshall, Lightbody & O'Sullivan, 1999), remetendo para o direito à agressão e à busca pela gratificação sexual, que constituem características comumente presentes nos agressores sexuais.

Embora existam vários estudos sobre agressão sexual em Portugal (cf. Soeiro, 2009; Rebocho & Gonçalves, 2012), não foi possível identificar uma análise semelhante à tipologia criminal aqui descrita. Na nossa perspetiva, o abuso sexual de uma pessoa incapaz de resistência parece ser praticado por indivíduos que, na sua globalidade, recorrem ao mesmo tipo de esquemas cognitivos geralmente identificados na literatura (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000) ainda que estejam essencialmente alicerçados numa premissa de capacidade dos sujeitos se autodeterminarem sexualmente.

Acreditamos que os Modelos explicativos mencionados poderão sustentar uma intervenção mais objetiva e direcionada nessa tipologia de agressores. Após a análise dos relatos dos sujeitos, verifica-se a presença de distorções cognitivas associadas à justificação dada para o seu comportamento por causas internas, externas e/ou incontroláveis (e.g., sedução pela vítima, consumo de álcool) ou a legitimidade do comportamento (e.g. ausência de dano; capacidade de consentimento da prática sexual). Essa ideia está ancorada em alguns estudos (c.f. Hudson & Ward, 2000; Biddley & Beech, 2003) que admitem que a perspetiva de incontrolabilidade pode surgir associada a um mecanismo interno de gerenciamento de conflitos causado por exposição/condenação social em vista da perpetração de abuso sexual. Constatamos também, uma clara necessidade de aprofundar questões de vinculação (Sullivan & Beech, 2003; Ward, et al., 2006) e versatilidade criminal (Groth et al., 1982; Terry & Tallon, 2004), pois existem evidências de défices significativos nos quatro casos analisados. Os alegados impulsos sexuais incontroláveis podem ser relevantes, uma vez que todos os sujeitos sugerem grande interesse e desejo sexual. Contudo, dadas as diferenças na frequência e natureza dos mesmos, não foi possível esclarecer o quão satisfatórios e recompensadores se apresentam para estes sujeitos. Paralelamente, persiste a questão de estes poderem estar enquadrados num

padrão de hipersexualidade, o que se traduziria, na nossa perspectiva, num fator de risco para o desenvolvimento de impulsos sexuais disruptivos.

Por fim, no que concerne ao artigo 3, realizou-se a análise de associações entre distorções cognitivas, do sexo como estratégia de *coping* e das atitudes, antecipando-se a existência de correlações significativas entre as variáveis dadas as afinidades descritas na literatura (Feelgood, Cortoni & Thompson, 2005; Ward, Gannon e Keown, 2006; Geiger & Fischer, 2017). Embora autores como Marshall e Barbaree (1990) se refiram ao Sexo Impessoal como um elemento presente em vários agressores sexuais, nos nossos resultados, o correspondente a essa subescala das Atitudes Sexuais “Sexo Impessoal” não apresentou correlações significativas. Assim sendo, a ausência de correlações poderá ser justificada pela estreita relação entre o agressor e a vítima, eliminando incentivos ou gratificações no contato sexual. Cumulativamente, os resultados obtidos para a Subescala “Permissividade Sexual” ao ter na sua explicação, a ilustração de situações relacionadas com a resposta dos sujeitos às fantasias sexuais e à busca de outras práticas menos convencionais [que derivam de uma busca pela exploração de novas dinâmicas sexuais], apresentam consistência com o que debatido por outros autores (Wortley & Smallbone, 2001; Schaaf et al., 2019) que têm vindo a descrever a presença de fantasias sexuais desviantes associadas a práticas de natureza violenta.

Ao analisar as diferenças entre as duas amostras, no que remete para o Sexo como Estratégia de *coping*, concluímos que a diferença significativa encontrada está no nível de Estratégias de Natureza Consensual (i.e., fantasias consensuais, com adultos e sem recorrer à violência), onde os agressores apresentam pontuações médias mais baixas do que a amostra da comunidade. Este dado é parcialmente semelhante ao encontrado na literatura (Cortoni & Marshall, 2001; Seto & Fernandez, 2011; Jung & Jamieson, 2014; Merdian, 2014), sendo que na nossa investigação quando comparados com a amostra não-forense, os sujeitos condenados tendem a ter apenas uma maior ativação nos padrões disruptivos, não consensuais.

Com relação às capacidades preditivas do Modelo de Rede Neural Artificial, reforçamos a relevância na identificação de padrões hierárquicos entre variáveis (i.e. distorções cognitivas, atitudes sexuais e estratégias de *coping* sexual), tendo ainda sido possível discriminar com uma acuidade de 82.3%, a probabilidade destes serem provenientes de um grupo de forense ou não-forense.

Paralelamente, e alinhado com o enfatizado por Ward, Gannon e Keown (2006), surge o uso do Sexo como Estratégia de *Coping*, associado a fantasias e comportamentos de violência sexual e, mais especificamente, abuso sexual, apresentando maior impacto do que as Atitudes Sexuais. Ainda que as atitudes analisadas não sejam específicas para populações, demonstraram desempenhar um papel relevante, associado à Permissividade Sexual e Instrumentalização,

sendo que no que diz respeito à última, se antevia essa possibilidade, dada a forte relação identificada na literatura (Ward & Keenan, 1999; Ward, 2000; 2009) entre procura pela gratificação sexual imediata e ausência de um foco preferencial face ao tipo de vítima.

Os resultados obtidos remetem para uma abordagem a um tema que não foi, até ao momento, abordado pela literatura internacional de forma concreta. Isto é, embora exista uma visão clara por parte das estruturas e organismos nacionais e internacionais, acerca da vulnerabilidade acrescida a que vítimas com deficiência física e/ou intelectual estão sujeitas, nada se sabe sobre os seus agressores, surgindo o assim o estudo presente no Artigo 2 como pioneiro e com a sua pertinência justificada pela necessidade de se ser incisivo [para fins de intervenção] ao nível do conteúdo das narrativas que descrevem o seu envolvimento no comportamento violento (e.g. tentativa de justificação/legitimação do mesmo). A escassez de sujeitos a cumprir penas por este tipo de crime em Portugal [14 sujeitos à data execução do estudo], de todo significa que este seja um crime sem expressão, mas antes, fustigado pelas cifras negras. Tendo em conta que cerca de 18% da população nacional possui algum tipo de limitação física e/ou intelectual (Censos, 2011) e que alguns estudos internacionais (e.g. Powers, Curry, Saxton, Powers & Oswald, 2008; Longobardi & Badenes-Ribera, 2018) apresentam dados de vitimação entre os 19% e os 52%, o investimento nesta linha de investigação apresenta-se como sendo de extrema e urgente relevância.

Face ao referido e com base na análise de campo (i.e. consulta processual), admitimos que a grande maioria dos sujeitos condenados em Portugal por crimes que seriam enquadráveis nestas tipologias, são na verdade condenados por um crime de abuso sexual de pessoa dependente, sendo residuais os casos onde essa distinção é feita pelo Sistema de Justiça. Ainda assim, fica claro, aquando do recurso às entrevistas com este tipo de agressores, que as narrativas versam sob a mesma premissa de legitimação, ainda que procurem e estabeleçam outros nexos de causalidade.

Além dos contributos decorrentes da análise a uma tipologia de crime com um nível de investigação quase incipiente, acrescenta-se o recurso a um Modelo de Predição Hierárquico, que procurou consolidar a ideia de que não só elementos cognitivos são centrais à agressão, como também as atitudes sexuais mais disruptivas. Estas últimas manifestam-se essencialmente ao nível da instrumentalização dos contactos sexuais, de natureza impessoal. Os nossos resultados permitiram ainda concluir que estes poderão estar igualmente presentes aquando da tentativa de regulação dos processos emocionais que decorrem do quotidiano dos agressores. Desta forma, os sujeitos tendem a recorrer a comportamentos disruptivos, como forma de redução de impactos negativos através de estímulos prazerosos.

Acreditamos que estes resultados espelham o objetivo principal do trabalho, ao

definirem um conjunto de tipologias de agressores de vítimas sujeitas com especial vulnerabilidade por força das suas características físicas e psicológicas. Surge assim uma resposta exploratória a uma lacuna da literatura científica o que permitirá abrir portas a uma intervenção mais específica com agressores deste tipo, especialmente ao nível da dissolução dos fatores que sustentam a manutenção do comportamento, onde os fatores percetivos/cognitivos surgem com um papel preponderante.

2. Limitações

Os resultados deste trabalho fornecem um contributo para o estudo da agressão sexual em Portugal. Embora os dados obtidos abram novas direções de investigação e consolidem a literatura internacional na sua transposição para o contexto nacional, verificaram-se algumas limitações relacionadas com a amostra, mais concretamente, as suas características e o modo como condicionaram o uso de outros tipos de testes estatísticos, pois poderiam conferir uma maior robustez às conclusões apresentadas. Contudo, importa reforçar que os resultados são, ainda assim, relevantes, visto que ainda que tenha sido obtidos através de um número de participantes abaixo do que inicialmente se pretendia, se demonstraram significativos.

Analisando limitações específicas em cada artigo, constamos que ao nível do artigo 1, embora os registos existentes fossem em maior número, face aos obtidos, a pretensão inicial visava a articulação entre os registos recolhidos e as entrevistas e instrumentos aplicados. Dada a natureza da amostra e o desgaste dos reclusos devido à recorrência nos pedidos de investigação, encontraram-se algumas barreiras de participação a nível motivacional. A generalização dos resultados fica assim limitada face ao potencial esperado inicialmente. Não obstante, o Modelo com a proposta de tipologias de abusadores sexuais de crianças demonstrou ter uma boa capacidade de distinção entre grupos. Paralelamente, além dos resultados de estatística descritiva, obtiveram-se resultados inferenciais, que permitiram enquadrar os perfis criminais, com base nas características das ações praticadas. Kocsis (2009) enfatiza que o recurso a este tipo de análise estatística-permite a elaboração de Modelos conceptuais, de validade preditiva, muitas vezes apresentando limitações metodológicas semelhantes ao ora exposto.

No artigo 2, a impossibilidade de recorrer a um gravador por forma a transcrever integralmente as entrevistas, tal como é sugerido por Smith (2014), foi o principal obstáculo. Contudo, o facto do primeiro autor ter sólida experiência na entrevista forense e prática em dirigi-la sem recurso a gravador (dado ser um constrangimento habitualmente encontrado na sua prática profissional - quer seja pela proibição institucional do uso ou pelo não consentimento do avaliado) permitiu a recolha de informação de forma eficaz. À exceção da gravação, foram cumpridos todos os passos da Análise Ideográfica Interpretativa. Neste sentido, consideramos

ter alcançado o objetivo deste tipo de metodologia, que visa permitir uma análise das narrativas dos sujeitos, tendo estas especial relevância, dado que se desconhece que alguma vez tenha sido aplicada a sujeitos condenados por este tipo de crime.

Relativamente ao artigo 3, verificaram-se novamente dificuldades nos testes estatísticos potencialmente utilizáveis com os quaisse pretendia realizar análise de diferenças, associação e de influência causal. Contudo, uma vez que, tal como referido anteriormente, a amostra apresenta uma distribuição não-normal, sem perder amostra e sem *forçar* resultados estatísticos que ajustassem a distribuição amostral permitindo recorrer a testes paramétricos. Por forma a colmatar estes constrangimentos, optou-se por se recorrer a uma metodologia semi-paramétrica de regressão não linear, que para além de produzir resultados preditivos da presença da variável dependente (tipo de amostra) face às variáveis independentes (distorções cognitivas, sexo como estratégia de *coping* e atitudes sexuais) permite hierarquizar a sua dominância no desempenho preditivo dessas variáveis. Ao introduzirmos a metodologia da Análise de Redes Neurais, julgamos estar a disseminar um novo recurso estatístico para amostras forenses, dadas as típicas vulnerabilidades que decorrem das características intrínsecas dos sujeitos que as compõe, elevando a sua heterogeneidade. Relativamente às correlações obtidas, embora existentes apresentam fraca significância, embora esse elemento seja suficiente para o *design* do Modelo de redes neuronais.

3. Sugestões para Estudos Futuros

Sugerimos que, no futuro, os novos estudos considerem o recurso a amostras mais diversificadas. Seria desejável uma comparação entre grupos de agressores sexuais, outros tipos de crime e maior heterogeneidade em termos de qualificações académicas, profissionais e a idade dos sujeitos analisados, criando um equilíbrio consolidado entre os grupos da amostra. As narrativas obtidas a partir do artigo 2 também sugerem o interesse no aprofundamento do seu conteúdo. Dada a limitação de acesso a uma amostra deste tipo, a avaliação de indivíduos nouro tipo de medidas flexibilizadoras de liberdade (i.e., suspensão do processo ou da efetivação da pena) poderia melhorar o número de casos conseguidos. A comparação entre amostras de conveniência por áreas profissionais e eventualmente por sectores com competências decisórias na aplicação penal (e.g. magistratura, órgãos de polícia criminal, etc.) poderiam igualmente contribuir para não só diversificar a amostra, como também para facultar uma leitura da forma como eventualmente estas distorções evidenciadas pelos abusadores, possam ser rececionadas e geridas.

4. Referências

- Abdi, H., & Valentin, D. (2007). Multiple Correspondence Analysis. In N. Salkind (Ed.), *Encyclopedia of Measurement and Statistics*. 2455 Teller Road, Thousand Oaks California 91320 United States of America: Sage Publications, Inc. doi.org/10.4135/9781412952644.n299
- Abel, G. G., Becker, J. V, & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent, and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7(1), 89-103. doi.org/10.1016/0160-2527(84)90008-6
- Abel, G. G., Gore, D. K., Holland, C. L., Camps, N., Becker, J. V, & Rathner, J. (1989). The measurement of the cognitive distortions of child molesters. *Annals of Sex Research*, 2(2), 135-152. doi.org/10.1007/BF00851319
- Bard, L. A., Carter, D. L., Cerce, D. D., Knight, R. A., Rosenberg, R., & Schneider, B. (1987). A descriptive study of rapists and child molesters: Developmental, clinical, and criminal characteristics. *Behavioral Sciences & the Law*. 5, 203-220. doi:10.1002/bsl.2370050211
- BBC News (2010, September 3) *BBC News Online* retrieved from <https://www.bbc.com/news/world-europe-11179026> on 21 December 2019
- Bennell, C. & Alison, L. & Stein, K., Alison, E. & Canter, D. (2001). Sexual offenses against children as the abusive exploitation of conventional adult-child relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18, 155-171. 10.1177/0265407501182001
- Bickley, J., & Beech, A. R. (2001). Classifying child abusers: Its relevance to theory and clinical practice. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45, 51- 69. doi:10.1177/0306624X01451004
- Burgess, A., Groth, N., Holmstrom, L., & Sgroi, S. (1978). *Sexual assault of children and adolescents*. Lexington, MA: Lexington Books.
- Canter, D. V., & Heritage, R. (1990). A multivariate model of sexual offense behavior: Developments in 'offender profiling.' *The Journal of Forensic Psychiatry*, 1, 185-212. doi.org/10.1080/09585189008408469
- Canter, D., Hughes, D., & Kirby, S. (1998). Paedophilia: Pathology, criminality, or both? The development of a multivariate model of offence behaviour in child sexual abuse. *The Journal of Forensic Psychiatry*, 9(3), 532-555. doi.org/10.1080/09585189808405372
- Chopin, J., & Caneppele, S. (2019). Geocoding child sexual abuse: An explorative analysis

- on journey to crime and to victimization from French police data. *Child Abuse and Neglect*, 91, 116 -130. doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.03.001
- DeHart, D., Dwyer, G., Seto, M. C., Moran, R., Letourneau, E., & Schwarz-Watts, D. (2017). Internet sexual solicitation of children: a proposed typology of offenders based on their chats, e-mails, and social network posts. *Journal of Sexual Aggression*, 23(1), 77–89. doi.org/10.1080/13552600.2016.1241309
- Di Franco, G. (2016). Multiple correspondence analysis: one only or several techniques?. *Qual Quant* 50, 1299–1315. doi.org/10.1007/s11135-015-0206-0
- Finkelhor, D. (1984) *Child Sexual Abuse: New Theory and Research*. New York: Free Press
- Finkelhor, D. (1994). Current information on the scope and nature of child sexual abuse. *The Future of Children / Center for the Future of Children, the David and Lucile Packard Foundation*, 4(2), 31-53. doi: dx.doi.org/10.2307/1602522
- Finkelhor, D., Cuevas, C. A., & Drawbridge, D. (2016). The Four Preconditions Model. In *The Wiley Handbook on the Theories, Assessment and Treatment of Sexual Offending* (pp.25-51). Singapore: John Wiley & Sons Singapore Pte. Ltd. doi.org/10.1002/9781118574003.wattso002
- Gannon, T., Terriere, R., & Leader, T. (2012). Ward and Siegert’s Pathways Model of child sexual offending: A cluster analysis evaluation. *Psychology, Crime & Law*, 18(2), 129-153. doi.org/10.1080/10683160903535917
- Goodwill, A. M., Alison, L. J., & Beech, A. R. (2009). What works in offender profiling? A comparison of typological, thematic, and multivariate models. *Behavioral Sciences & the Law*, 27, 507-529. doi: 10.1002/bsl.867
- Goodwill, A. M., Lehmann, R. J. B., Beauregard, E., & Andrei, A. (2016). An action phase approach to offender profiling. *Legal and Criminological Psychology*, 21(2), 229-250. https://doi.org/10.1111/lcrp.12069
- Goodwill, A. M., Stephens, S., Oziel, S., Sharma, S., Allen, J. C., Bowes, N., & Lehmann, R. (2013). Advancement of criminal profiling methods in faceted multidimensional analysis. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 10, 71-95. doi.org/10.1002/jip.1388
- Goodwill, A., & Alison, L. (2007). When is profiling possible? Offense planning and aggression as moderators in predicting offender age from victim age in stranger rape. *Behavioral Sciences & the Law*, 25, 823-840. doi.org/10.1002/bsl.778
- Groth, A. N., & Birnbaum, H. J. (1978). Adult sexual orientation and attraction to underage persons. *Archives of Sexual Behavior*, 7(3), 175–181. doi.org/10.1007/BF01542377
- Groth, A. N., & Burgess, A. W. (1977). Motivational intent in the sexual assault of children.

- Correctional Psychologist*, 4(3), 253–264. doi.org/10.1177/009385487700400303
- Groth, A. N., Hobson, W. F., & Gary, T. S. (1982). The Child Molester: *Journal of Social Work & Human Sexuality*, 1(1–2), 129–144. doi.org/10.1300/J291v01n01_08
- Hall, G. C. N., & Hirschman, R. (1992). Sexual Aggression against Children. *Criminal Justice and Behavior*, 19(1), 8-23. doi.org/10.1177/0093854892019001003
- Howells, K. (1994). Child sexual abuse: Finkelhor's precondition model revisited. *Psychology, Crime & Law*, 1(3), 201-214. doi.org/10.1080/10683169508411956
- Knight, R. A. (2010). Typologies for rapists: The generation of a new structural model. In Schlank, A. (Ed.), *The sexual predator* (Vol. 4, pp. 17-28). New York, NY: Civic Research Institute.
- Knight, R. A., & Prentky, R. A. (1990). Classifying sexual offenders: The development and corroboration of taxonomic models. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Applied clinical psychology. Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (p. 23-52). Plenum Press.
- Knight, R. A., King, M. W. (2012). Typologies for child molesters: The generation of a new structural model. In Schwartz, B. K. (Ed.), *The sex offender: Current trends in policy and treatment practice* (Vol. 7, pp. 5-1-5-33). Kingston, NJ: Civic Research Institute.
- Knight, R. A., Prentky, R. A. (1990). Classifying sexual offenders: The development and corroboration of taxonomic models. In Marshall, W. L., Laws, D. R., Barbaree, H. E. (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 23- 54). New York, NY: Plenum Press.
- Kocsis, R. N. (2009). *Criminal profiling*. In R. N. Kocsis (Ed.), *Applied criminal psychology: A guide to forensic behavioral sciences* (p. 213–233). Charles C Thomas Publisher, Ltd..
- Lanning, K. V. (2010). Child molesters: A behavioral analysis (5th ed.). Retrieved from www.icmec.org/wp-content/uploads/2015/10/US-NCMEC-OJJDP-Child-Molesters-ABehavioral-Analysis-Lanning-2010.pdf
- Laws, D. R., & Marshall, W. L. (2003). A Brief History of Behavioral and Cognitive Behavioral Approaches to Sexual Offenders: Part 1. Early Developments. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(2), 75–92. doi.org/10.1177/107906320301500201
- Lehmann, R. & Goodwill, A. & Hanson, R. & Dahle, K.P.. (2014). Crime Scene Behaviors Indicate Risk-Relevant Propensities of Child Molesters. *Criminal Justice and Behavior*. 10.1177/0093854814521807.

- Liang, B., & Hu, M. (2018). A Typology of Sex Offending Against Minors: An Empirical Study of Rape and Molestation Cases in China. *Sexual Abuse, 30*(8), 951–974. doi.org/10.1177/1079063217715017
- Lyons, J., & Romano, E. (2019). Childhood Sexual Abuse Profiles and Psychological Functioning in Adult Males. *Journal of Child Sexual Abuse, 28*(5), 544–563. doi.org/10.1080/10538712.2018.1563263
- Marshall W.L., Barbaree H.E. (1990) An Integrated Theory of the Etiology of Sexual Offending. In: Marshall W.L., Laws D.R., Barbaree H.E. (eds) Handbook of Sexual Assault. Applied Clinical Psychology. Springer, Boston, MA
- Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child Sexual Abuse: Toward a Conceptual Model and Definition. *Trauma, Violence, & Abuse, 20*(2), 131–148. doi.org/10.1177/1524838017738726
- Ó Ciardha, C., & Ward, T. (2013). Theories of Cognitive Distortions in Sexual Offending. *Trauma, Violence, & Abuse, 14*(1), 5–21. doi.org/10.1177/1524838012467856
- Pérez Ramírez, M., Sánchez López, M., Giménez-Salinas Framis, A., & de Juan Espinosa, M. (2018). Stranger rape: classifying Spanish sexual offences using multiple correspondence and cluster analyses. *Journal of Sexual Aggression, 24*(2), 225–239. doi.org/10.1080/13552600.2018.1504554
- Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2012). Sexual Predators and Prey. *Journal of Interpersonal Violence, 27*(14), 2770–2789. doi.org/10.1177/0886260512438280
- Robertiello, G., & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior, 12*(5), 508–518. doi.org/10.1016/j.avb.2007.02.010
- Safarik John P Jarvis, M. E., & Nussbaum, K. E. (2002). *Sexual Homicide of Elderly Females Linking Offender Characteristics to Victim and Crime Scene Attributes. Homicide of Elderly Females: Society of Criminology Meetings* (Vol. 17).
- Schaaf, S., Jeglic, E. L., Calkins, C., Raymaekers, L., & Leguizamo, A. (2019). Examining Ethno-Racial Related Differences in Child Molester Typology: An MTC:CM3 Approach. *Journal of Interpersonal Violence, 34*(8), 1683-1702. doi.org/10.1177/0886260516653550
- Soeiro, C. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: Caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova, 4*, 1-15.
- Terry, K. J., & Tallon, J. (2007). *Child sexual abuse: A review of the literature*. New York: John Jay College of Criminal Justice. Retrieved from

<http://www.ccoso.org/library%20articles/litreview.pdf>

- Ward, T., & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior, 11*(1), 44–63. doi.org/10.1016/j.avb.2005.05.002
- Ward, T., & Casey, A. (2010). Extending the mind into the world: A new theory of cognitive distortions in sex offenders. *Aggression and Violent Behavior, 15*(1), 49–58. doi.org/10.1016/j.avb.2009.08.002
- Ward, T., & Hudson, S. M. (2001). Finkelhor's precondition model of child sexual abuse: A critique. *Psychology, Crime & Law, 7*(4), 291-307. doi.org/10.1080/10683160108401799
- Ward, T., & Keenan, T. (1999). Child Molesters' Implicit Theories. *Journal of Interpersonal Violence, 14*(8), 821–838. doi.org/10.1177/088626099014008003
- Ward, T., & Siegert, R. J. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology, Crime & Law, 8*(4), 319–351. doi.org/10.1080/10683160208401823
- Ward, T., Polaschek, D. L. L., & Beech, A. R. (2006). *Theories of sexual offending*. (U. of L. Holin, Clive R. (Clinical Division of Psychiatry & C. U. McMurrin, Mary (School of Psychology, Eds.). Wiley.
- Waterhouse, G. F., Reynolds, A., & Egan, V. (2016). Myths and legends: The reality of rape offences reported to a UK police force. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context, 8*(1), 1–10. doi.org/10.1016/j.ejpal.2015.04.001
- World Health Organization (1999). Violence and Injury Prevention Team & Global Forum for Health Research. *Report of the Consultation on Child Abuse Prevention* retrieved from apps.who.int/iris/handle/10665/65900
- Wortley, R., & Smallbone, S. (2006). Applying Situational Principles to Sexual Offenses against Children. Retrieved from www.researchgate.net/publication/29462196

5. Anexos

ANEXO A - Consentimento Informado



Termo de Consentimento Informado

Esta investigação insere-se no âmbito do programa de Doutoramento em Psicologia do ISPA-IU, tendo como objetivo a análise de processos cognitivos (ex.: perceção, imaginação, pensamento) associados à sexualidade, assim como da forma como os participantes percebem o crime pelo qual foram condenados.

As respostas dadas pelos participantes são absolutamente confidenciais, não sendo o seu conteúdo comunicado aos serviços do Estabelecimento Prisional.

A sua participação é voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento, não tendo qualquer impacto ou influência no processo do participante no Estabelecimento Prisional.

Qualquer dúvida ou esclarecimento adicional poderá ser submetido para o seguinte endereço eletrónico de contacto: estudo.cognicaosexo@gmail.com.

Desde já agradecemos a sua disponibilidade para colaborar nesta investigação.

Investigador - Ricardo Baúto

Supervisor na investigação – Prof. Doutor Jorge Cardoso

Eu, _____, presto o meu consentimento para a participação no estudo supracitado.

Mais declaro ter sido devidamente informado dos termos em que o mesmo decorrerá, da relação imparcial e objetiva do investigador, assim como dos limites relativos à confidencialidade.

Do presente consentimento, serão lavrados dois exemplares, um dos quais ficará na minha posse, e o outro na posse do investigador.

Estabelecimento Prisional da Carregueira, ____ de _____ de 20__

O declarante,

Recebi o presente consentimento,

Data: _____ O/A técnico/a: _____

ANEXO B – Autorização realização de Investigação DGRSP



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)
Dr. Ricardo Jorge Ventura Baúto

DIAP Lisboa - Campus Justiça
Av. D. João II, nº 1.08.01
Edif. E, Piso 2 (7ª Secção - UCVD/GIAV)

1990 - 097 Lisboa

<i>V/ referência</i>	<i>N/ referência</i>	<i>Ofício N.º</i>	<i>Data</i>
		154/DSOPRE	05.09.2013

Assunto: Investigação Académica para Doutoramento em Psicologia pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Tenho a honra de informar V. Exa de que, por despacho do Senhor Director – Geral, Dr. Rui Sá Gomes, datado de 4/09/2013, e tendo em vista a realização de uma investigação académica, está autorizado a desenvolver a investigação, nos Estabelecimentos Prisionais da Carregueira, Linhó, Lisboa e Sintra.

Considerando o interesse do projeto, o estudo foi autorizado mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção dos Estabelecimentos Prisionais, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação da vida quotidiana do Estabelecimento;
- a consulta aos processos individuais, se faça em conformidade com o disposto no artº 17 da lei 51/2011, de 11 de Abril;
- a aplicação dos testes psicométricos se faça com a supervisão dos serviços clínicos e de reeducação do estabelecimento;
- a execução do trabalho esteja sempre dependente da disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua

ANEXO C – Autorizações de Utilização dos Instrumentos

RAPE and MOLEST use authorization

Caixa de entrada x



Ricardo Ventura Baúto <ricardobauto@gmail.com>
para bumbyk

terça, 22/04/2014, 14:46 ☆ ↶ ⋮

Dear Professor Kurt M. Bumby,

I am a phd student in clinical psychology at the Institute of Applied Psychology, Portugal. My initial training is forensic psychology, and now I'm more interested in intervention with offenders. I'm developing research in the area of cognitive distortions of sexual offenders and would like to use the Rape and Molest Scales in my research with a child sexual offenders and rapist sample. So come ask for authorization to use the instruments. At the end of the investigation will send you a copy of the results.

Thanks for your time.

My best regards,
Ricardo Ventura Baúto

...

[Mensagem reduzida] [Ver toda a mensagem](#)

Kurt Bumby <bumbyk@yahoo.com>
para mim

quarta, 23/04/2014, 03:33 ☆ ↶ ⋮

Detetar idioma > português Traduzir mensagem

Desativar para mensagens em: inglês x

Hello Ricardo,
So glad to hear of your research interests. Please feel free to use the scales as you'd like. Best of luck!
Regards,
Kurt

...

EAS

Caixa de entrada x



Ricardo Ventura Baúto <ricardobauto@gmail.com>
para valferes

quarta, 14/12/2011, 16:37 ☆ ↶ ⋮

Caro Professor Valentim Rodrigues Alferes,

Sou estudante de mestrado em psicologia forense e criminal no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.
Neste momento estou a desenvolver a minha dissertação de mestrado na área das distorções cognitivas em agressores sexuais e estou interessado em relacionar essa componente com as atitudes sexuais.
Neste sentido gostaria de solicitar autorização para a utilização da Escala de Atitudes Sexuais para fins de investigação académica.

Desde já o meu obrigado pelo tempo dispensado.

Os meus melhores cumprimentos,
Ricardo Ventura Baúto

...

[Mensagem reduzida] [Ver toda a mensagem](#)

Valentim R. Alferes <valferes@netcabo.pt>
para mim

sexta, 16/12/2011, 00:11 ☆ ↶ ⋮

Caro Ricardo,

Desde que faça as referências apropriadas no corpo do texto e na lista bibliográfica a inserir no final do trabalho, pode utilizar a escala à sua vontade.

Tudo o que precisa está aqui:

CUSI  Caixa de entrada x**Ricardo Ventura Baúto**


segunda, 31/03/2014, 01:02 ☆

Dear Professor Cortoni, I am a PhD student in Clinical Psychology at the Superior Institute of Applied Psychology in Portugal. I'm developing a project with con

Cortoni Franca <franca.cortoni@umontreal.ca>

segunda, 31/03/2014, 19:37 ☆ ↶ ⋮

para mim ▾

 inglês ▾ > português ▾ Traduzir mensagem

Desativar para mensagens em: inglês x

Dear Ricardo,

By all means, feel free to use the CUSI in your research with sexual offenders. It would be great if you could eventually inform me of the results of your research.

Best regards,

Franca Cortoni, Ph.D., C.Psych.

École de criminologie (School of Criminology)

Université de Montréal

Téléphone : 514-343-6582

Télécopieur (fax) : 514-343-5650

Courriel (email) : franca.cortoni@umontreal.ca

ANEXO D – Bumby Molest Scale

M.S. (Bumby, 1996, traduzido e adaptado por Baúto, Cardoso & Leal, 2014)

De seguida encontrará um conjunto de questões acerca da sua perspetiva sobre o relacionamento com crianças. Não existem respostas certas ou erradas, devendo apenas selecionar de entre as seguintes opções: **1- Discordo Fortemente; 2 - Discordo; 3 - Concordo; 4 - Concordo Fortemente.**

	Discordo	Discordo	Concordo	Concordo
1. Acredito que o sexo com crianças pode fazer com que a criança se sinta mais próxima dos adultos.	1	2	3	4
2. Uma vez que algumas vítimas dizem ao agressor que se sentem bem quando este lhes toca, a criança provavelmente gosta dele e provavelmente não a afetará muito.	1	2	3	4
3. Muitas das crianças que são agredidas sexualmente não experienciam nenhum problema grave por causa dos abusos	1	2	3	4
4. As vezes, tocar sexualmente numa criança é uma forma de demonstrar amor e carinho	1	2	3	4
5. Às vezes as crianças não dizem que não à atividade sexual porque se divertem ou estão curiosas sobre sexo.	1	2	3	4
6. Quando as crianças não dizem que estão envolvidas na atividade sexual com um adulto, é provável que tenham gostado ou não se tenham incomodado com isso	1	2	3	4
7. Ter pensamentos e fantasias sexuais sobre uma criança não é assim tão mau porque pelo menos não a magoa	1	2	3	4
8. Se uma pessoa não faz uso da força para ter contactos sexuais com uma criança, então não irá magoá-la	1	2	3	4
9. Algumas pessoas não são "verdadeiras" abusadoras de crianças - elas estão descontroladas e cometeram um erro	1	2	3	4
10. Apenas acariciar uma criança não é tão grave como penetrar uma criança, e provavelmente não a afetará tanto	1	2	3	4
11. Algumas relações sexuais com crianças são em muito parecidas com um relacionamento sexual adulto	1	2	3	4
12. Atividade sexual com crianças pode ajudar a criança a aprender sobre sexo	1	2	3	4
13. Eu acho que abusadores sexuais de crianças muitas vezes recebem sentenças mais longas do que deveriam	1	2	3	4
14. Crianças que são abusadas por mais de uma pessoa provavelmente fazem algo para atrair os adultos para si	1	2	3	4

15. A sociedade faz o assunto das atividades sexuais com crianças parecer maior do que realmente é	1	2	3	4
16. Às vezes, os abusadores de crianças sofrem mais, perdem mais ou são mais prejudicados, em resultado de uma situação de agressão sexual a uma criança, mais do que uma criança sofre, perde ou fica ferida	1	2	3	4
17. É melhor fazer sexo com o/a filho/a do que trair a esposa	1	2	3	4
18. Não há realmente manipulação ou ameaças em muitas das agressões sexuais a crianças	1	2	3	4
19. Algumas crianças gostam de sexo com adultos porque as faz sentirem-se queridas e amadas	1	2	3	4
20. Algumas pessoas gostariam de fazer sexo com os seus filhos.	1	2	3	4
21. Algumas crianças estão dispostas e ansiosas para ter atividade sexual com adultos	1	2	3	4
22. Durante as agressões sexuais contra crianças, alguns homens perguntam às suas vítimas se elas gostaram do que estavam a fazer porque queriam agradar a criança e fazê-las sentir-se bem.	1	2	3	4

23. Crianças que estiveram envolvidas em atividades sexuais com um adulto acabarão por superá-lo e continuarão com suas vidas	1	2	3	4
24. Algumas crianças podem agir de forma muito sedutora	1	2	3	4
25. Tentar estar longe das crianças é provavelmente o suficiente para evitar abusar sexualmente outra vez	1	2	3	4
26. Muitas vezes, as agressões sexuais contra as crianças não são planeadas... elas simplesmente acontecem	1	2	3	4
27. Muitos homens abusaram sexualmente de crianças por causa do stress, e o abuso ajudou a aliviar o estresse	1	2	3	4
28. Muitas vezes, as crianças inventam histórias sobre pessoas que os terão abusado sexualmente porque querem chamar atenção	1	2	3	4
29. Se uma pessoa diz a si mesma que nunca mais abusará sexualmente de uma criança, então provavelmente não o voltará a fazer	1	2	3	4
30. Se uma criança olha para os genitais de um adulto, provavelmente está interessada em sexo	1	2	3	4
31. Às vezes as vítimas iniciam a atividade sexual	1	2	3	4
32. Algumas pessoas recorrem a sexo com crianças porque foram privadas de sexo com adultos	1	2	3	4
33. Algumas crianças pequenas são muito mais parecidas com adultos do que outras crianças	1	2	3	4

ANEXO E- Coping Using Sex Inventory

CUSI

(CUSI; Cortoni & Marshall, 2001, traduzido e adaptado por Baúto, Cardoso & Leal, 2014)

De seguida irá encontrar diversas formas que as pessoas encontram para lidar com situações difíceis, stressantes ou perturbadoras. Por favor, assinale de 1 a 5 para cada item, o quanto se envolve neste tipo de atividades, quando é confrontado com uma situação difícil, stressante ou perturbadora.

	Nunca	Quase-nunca	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Muitíssimas vezes
1. Fantasiar sobre ter sexo consentido com um adulto	1	2	3	4	5
2. Fantasiar sobre ter sexo com uma criança	1	2	3	4	5
3. Fantasiar sobre forçar um adulto a fazer sexo	1	2	3	4	5
4. Ter relações sexuais com o/a meu/minha parceiro/a regular	1	2	3	4	5
5. Ter relações sexuais com uma criança	1	2	3	4	5
6. Sair e "faturar" com um/a estranho/a	1	2	3	4	5
7. Masturbar-se enquanto fantasia sobre sexo consentido com um adulto	1	2	3	4	5
8. Masturbar-se enquanto fantasia sobre violar um adulto	1	2	3	4	5
9. Masturbar-se enquanto fantasia sobre uma criança	1	2	3	4	5
10. Masturbar-se enquanto fantasia sobre ferir alguém	1	2	3	4	5
11. Usar pornografia que retrata sexo consentido com adultos	1	2	3	4	5
12. Usar pornografia violenta	1	2	3	4	5
13. Usar pornografia com crianças	1	2	3	4	5
14. Masturbar-se com recurso a pornografia	1	2	3	4	5
15. Sair e violar alguém	1	2	3	4	5
16. Forçar o meu/minha parceiro/a regular a ter relações sexuais	1	2	3	4	5

ANEXO F - Escala de Atitudes Sexuais

E.A.S. (Handrick & Handrick, 1987; traduzido e adaptado por Alferes, 1999)

	Discordo completamente	Discordo em parte	Não concordo, nem Discordo	Parte de acordo	Completamente de acordo
1. Não preciso de estar comprometido com uma pessoa para ter relações sexuais com ela					
2. As "aventuras sexuais" de uma só noite são, por vezes, muito agradáveis					
3. O sexo só pelo sexo é perfeitamente aceitável					
4. Gostaria de ter relações sexuais com muitos parceiros					
5. As relações sexuais ocasionais são aceitáveis					
6. É correcto ter relações sexuais com mais do que uma pessoa no mesmo período de tempo					
7. As "aventura extra-conjugais" são aceitáveis desde que o nosso parceiro não saiba nada delas					
8. É correcto influenciar uma pessoa para ter relações sexuais sem fazer quaisquer promessas para o futuro					
9. O sexo sem amor não faz sentido					
10. O melhor sexo é o que se faz na ausência de quaisquer "compromissos"					
11. As pessoas deviam, no mínimo, ser amigas antes de terem relações sexuais					
12. A vida teria menos problemas se as pessoas tivessem relações sexuais de modo mais livre					
13. O sexo é, geralmente, uma experiência intensa e absorvente					
14. Fazer sexo é, fundamentalmente, bom					
15. O orgasmo é a melhor experiência do mundo					
16. Durante as relações sexuais, o conhecimento intenso do parceiro é o melhor "estado de espírito"					
17. O sexo é a forma mais íntima de comunicação entre duas pessoas					
18. Um encontro sexual entre duas pessoas profundamente apaixonadas é a forma mais sublime de interação humana					
19. Na sua melhor expressão, o sexo parece ser a fusão de dois "seres"					
20. O sexo torna-se melhor à medida de que as relações progredem					
21. O sexo é uma parte muito importante da vida					
22. Masturbar o nosso parceiro durante as relações sexuais pode aumentar o prazer do sexo					
23. É bom ter uma prolongada experiência sexual pré-marital					
24. Para que o sexo seja bom é necessário ter sentido para as pessoas					
25. O sexo é, principalmente, uma actividade física					
26. O sexo é, principalmente, uma função corporal, tal como comer					
27. A principal finalidade do sexo é dar-nos prazer a nós mesmos					
28. O sexo é, em primeiro lugar, obter prazer através do outro					

29. O sexo é sobretudo um jogo entre machos e fêmeas					
30. O sexo é melhor quando nos "deixamos ir" e nos centramos no nosso próprio prazer					
31. Sentir-me-ia confortável tendo relações sexuais com o meu parceiro na presença de outras pessoas					
32. Usar "instrumentos e objetos sexuais" quando se faz amor é aceitável					
33. A prostituição é aceitável					
34. O sexo apenas como forma de "descarga" física é bom					
35. As relações sexuais como simples troca de "serviços" são aceitáveis desde que ambos os parceiros estejam de acordo					
36. É possível gostar de ter relações sexuais com uma pessoa não gostando muito dessa pessoa					
37. A masturbação é algo agradável e inofensivo					
38. É correcto "pressionar" alguém para ter relações sexuais					
39. O sexo é mais divertido com alguém que não amamos					
40. As mulheres devem partilhar as responsabilidades do planeamento familiar					
41. Os homens devem partilhar as responsabilidades do planeamento familiar					
42. A educação sexual é importante para a juventude					
43. O planeamento familiar faz parte de uma sexualidade responsável					

**ANEXO G – Modelo de Equações Estruturais para a Análise Fatorial Confirmatória
(CUSI)**

Confirmatory Factor Analysis CUSI (portuguese version)
 $\chi^2(96) = 171,181$; $p = ,000$; $\chi^2_{df} = 1,783$
 CFI = ,929; PCFI = ,743; GFI = ,878; PGFI = ,619
 RMSEA = ,075; $P(\text{rmsea} \leq 0.05) = ,016$; MECVI = 1,873

